



Fasc.: 231361
Prognóstico
1999/2000

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA

ALGODÃO ★ ARROZ ★ FEIJÃO ★ MILHO ★ SOJA

**Plano de Safra ★ Seguro Agrícola
Defensivos ★ Fertilizantes ★ Calcário
Máquinas Agrícolas ★ Sementes**



Instituto de Economia Agrícola



1997/2000

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA

Coordenadores Gerais: Antonio Ambrosio Amaro, Luiz Moricochi - **Equipe Coordenadora:** Alfredo Tsunehiro, Francisco Alberto Pino, Malimiria Norico Otani, Regina Junko Yoshii, Richard Domingues Dulley - **Bibliografia:** Vandete P. do Nascimento Medeiros - **Editoração de Texto e Revisão de Arte Final:** Maria Aurea Cassiano Turri, Debora Maria Mapa - **Editoração Eletrônica:** Deborah Silva de Oliveira Alencar, Rachel Mendes de Campos, Roseli Clara Rosa Trindade - **Capa:** Rachel Mendes de Campos - **Divulgação:** José Venâncio de Resende - **Distribuição:** Regina Junko Yoshii, Deborah Silva de Oliveira Alencar - **Homepage:** Mario Luiz Vasques Chagas

Instituto de Economia Agrícola - Av. Miguel Stéfano, 3900 - 04301-903 - São Paulo - SP
Fone: (11) 577-0244 ramal 2354 - Fax (11) 276-4062 E-mail: iea@iea.sp.gov.br
Homepage: <http://www.iea.sp.gov.br>

Sumário

POLÍTICA AGRÍCOLA

Plano de Safra _____	1
Seguro Agrícola _____	5

MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS

Calcário Agrícola _____	9
Defensivos Agrícolas _____	11
Fertilizantes _____	14
Máquinas Agrícolas Automotrizes _____	18
Sementes _____	26

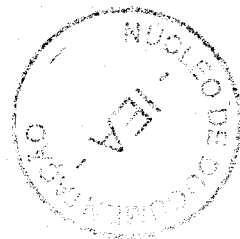
MERCADO DE PRODUTOS

Algodão _____	29
Arroz _____	34
Feijão _____	41
Milho _____	46
Soja _____	53

POLÍTICA AGRÍCOLA

PLANO DE SAFRA 1999/2000

Terezinha J. F. Franca¹



O Plano de Safra 1999/2000, lançado em junho de 1999, sob o clima de que a agricultura é setor estratégico, importante para o crescimento imediato do País e capaz de gerar emprego e desenvolvimento, apresenta como principal característica a manutenção das regras básicas que vêm sendo adotadas para o financiamento da agricultura após o Plano Real. No âmbito do crédito rural, isso significa manter uma política de crédito seletivo que distingue a agricultura comercial da agricultura familiar, incluindo a dos assentamentos e a do pequeno agricultor.

As medidas anunciadas revelam pontos positivos, a começar pela previsão de R\$13,1 bilhões de recursos a serem aplicados, 44,7% superior, em termos nominais, aos recursos efetivamente aplicados na safra passada, com destinação de R\$11,0 bilhões para atender o custeio e a comercialização e R\$2,1 bilhões para investimentos.

O total de recursos anunciados inclui também a destinação de R\$3,46 bilhões para o Programa Novo Mundo Rural que resultou da fusão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). Os recursos previstos para atender as necessidades de crédito dos assentados da reforma agrária e dos agricultores familiares no próximo ano agrícola são 57,3% superiores àqueles anunciados para ambos os programas em 1998/99 e que somaram R\$2,2 bilhões².

A taxa de juros incidente sobre os recursos controlados³ foi mantida em 8,75% a.a., e no caso dos financiamentos concedidos através do Programa Novo Mundo Rural, foi de 5,75% a.a. Estima-se que a essas taxas de juros favorecidas serão aplicados R\$8,0 bilhões do total de recursos anunciados, sendo R\$4,45 bilhões provenientes dos recursos equalizados pelo tesouro⁴ e aproximadamente R\$3,5 bilhões das exigibilidades bancárias. Dessa forma, os restantes R\$5,0 bilhões deverão entrar na agricultura ao custo financeiro de mercado, pressionando os custos de produção do setor.

Estima-se que a maior parte desses recursos serão provenientes de capital interno e, portanto, terão suas taxas de aplicação estreitamente relacionadas ao movimento da taxa de juros nacional, que hoje está em torno de 20% ao ano. Por outro lado, existe a possibilidade de aplicação de recursos externos. No entanto, a recente desvalorização cambial trouxe incerteza tanto para captadores como para tomadores, o que deverá resultar em poucas operações nesse mercado. Mesmo as indústrias de defensivos e fertilizantes, que vinham atuando com ênfase nesse mercado, ou seja, financiando a compra desses insumos para pagamento com base na variação cambial, já declararam que serão muito seletivas na destinação dos recursos.

O Plano de Safra definiu também o aumento dos limites de financiamento⁵ com recursos controlados de crédito rural para as culturas de milho e soja nas operações de custeio e Empréstimo

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Para o ano agrícola 1998/99 o governo anunciou a aplicação de R\$2,05 bilhões através do PRONAF, e o Banco do Brasil divulgou a estimativa de R\$150,0 milhões para aplicação através do PROCERA.

³De acordo com a Resolução BACEN n° 2.295, consideram-se como recursos controlados do crédito rural aqueles oriundos: da exigibilidade (MCR 6.2); do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); da Caderneta de Poupança Rural (MCR 6.4); do Fundo de Investimento Extramercado e das Operações Oficiais de Crédito (MCR 6.6).

⁴O Tesouro Nacional fixou o limite de R\$4,45 bilhões para os recursos equalizados destinados ao crédito agrícola. Equalização: pagamento pelo Tesouro da diferença entre os juros praticados pelo mercado e as taxas definidas para o crédito rural oficial de 8,75% e 5,75%.

⁵Resolução BACEN n° 2.617, de 01/07/1999. DOU de 02/07/1999.

do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF-SOV) por produtor/safra.

Para o cultivo e comercialização do milho, o limite de financiamento foi ampliado para R\$200 mil em todo o Território Nacional. No caso da soja, o limite de financiamento passou de R\$40 mil para R\$100 mil para os cultivos nas regiões sul do Maranhão, sul do Piauí e Bahia-sul, igualando-as às condições já existentes nas Regiões Centro-Oeste e Norte. Ainda no caso da soja, o limite de R\$40 mil que vigorava nas demais regiões foi ampliado para R\$60 mil.

Os limites de financiamento por beneficiário/safra foram mantidos para as culturas de arroz, feijão, mandioca, trigo e sorgo em R\$150 mil; para a cultura do algodão em R\$300 mil; e para as demais culturas, inclusive custeio pecuário, em R\$40 mil. Cada agricultor beneficiado numa faixa de crédito poderá tomar créditos de outras faixas, desde que não ultrapasse o limite superior em que for enquadrado.

Os limites definidos, em relação ao ano anterior, revelam um estímulo ao plantio de milho, com vistas à expansão de área e produção para atender a demanda interna, principalmente das cadeias de aves e suínos. No caso da soja, além de atender a demanda dos criadores, visa melhorar o desempenho das exportações e atenuar os déficits na Balança Comercial do País.

No entanto, se houver variações no limite de financiamento para alguns produtos, ocorrerão também variações no custo de produção dos produtos em geral, fundamentalmente no preço de alguns insumos - fertilizantes e defensivos - devido à desvalorização cambial; e nas operações com máquinas, em função do custo dos combustíveis e manutenção.

Dessa forma, uma avaliação da atual situação de produção, em comparação com a da safra anterior, deve ser feita verificando-se qual a área financiada por produto em cada safra relacionando-se os limites de financiamento e os custos de produção. No caso do Estado de São Paulo, considerando-se os custos operacionais efetivos (COE) de produção estimados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e os limites de financiamento estabelecidos por produtor, em cada cultura, estimou-se a área financiável por produto, para as safras 1998/99 e 1999/2000 (Tabela 1).

Os resultados obtidos indicam uma variação do COE acima de 20% para a maioria dos produtos analisados (exceto para a cultura do arroz irrigado cuja elevação dos custos foi estimada em 15%), determinando uma redução de área financiável para as culturas do algodão, arroz irrigado e feijão das águas. No caso do algodão, em duas das principais regiões produtoras do Estado (Presidente Prudente e Leme), essa redução é estimada em aproximadamente 17% e 18%, respectivamente, que significa, em termos absolutos, reduções de 65ha e 63ha. Já para o produtor de arroz irrigado, o limite de financiamento de R\$150 mil deverá ser suficiente para cultivar uma área 13% menor do que na safra anterior, representando redução acima de 23ha. Para a cultura do feijão das águas, o aumento no COE e a manutenção do limite de financiamento deverá implicar uma redução de 20% na área financiável, ou seja, de 60ha.

Para a cultura do milho, a elevação de 33% no limite de financiamento permitirá pequenas elevações da área financiável tanto no Vale do Paranapanema (0,7%) como na Alta Mogiana (3%), de 3 e 11ha, respectivamente, em termos absolutos. No caso da soja, os limites de financiamento tiveram acréscimo de 50% refletindo uma variação de 24% ou 37ha na área financiável, tanto para a Região da Alta Mogiana como para a do Vale do Paranapanema.

Se confirmadas as estimativas apresentadas, este exercício mostra um "encolhimento" dos limites de financiamento. Ou seja, significa que efetivamente ocorrerá redução dos recursos por beneficiário a taxas de juros favorecidas de 8,75% a.a. Em outras palavras, para cultivar a mesma área coberta pelos limites de financiamento na safra 1998/99, os produtores necessitariam recorrer ao mercado, pagando taxas em torno de 20% a.a. para complementar o custeio. Além disso, deve ser ressaltado que alguns agentes financeiros não financiam 100% do custeio. Se forem mantidas as regras adotadas na safra anterior pelo Banco do Brasil, o valor do crédito ficará limitado a combinação da receita prevista e do orçamento. No caso dos pequenos produtores, esse teto era de 70% da receita prevista, limitado ao orçamento; no caso dos demais produtores, era de 70% da receita prevista, limitado ao máximo de 80% do orçamento.

A mesma resolução que definiu as alterações nos limites de financiamento, definiu também as regras para o financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR),

TABELA 1 - Estimativa da Área Financiável por Produto de Acordo com o Limite de Financiamento Estabelecido por Produtor e o Custo Operacional Efetivo, São Paulo, Safras 1998/99 e 1999/2000

Produto	Região	Produtividade	COE ¹	COE ²	Var.	Limite de	Limite de
			safra 1998/99	safra 1999/00	COE	financiamento safra 1998/99	financiamento safra 1999/00
			(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(D)
			(R\$/ha)	(R\$/ha)	(%)	(R\$/produtor)	(R\$/produtor)
Algodão	Presidente Prudente	127 @/ha	771,84	926,99	20,10	300.000,00	300.000,00
	Leme	159 @/ha	876,01	1.074,85	22,70	300.000,00	300.000,00
Arroz irrigado	Vale do Paraíba	84sc. de 50kg/ha	847,01	975,80	15,21	150.000,00	150.000,00
Feijão das águas	Itapeva	27sc. de 60kg/ha	499,23	624,04	25,00	150.000,00	150.000,00
Milho	Alta Mogiana	90sc. de 60kg/ha	391,90	507,24	29,43	150.000,00	200.000,00
	Vale do Paranapanema	75sc. de 60kg/ha	328,59	435,00	32,38	150.000,00	200.000,00
Soja	Alta Mogiana	35sc. de 60kg/ha	259,70	313,89	20,87	40.000,00	60.000,00
	Vale do Paranapanema	38sc. de 60kg/ha	257,51	311,36	20,91	40.000,00	60.000,00

Produto	Região	Produtividade	Área	Área	Var.	Diferença
			financiável safra 1998/99	financiável safra 1999/00	área financiável	área financiável
			(C)/(A)	(D)/(B)	(F)/(E)	(F)-(E)
			(E)	(F)	(%)	(ha)
			(ha)	(ha)		
Algodão	Presidente Prudente	127 @/ha	388,68	321,63	(16,74)	(65,05)
	Leme	159 @/ha	342,46	342,46	(18,50)	(63,35)
Arroz irrigado	Vale do Paraíba	84sc. de 50kg/ha	177,09	153,72	(13,20)	(23,37)
Feijão das águas	Itapeva	27sc. de 60kg/ha	300,46	240,37	(20,00)	(60,09)
Milho	Alta Mogiana	90sc. de 60kg/ha	382,75	394,29	3,02	11,54
	Vale do Paranapanema	75sc. de 60kg/ha	456,50	459,77	0,72	3,27
Soja	Alta Mogiana	35sc. de 60kg/ha	154,02	191,15	24,10	37,13
	Vale do Paranapanema	38sc. de 60kg/ha	155,33	192,70	24,06	37,37

¹Estimativa do COE safra 1998/99: valores de ago./98, exceto para arroz cujos valores são de jul./98.

²Estimativa do COE safra 1999/00: valores de ago./99.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

representativa dos produtos algodão, arroz, milho e trigo, ao amparo dos recursos obrigatórios com taxas de juros de 8,75% a.a. Esta é uma tentativa de estimular emissões de CPRs lastreadas nestes produtos.

Essa medida atende tanto aos propósitos do financiamento do custeio como da Política de Garantia de Preços Mínimos, na medida em que as CPRs são representativas da venda antecipada da produção. Através da negociação destes títulos são canalizados recursos para o financiamento da safra ao mesmo tempo em que fica assegurado aos produtores emissores a comercialização da sua produção a um preço pré-fixado. Além disso, tal medida nada mais é do que a possibilidade de utilização de recursos de EGF-SOV pelas empresas que utilizam os produtos agrícolas como matéria-prima para beneficiamento ou industrialização. Outrossim, vai de encontro às aspirações do go-

verno no sentido de ampliar/fortalecer o mercado de títulos agrícolas, com vistas a trazer mais recursos para o setor, privatizando, na medida do possível, tanto o financiamento como a comercialização da produção, evitando ainda a difícil e onerosa manutenção de estoques.

Para acelerar a emissão de CPRs, o Governo Federal adotou também as seguintes medidas: criação de um fundo de investimento formado com recursos captados no exterior para adquirir esses títulos e a autorização para que empresas usem a CPR para aumentar limites de suas linhas de crédito para exportação, ou seja, utilizar a cédula como garantia destes financiamentos.

Nesse sentido, o Banco do Brasil tem divulgado que pretende chegar a R\$200 milhões nas operações com CPR em 1999. Até julho, os lançamentos de CPRs haviam alcançado R\$92,9 milhões, um expressivo crescimento em relação ao mesmo período no ano passado. Assim, uma estimativa inicial indica que a nova safra poderá contar com recursos da ordem de R\$107,0 milhões provenientes da emissão de CPRs. Na safra 1998/99, as CPRs negociadas através do Banco do Brasil somaram R\$126,1 milhões, o dobro que na safra anterior quando os negócios com esses títulos atingiram R\$62,3 milhões.

Nas duas últimas safras, os principais produtos negociados e melhor aceitos pelo mercado foram: café, soja, algodão e milho. As operações lastreadas nesses produtos somaram 87,2% e 91,3% do total negociado, respectivamente, nas safras 1997/98 e 1998/99, com expressivos crescimentos das operações com algodão (de R\$58,3 mil para R\$19,8 milhões) e milho (R\$6,7 mil para R\$12,3 milhões). Os Estados que concentram a maior parte das emissões em termos de valor são: Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, representando juntos 95,8% das operações na safra 1997/98 e 97,7% na safra 1998/99.

Os preços mínimos para a safra 1999/2000 foram todos definidos com valores nominais superiores aos fixados para a safra anterior. No entanto, verifica-se que essas alterações, quando comparadas às elevações nos custos de produção, têm seu efeito reduzido (Tabela 2).

TABELA 2 - Ajustes nos Preços Mínimos e Comparação entre a Estimativa do Custo Operacional Efetivo em São Paulo e o Preço Mínimo Estabelecido, Principais Produtos, Safras 1998/99 e 1999/2000

Produto	Unidade	Preço mínimo 1998/99 (RS/u.)	Preço mínimo 1999/2000 (RS/u.)	Variação (%)	Região	Produtividade	COE ¹ 1998/99 (RS/u.)	COE ² 1999/2000 (RS/u.)	Preço mínimo/COE 1998/99	Preço mínimo/COE 1999/2000
Algodão	15kg	7,00	8,00	14,3	Pres. Prudente	127 @/ha	6,08	7,30	1,15	1,10
					Leme	159 @/ha	5,51	6,76	1,27	1,18
Arroz irrigado	50kg	10,53	10,92	3,7	Vale do Paraíba	84sc. de 50kg/ha	10,08	11,62	1,04	0,94
Feijão das águas	60kg	26,00	28,00	7,7	Itapeva	27sc. de 60kg/ha	18,49	23,11	1,41	1,21
Milho	60kg	6,70	7,03	4,9	Alta Mogiana	90sc. de 60kg/ha	4,35	5,64	1,54	1,25
					Vale do Paranapanema	75sc. de 60kg/ha	4,38	5,80	1,53	1,21
Soja	60 kg	9,50	9,70	2,1	Alta Mogiana	35sc. de 60kg/ha	7,42	8,97	1,28	1,08
					Vale do Paranapanema	38sc. de 60kg/ha	6,78	8,19	1,40	1,18

¹Estimativa do COE safra 1998/99: valores de ago./98, exceto para o arroz cujos valores são de jul./98.

²Estimativa do COE safra 1999/00: valores de ago./99.

Fonte: CONAB e IEA.

No caso do algodão, mostram uma tentativa de manter o apoio governamental ao novo ciclo da cultura algodoeira, fortalecendo sua recuperação, fundamental para a expansão da cadeia têxtil e redução das importações. Para as culturas de milho e soja, os preços de garantia foram elevados visando aumento de produção para atender ao mercado interno, principalmente a demanda das cadeias de frango e suíno, importantes na geração de divisas.

No Estado de São Paulo, a comparação do nível de cobertura dos preços mínimos com relação ao custo operacional efetivo na safra 1998/99 e o estimado para a safra 1999/2000 mostra uma piora nos resultados dessa relação para os principais produtos da safra de verão. Apesar disso, os preços fixados mantêm-se suficientes para cobrir os custos estimados pelo IEA para as culturas do algodão, feijão, milho e soja nas principais regiões produtoras do Estado. A exceção ocorre no caso do arroz irrigado do Vale do Paraíba, visto que o preço fixado cobre apenas 94% do COE estimado, contra uma margem de 4% observada na safra anterior.

Outra novidade apresentada para a próxima safra é o PRÓ-LEITE⁶, linha de crédito com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada ao financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos necessários à modernização da pecuária leiteira. Os itens financiáveis incluem: distribuidor de adubo, de calcário e de estêrco líquido; ensiladeira; material de inseminação artificial; misturador de ração; ordenhadeira mecânica e picadeira e triturador; tanque de resfriamento. Os beneficiários são os produtores de leite que terão acesso a recursos no limite de R\$25,0 mil, independentemente de outros créditos ao amparo dos recursos controlados. A taxa de juros é de 8,75% a.a., e o prazo de pagamento é de cinco anos, incluídos dois anos de carência. O PRÓ-LEITE deverá contar com recursos de R\$1,0 bilhão, distribuídos em cinco anos, sendo que no período 1999/2000 serão liberados R\$200,0 milhões.

O governo anunciou também o aporte de R\$300,0 milhões para o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO), linha de financiamento em operação desde a safra passada. O limite de financiamento por beneficiário é de R\$40,0 mil, com taxa de juros de 8,75% a.a., e prazo de pagamento de até cinco anos.

SEGURO AGRÍCOLA

Sônia Santana Martins⁷

1 - INTRODUÇÃO

Embora o Governo Federal tenha anunciado que no plano de safra 1999/2000 haveria novidades na área de seguro agrícola e esteja estudando modificações na área do seguro rural, até o momento não há nenhuma alteração no seguro da safra de grãos.

Entre as modificações previstas estão a passagem da gestão do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) para o Ministério da Agricultura e a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil, com leilão marcado para outubro de 1999.

No modelo atualmente vigente, de redução da participação do Governo na agricultura, salienta-se o papel a ser desempenhado pelos mercados futuros, que podem propiciar a cobertura de riscos de preço, através de operações de *hedge*, e pelas seguradoras privadas, engajadas na cobertura dos riscos da produção agrícola. Nesse modelo, a médio prazo, o PROAGRO se restringiria a dar cobertura aos riscos de produção da agricultura familiar.

No Brasil, a negociação de produtos agrícolas em mercados futuros ainda é incipiente, representando apenas 2% das mercadorias negociadas nas bolsas de futuros, e seu crescimento vem sendo lento, a partir de uma base muito baixa. No que se refere ao seguro privado, embora exista desde 1966 todo um arcabouço legal que permite e regulamenta esse ramo de negócios, há uma

⁶Resolução BACEN nº 2.618, de 01/07/1999. DOU de 02/07/1999.

⁷Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

única empresa que funciona como uma seguradora privada, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), uma estatal de São Paulo, que vem expandindo sua atuação para outros estados, principalmente o Paraná.

Recentemente uma seguradora privada começou a fazer seguro de pomares de maçã, outra estuda a possibilidade de fazer seguro de laranjais, e há duas multinacionais, uma norte-americana e outra mexicana, que avaliam sua entrada no mercado brasileiro de seguros agrícolas.

A abertura comercial do País tornou a questão do risco agrícola mais aguda, uma vez que a importação impede grandes elevações de preço após quebras de safra, que davam ao produtor alguma compensação pela redução no volume produzido.

Apresenta-se a seguir uma breve análise do desempenho recente do PROAGRO e do seguro agrícola da COSESP e as taxas-prêmio que vigorarão para as culturas de verão no ano agrícola 1999/2000.

2 - PROAGRO

Nos últimos anos o PROAGRO deixou de ser deficitário no conjunto de suas coberturas. Para tal contribuíram a gestão mais atuária do programa, que passou a definir prêmios proporcionais aos riscos envolvidos em cada cultura, e, a partir da safra 1996/97, a utilização do zoneamento agrícola para restringir as coberturas às lavouras plantadas nas épocas preconizadas e dentro de regiões aptas para a cultura (Tabela 3).

Quando se analisa o comportamento dos seguros de grãos, verifica-se que foram deficitários, na maior parte do período, os seguros do algodão e do feijão, e superavitários os de trigo, arroz, milho e soja, o que decorre das perdas causadas por sinistros, cujos índices são apresentados na tabela 4.

A gradativa redução na grandeza dos números indica também uma redução na dimensão do Programa, confirmada pelo fato de a arrecadação total de prêmios ter caído de R\$38,7 milhões em 1995, para R\$23,2 milhões em 1996, R\$17,0 milhões em 1997 e para apenas R\$3,0 milhões em 1998.

TABELA 3 - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Resultados¹ por Safra e Produtos, Safras 1994/95 a 1998/99

	(em R\$) ²				
Produto	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Deficitários	(13.662.873)	(4.125.343)	(779.123)	(503.244)	219.958
Algodão	(4.446.709)	(2.000.531)	(826.441)	(453.684)	20.689
Feijão	(3.882.514)	(464.278)	(81.987)	15.623	90.502
Demais	(5.333.650)	(1.660.534)	(68.183)	(521)	108.767
Superavitários	28.707.057	3.154.850	7.292.956	4.746.803	546.761
Trigo	(2.489.199)	16.457	33.662	(310.883)	157.674
Arroz	4.466.961	2.574.229	382.119	(569.340)	13.935
Milho	13.751.597	(4.618.673)	1.936.935	1.050.758	107.429
Soja	12.586.990	4.796.409	4.631.823	4.650.880	112.087
Demais	390.708	386.428	308.417	(74.612)	155.636
Total	15.044.184	(970.493)	6.513.833	4.243.559	766.719

¹ Considera-se como resultado a diferença entre o valor do adicional (ou prêmio) e o somatório de coberturas e custas periciais.

² Valores expressos em real; desprezados os centavos.

Fonte: Banco Central do Brasil - DEORF/DIRAI.

TABELA 4 - Índices¹ de Perdas do PROAGRO, por Safra e Principais Produtos, Safras 1994/95 a 1998/99

Produto	(em %)				
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Deficitários					
Algodão	27,60	28,13	14,99	14,94	-
Feijão	33,76	32,38	21,19	15,10	-
Superavitários					
Trigo	35,51	-	12,12	41,00	-
Arroz	6,54	7,94	8,57	18,53	-
Milho	4,43	25,09	9,97	4,35	-
Soja	3,63	3,49	0,88	0,26	-

¹O índice de perdas é definido pelo percentual de coberturas deferidas em relação ao número de adesões, por produto.

Fonte: Banco Central do Brasil - DEORF/DIRAI.

Embora seu regulamento permita o seguro de lavouras financiadas por recursos próprios, o PROAGRO tem coberto apenas as lavouras financiadas pelo crédito rural. O indicador usado pelo Banco Central do Brasil para ilustrar a dimensão do programa é a porcentagem dos contratos de crédito rural feitos com cobertura do PROAGRO, chamada de taxa de adesão ao Programa.

Após a forte redução da porcentagem de contratos segurados de custeio de lavouras de grãos corroborada em 1995/96, que se manteve nas safras seguintes, em 1998/99 verificou-se aumento da adesão ao programa entre os usuários de crédito rural. Na safra 1998/99 mais de 70% dos contratos de crédito de custeio de algodão, feijão, arroz, milho e soja foram segurados pelo PROAGRO, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o que pode ser atribuído à significativa redução das taxas-prêmio, que acompanhou a introdução do zoneamento, e ao aumento dos créditos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), cujo custo da taxa de adesão ao PROAGRO é de apenas 2% do valor segurado. Note-se que, no caso dos empréstimos do PRONAF, o PROAGRO cobre inclusive atividades de criação animal (Tabela 5).

TABELA 5 - Índices¹ de Adesão ao Programa de Garantia de Atividade Agropecuária, por Safra e por Produtos Seleccionados, Safras 1994/95 a 1998/99

Produto	(em %)				
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Deficitários					
Algodão	74,46	40,88	72,08	36,71	79,37
Feijão	65,38	22,91	33,72	45,46	89,17
Superavitários					
Arroz	46,65	18,94	16,18	21,66	86,51
Milho	49,84	15,30	19,13	19,06	72,93
Soja	62,16	25,81	31,55	27,07	81,68

¹O índice de adesão é definido pelo percentual do número de adesões em relação ao número de contratos de créditos de custeio, por produto.

Fonte: Banco Central do Brasil - DEORF/DIRAI.

Para a safra 1999/2000 as taxas-prêmio de adesão ao PROAGRO continuam sendo: a) para as lavouras conduzidas nas regiões aptas e plantadas dentro do período preconizado: 6,7% para as lavouras de arroz e feijão de sequeiro; 3,9% para algodão, milho e soja de sequeiro; 1,7% para lavouras irrigadas; 5,7% para feijão de sequeiro em plantio direto; 2,9% para milho e soja de sequeiro e plantio direto; b) 2% para lavouras de sequeiro dos mutuários do PRONAF, independentemente do enquadramento no zoneamento.

3 - SEGURO COSESP

No ano agrícola 1998/99 os resultados do seguro agrícola foram favoráveis para a COSESP, que acolheu 20.166 propostas, representando capital segurado de R\$282 milhões, tendo arrecadado R\$15,67 milhões em prêmios e pago R\$7,74 milhões em indenizações. Seu índice de sinistralidade na carteira agrícola toda foi de 41%, e de 53%, apenas nos seguros de grãos.

Em 1998/99, a arrecadação de prêmios relacionados apenas ao seguro de grãos da COSESP superou em muito os R\$3 milhões arrecadados pelo PROAGRO em todo o Brasil, em todos os tipos de cobertura. Foram gravosas para a Companhia apenas as lavouras de feijão da seca, feijão das águas e amendoim das águas (Tabela 6).

TABELA 6 - Resultados da Companhia de Seguro do Estado de São Paulo (COSESP) Referentes aos Grãos, 01/08/1998 a 31/07/1999

Cultura	Seguros realizados			Sinistros ocorridos e indenizados				S / P ¹ (%)
	Número	Área	Valor segurado (R\$)	Prêmio recebido (R\$)	Número	Área sinistrada (ha)	Indenizações pagas (R\$)	
Feijão da seca	276	5.723	2.911.848	291.181	108	2.115	461.366	150
Soja precoce	2.289	85.091	24.974.868	1.174.406	-	37	104.571	8
Feijão da seca irrigado	44	1.102	6.444.395	32.219	-	-	-	-
Amendoim das águas	39	1.300	631.763	94.764	23	931	161.554	170
Arroz irrigado	5	256	150.704	18.084	-	-	-	-
Milho safrinha	2.365	81.365	18.520.965	1.852.070	47	2.418	787.690	11
Milho safrinha irrigado	8	748	275.163	22.013	-	-	-	-
Algodão	327	12.642	11.016.248	718.674	83	3.187	622.791	81
Feijão das águas	313	6.414	3127.237	312.719	141	2.890	470.635	150
Soja ciclo médio	1.230	42.326	11.811.411	604.021	29	1.473	172.658	28
Feijão irrigado	245	7.597	4.532.925	181.316	2	25	26.431	2
Milho silagem	4	26	9.301	651	-	-	-	-
Arroz irrigado (muda)	2	48	29.244	3.509	-	-	-	-
Arroz pregeminado	6	294	128.497	19.274	-	-	-	-
Total parcial	7.608	244.932	84.564.569	5.324.901	470	14.231	2.807.696	53

¹((Indenizações pagas/prêmios arrecadados) x 100).

Fonte: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP): mapa comparativo de seguros e sinistros, período 01/08/98 a 31/07/99.

Para a safra 1999/2000, as taxas-prêmio, ou o custo dos seguros COSESP, foram reduzidas para as lavouras de algodão, amendoim das águas e da seca, arroz irrigado, feijão irrigado safra das águas e trigo de sequeiro ou irrigado. No caso da soja houve pequeno aumento para as regiões que apresentam maior risco (Tabela 7).

TABELA 7 - Taxas de Prêmio do Seguro Agrícola da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), Safras 1998/99 e 1999/2000 (em %)

Culturas selecionadas ¹	1998/99	1999/2000
Algodão	4 a 12	4 a 10
Amendoim (das águas e da seca)	15	10
Arroz irrigado (plantio por mudas)	12	10
Arroz irrigado (plantio por sementes)	12	10
Cana-de-açúcar	1,5	1,5
Feijão irrigado (safra das águas)	7	6
Feijão irrigado (safra da seca)	5	5
Feijão de sequeiro	10	10
Milho verão	4 a 10	4 a 10
Soja	4 a 7,5	4 a 8
Trigo sequeiro	15	8
Trigo irrigado	12	8

¹Para as culturas de algodão, milho e soja há uma regionalização das taxas, que variam no intervalo mencionado na tabela.

Fonte: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS

CALCÁRIO AGRÍCOLA

Célia Regina R. P. Tavares Ferreira⁸

O consumo aparente de calcário agrícola no Brasil, após apresentar em 1997 recuperação de 9,6% em relação ao ano anterior atingindo 17,1 milhões de toneladas, em 1998 decresceu 5,4% (16,1 milhões de toneladas). Esse consumo está bastante aquém daquele observado em 1994 (20,4 milhões de toneladas), segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL). O decréscimo nas vendas foi observado na maioria dos estados brasileiros, com exceção de Mato Grosso que apresentou acentuado aumento (1,9 milhão de toneladas em 1998 contra 1,2 milhão de toneladas em 1997), compensando o fraco desempenho comercial do triênio 1995-97.

Em 1998, os seis maiores Estados consumidores de calcário (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) responderam por mais de 80% do consumo total, tendo o Estado de São Paulo liderado o consumo, apesar do decréscimo de 10,9% nas vendas em relação ao ano anterior, atingindo apenas 3,3 milhões de toneladas segundo dados do Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL). Essa queda foi decorrente da retração nas aquisições para cana-de-açúcar, principal consumidora desse insumo, tendo em vista a acentuada queda na receita das usinas, destilarias e fornecedores. Por outro lado, as vendas para a citricultura, outro grande mercado consumidor, mostraram uma recuperação em 1998 em face do incremento dos preços recebidos pelos produtores.

A comercialização de calcário em São Paulo concentra-se no segundo semestre, próximo ao plantio das culturas de verão. Em 1998, 67% foram consumidos nesse período e apenas 33% no primeiro semestre, destacando-se que 45% foram consumidos no trimestre julho-setembro (Tabela 8).

Do total de calcário agrícola comercializado em São Paulo, cerca de 1,1 milhão de toneladas, ou seja, 34,0% foram provenientes de outros Estados, principalmente de Minas Gerais e do Paraná, que se destaca como o principal produtor nacional, destinando calcário também para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

As condições para o financiamento das aquisições, transporte e aplicação de corretivos agrícolas através do Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo (PROSOLO) foram desfavoráveis em 1998, tendo em vista que os recursos foram efetivamente liberados a partir de novembro, na "entressafra" da demanda de calcário. Esse programa foi instituído pelo Banco Central do Brasil (BACEN) (Resolução nº 2.534 de agosto de 1998) com recursos de R\$200 milhões até final de 1998 e de R\$300 milhões no primeiro semestre de 1999 e prazo de pagamento de cinco anos, sendo dois de carência, taxa de juros de 8,75% a.a. e limite de R\$40 mil por produtor/ano. Contudo, desde o início do programa até 30/06/99 foram aprovados 1.734 contratos no valor de R\$42 milhões, tendo sido liberados apenas R\$32 milhões, 6,4% do montante total previsto (R\$500 milhões). Essa baixa liberação de recursos pode ser explicada pelo desconhecimento de muitos agricultores sobre o programa, assim como pelos problemas de endividamento do setor agrícola e exigências de garantias no crédito bancário.

Atendendo reivindicações do setor, o BACEN, através da Resolução nº 002618, de 01/07/99, prorrogou para 30 de junho de 2000 o prazo para utilização dos R\$300 milhões em financiamento para calcário por meio do referido programa.

O consumo de calcário agrícola no Estado de São Paulo entre janeiro e junho de 1999 totalizou 864 mil toneladas, verificando-se declínio de 22% face aos 1,1 milhão de toneladas consumidas em igual período do ano anterior, segundo o SINDICAL. Essa redução deve-se principalmente à continuidade de crise no setor sucroalcooleiro com excesso de oferta de cana-de-açúcar e de álcool no mercado, deprimindo ainda mais os preços externos e internos. Entretanto, no Rio Grande

⁸Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 8 - Estimativa de Consumo de Calcário Agrícola no Estado de São Paulo, 1998-99

Mês	Vendas pelas indústrias paulistas ¹ (t)	Outros estados (t)	Total	
			Quantidade (t)	Valor (US\$)
1998 ²				
Jan.	100.129	50.177	150.306	1.604.590
Fev.	78.394	39.285	117.679	1.165.290
Mar.	105.578	52.908	158.486	1.588.453
Abr.	91.364	45.785	137.149	1.254.317
Mai	154.528	77.438	231.966	2.078.194
Jun.	209.835	105.152	314.987	2.847.092
Jul.	314.916	157.811	472.727	4.495.158
Ago.	338.845	169.803	508.648	5.192.741
Set.	326.883	163.808	490.691	5.083.019
Out.	230.329	115.423	345.751	3.287.742
Nov.	149.415	74.876	224.290	2.043.059
Dez.	108.536	54.389	162.925	1.546.539
Total	2.208.751	1.106.854	3.315.605	32.186.195
1999 ³				
Jan.	70.373	25.126	95.499	644.311
Fev.	63.866	22.803	86.668	528.685
Mar.	86.931	31.038	117.969	662.830
Abr.	96.390	34.415	130.805	802.332
Mai	134.922	48.172	183.094	1.232.754
Jun.	184.168	65.755	249.923	1.742.641
Total	636.649	227.309	863.958	5.613.553

¹ Refere-se ao somatório das vendas das empresas associadas e não associadas ao SINDICAL.

² Dados revistos pela fonte.

³ Dados preliminares.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL).

do Sul, o terceiro maior Estado consumidor nacional de calcário (em 1998, atingiu 2,1 milhões de toneladas), a quantidade produzida e comercializada no próprio estado cresceu 5,3% no referido período, segundo o Sindicato da Indústria e da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras no Estado do Rio Grande do Sul (SINDICALC), recuperando parte do decréscimo nas vendas do ano anterior.

A desvalorização do real não provocou grande efeito sobre os preços da indústria, como observado em defensivos agrícolas e fertilizantes, em função de que todo calcário consumido no País é de origem interna. Porém, como as empresas tiveram aumento de custos na planilha de extração e moagem (principalmente impostos e energia elétrica), os preços médios pagos pelos agricultores nas aquisições de calcário (FOB – fábrica das empresas paulistas) passaram de R\$11,5/t em junho de 1998 para R\$13,0/t em junho de 1999, com aumento de 13%, em termos correntes, significando crescimento de 4% em termos reais. Porém, com a forte retração da demanda, várias empresas deverão fazer promoções no segundo semestre de 1999, reduzindo seus preços como forma de incentivar a demanda.

O custo do transporte de calcário é o principal item que onera o preço final desse insumo, chegando em muitos casos a superar seu próprio valor, encarecidos ainda mais pelo grande número de pedágios existente nas estradas paulistas.

A previsão do setor de calcário agrícola para o Estado de São Paulo para 1999 é de que o consumo decresça 30% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, da diminuição da renovação da lavoura da cana-de-açúcar e menor uso de insumo agrícola em geral (que deverá levar a uma queda na produtividade da cultura), assim como pelo decréscimo nas vendas para a

citricultura, em função da retração das cotações internacionais do suco de laranja. Em nível nacional existe a expectativa por parte de entidades do setor de que a prorrogação do PROSOLO e a alta nos preços de fertilizantes, dependentes das importações, estimulem os agricultores a usarem calcário que é um produto mais barato, podendo o consumo brasileiro em 1999 se igualar ao do ano anterior ou mesmo apresentar pequeno acréscimo, atingindo em torno de 17 milhões de toneladas.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Célia Regina R. P. Tavares Ferreira

As vendas totais de defensivos agrícolas no Brasil, em 1998, somaram US\$2.557,8 milhões contra US\$2.180,8 milhões no ano anterior, o que representa acréscimo de 17,3% no faturamento do setor, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG). Em termos de quantidade física foram vendidas 306,8 mil toneladas de produto comercial (aumento de 15,7%) e 128,7 mil toneladas de princípio ativo (incremento de 13,0%) (Tabelas 9 e 10). Esse melhor desempenho comercial pode ser explicado, principalmente, pela maior utilização em diversas culturas como soja, milho, arroz irrigado, algodão, feijão irrigado, batata, citros e hortaliças. Contudo, observou-se queda de 10,8% em relação ao ano precedente nas vendas para a cultura de cana-de-açúcar, sendo consumidas 22,5 mil toneladas de produto, tendo em vista o menor uso de herbicidas, reflexo da descapitalização do setor e do maior emprego da mecanização na lavoura.

Todos os segmentos da indústria de defensivos obtiveram resultados econômicos positivos em 1998, em comparação ao ano anterior. Assim, os herbicidas responderam em 1998 por 53,5% das vendas totais, com o faturamento desse segmento aumentando 12,7% quando comparado com 1997, em função da maior quantidade demandada pelas culturas de soja (25,2%), milho (12,8%), algodão (24,5%) e café (44,5%).

As vendas de fungicidas apresentaram incremento de 22,4%, aumentando de US\$356,3 milhões em 1997 para US\$436,2 milhões em 1998, tendo em vista o maior uso desse insumo em grande número de culturas, especialmente café (acrécimo de 18,9% de produto comercial), batata-inglesa (11,5%), tomate (30,9%) e citros (45,5%).

As vendas de inseticidas, que representaram 22,7% das vendas totais, acusaram aumento de 25,2% (US\$581,7 milhões em 1998 em relação a US\$464,8 milhões em 1997), sendo que as maiores vendas em quantidade de produto comercial foram para café, soja, algodão, batata-inglesa e citros.

A comercialização de acaricidas movimentou US\$105,6 milhões em 1998, valor 21,8% superior, em termos nominais, ao registrado no mesmo período de 1997 (US\$86,7 milhões). No segmento "outros", que engloba antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes adesivos e óleo mineral, registrou-se crescimento de 12,8% nas vendas (US\$65,6 milhões em 1998 em relação a US\$58,2 milhões em 1997), em função, especialmente, de aumento nas vendas para as culturas de soja, milho, arroz irrigado e frutas tropicais. Contudo, a participação desse segmento nas vendas do setor é pequena, respondendo em 1998 por apenas 2,6% do total.

O desempenho comercial da indústria brasileira de defensivos tem correlação bastante alta com um pequeno número de culturas, sendo que, em 1998, cerca de 63,8% das vendas do setor concentraram-se em apenas cinco culturas: soja (34,6%), cana-de-açúcar (8,2%), café (7,4%), milho (7,2%) e citros (6,4%). Considerando-se as vendas para o tratamento de sementes de soja e milho, a participação desse conjunto de culturas passa para 65,7% do total dos defensivos comercializados.

Na análise por destinação das vendas totais de defensivos por unidades da federação, em termos de valor, em 1998, o Estado de São Paulo ocupa a primeira posição (23,7%), seguido por Paraná (17,7%), Rio Grande do Sul (13,4%), Mato Grosso (10,6%), Minas Gerais (9,7%) e Goiás (7,9%); as demais unidades, juntas, responderam por 17,0% do total. Comparando-se os valores de 1998 com os de 1997, constatou-se crescimento na maioria dos estados brasileiros.

TABELA 9 - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Valor, por Destinação e por Classe, Brasil, 1996-98
(em US\$1.000)

Destinação	Acaricidas			Fungicidas			Inseticidas		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Algodão	662	709	1.332	1.024	8	312	32.349	60.073	97.293
Amendoim	-	-	-	1.848	3.377	2.014	943	1.764	1.252
Arroz de sequeiro	-	-	-	1.203	2.025	4.107	586	225	1.026
Arroz irrigado	-	-	-	2.338	3.338	6.347	1.736	2.809	4.174
Batata-inglesa	-	1	39	38.190	48.125	55.925	19.043	24.147	32.315
Café	-	226	220	47.579	76.128	90.403	30.529	47.585	54.348
Cana-de-açúcar	-	-	-	3	-	-	11.801	18.318	19.944
Citros	87.939	80.974	95.031	12.770	13.648	18.809	18.089	18.501	26.994
Feijão	-	54	323	22.142	25.249	37.299	8.814	14.061	25.449
Fumo	-	-	-	393	1.357	1.442	16.713	21.715	27.832
Milho	-	-	-	1.086	634	1.541	22.948	25.676	36.709
Soja	-	-	-	2.202	14.155	31.926	87.910	97.092	105.803
Tomate	621	508	1.937	25.816	29.380	35.554	20.336	20.452	26.597
Trigo	-	-	-	31.554	36.362	41.657	3.072	3.649	4.210
Fruticultura	1.039	2.164	4.033	27.432	32.369	32.701	4.451	7.079	7.279
Hortaliças	1.303	915	1.036	23.582	32.098	28.702	15.338	16.799	20.306
Trat. de sementes	-	-	-	26.037	29.012	37.053	29.806	30.267	44.297
Outras ¹	673	1.163	1.668	11.132	9.039	10.443	51.084	54.584	45.865
Total	92.237	86.714	105.619	276.331	356.304	436.235	375.548	464.796	581.693

Destinação	Herbicidas			Outros ²			Total		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Algodão	13.748	24.375	32.707	1.986	5.219	4.410	49.769	90.384	136.054
Amendoim	172	820	1.030	6	-	1	2.969	5.961	4.297
Arroz de sequeiro	839	2.722	9.282	-	-	36	2.628	4.972	14.451
Arroz irrigado	58.932	73.915	70.476	355	444	798	63.361	80.506	81.795
Batata-inglesa	3.388	3.573	4.285	385	248	308	61.006	76.094	92.872
Café	28.542	31.778	42.933	288	444	749	106.938	156.161	188.653
Cana-de-açúcar	186.448	207.280	173.253	10.861	15.819	16.872	209.113	241.417	210.069
Citros	26.541	22.466	21.857	484	1.735	414	145.823	137.324	163.105
Feijão	25.233	24.949	41.191	835	791	788	57.024	65.104	105.050
Fumo	1.772	2.651	3.253	11.711	11.690	11.661	30.589	37.413	44.188
Milho	118.367	138.515	145.093	1.148	1.346	1.692	143.549	166.171	185.035
Soja	474.956	601.960	727.760	8.668	13.395	20.309	573.736	726.602	885.798
Tomate	840	995	1.255	156	210	295	47.769	51.545	65.638
Trigo	17.649	23.296	19.263	186	304	346	52.461	63.611	65.476
Fruticultura	4.654	4.133	7.591	4.344	3.573	4.612	41.920	49.318	56.216
Hortaliças	4.585	7.539	7.152	662	751	787	45.470	58.102	57.983
Trat. de sementes	-	-	-	-	-	-	55.843	59.279	81.350
Outras ¹	38.446	43.851	60.342	1.368	2.190	1.501	102.703	110.827	119.819
Total	1.005.112	1.214.818	1.368.723	43.443	58.159	65.579	1.792.671	2.180.791	2.557.849

¹Alho, cacau, cebola, áreas não cultivadas, combate às formigas, grãos armazenados, reflorestamento e outras.
²Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, óleo mineral e espalhantes.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

TABELA 10 - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Quantidade, por Classe, Brasil, 1997 e 1998
(em t)

Classe	Produto comercial		Ingrediente ativo	
	1.997	1.998	1.997	1.998
Inseticidas	64.420	79.398	16.218	20.390
Acaricidas	14.014	11.280	9.835	7.612
Fungicidas	40.133	47.154	17.369	19.993
Herbicidas	132.574	151.095	61.885	69.177
Outros ¹	14.099	17.875	8.626	11.540
Total	265.240	306.802	113.933	128.712

¹Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

As vendas de defensivos agrícolas no Brasil apresenta acentuada sazonalidade. Em 1998, observou-se que 68,6% desses insumos foram consumidos no segundo semestre e apenas 31,4% no primeiro semestre, destacando que cerca de 40,0% foram comercializados em setembro/outubro.

Entre junho de 1998 e junho de 1999, os preços médios de vinte defensivos agrícolas pagos pelos agricultores na cidade de São Paulo, levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), sofreram aumentos nominais de 44,6%, em média, representando incremento de 33,1% em termos reais (corrigidos).

O valor das vendas de defensivos agrícolas no Brasil, no período de janeiro a julho de 1999, apresentaram queda de 22,8% quando comparado ao do mesmo período do ano anterior, totalizando US\$795,7 milhões, de acordo com o SINDAG. Esse fenômeno reflete, em parte, as incertezas do mercado diante da desvalorização cambial que aumentou significativamente os preços pagos pelos agricultores, resultado da forte dependência dos ingredientes ativos importados pelo setor. Observou-se que todos os segmentos do setor obtiveram resultados econômicos abaixo do observado no mesmo período em 1998. As vendas de fungicidas apresentaram redução de 7,2% e de inseticidas 8,4%. A queda na comercialização foi mais acentuada nos segmentos dos acaricidas (21,9%), "outros" (26,2%) e, principalmente, herbicidas (36,3%) em que somente a soja representa cerca de 53,2% desse mercado e a cana-de-açúcar, 12,7%. Ressalte-se que no primeiro semestre de 1999, os produtores não anteciparam as compras, adiando as aquisições desse insumo para mais perto do plantio das culturas de verão (Tabela 11).

TABELA 11 - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Valor, por Classe, Brasil, Janeiro a Julho de 1998 e Janeiro a Julho de 1999

Classe	(em US\$1.000)		Variação (%) (b)/(a)
	Jan.-jul./98 (a)	Jan.-jul./99 (b)	
Inseticidas	248.354	227.401	-8,4
Acaricidas	52.865	41.267	-21,9
Fungicidas	202.889	188.281	-7,2
Herbicidas	488.150	310.520	-36,4
Outros ¹	38.247	28.234	-26,2
Total	1.030.505	795.703	-22,8

¹ Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, óleo mineral e espalhantes adesivos.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

As indústrias de defensivos agrícolas, que, em 1998, proporcionaram à agricultura financiamento da ordem de 1,7 bilhão de dólares (com ainda 1/3 de contratos em aberto sob processo de negociação com os agricultores), deverão ser mais seletivas na concessão de recursos em 1999 (reduzindo a oferta de crédito, encurtando prazos de pagamentos e exigindo mais garantias), isso porque várias empresas estão em dificuldades financeiras para acertar as dívidas assumidas em dólar pelos agricultores. Outros mecanismos de financiamento alternativos estão sendo empregados, como trocas abrangendo não apenas *tradings*, mas também as indústrias de insumos.

A previsão de vendas do setor de defensivos agrícolas para 1999 é de que o faturamento do setor diminua 15% em relação ao ano anterior, situando-se em torno de US\$2,2 bilhões. No mercado de herbicidas espera-se retração maior, substituídos em parte pela mecanização agrícola e pelo uso do trabalho manual, diante da facilidade de contratação de mão-de-obra. Destaque-se que para a cultura do algodão existe a previsão de aumento nas vendas de defensivos agrícolas para a safra 1999/2000 em relação à safra anterior.

FERTILIZANTES

Célia Regina R. P. Tavares Ferreira

O consumo efetivo de fertilizantes no Brasil, em 1998, totalizou 14,7 milhões de toneladas de produto, quantidade recorde, contra 13,8 milhões de toneladas de produto em 1997, ou seja, incremento de 6,0%. Os principais fatores que colaboraram para o acréscimo da demanda, em 1998, foram: a) acréscimo da área plantada de algumas culturas, tais como: milho, arroz e feijão; b) relações de troca favoráveis para diversos produtos agrícolas (laranja, feijão, batata e milho); c) adoção, por parcela de agricultores, de novas variedades, mais exigentes em nutrientes; d) aumento do consumo de fertilizantes por unidade de área, como exemplos de algodão, café, frutas e trigo (Tabela 12).

TABELA 12 - Consumo Efetivo e Estoque de Fertilizantes, Brasil, 1996-98
(em mil toneladas de produto)

Discriminação	1996 ¹	1997 ¹	1998 ²
Estoque inicial (indústria) (a)	1.217	1.357	1.657
Produção ³ (b)	6.831	7.411	7.407
Importação ³ (c)	5.763	7.245	7.390
Consumo aparente (b+c)	12.594	14.656	14.797
Exportação (d)	249	278	280
Micros/outros/quebras ⁴ (e)	43	-244	127
Disponibilidade (a+b+c-d+e) (f)	13.605	15.491	16.301
Estoque final (indústria) (g)	1.357	1.657	1.632
Entregas (f-g) (h)	12.248	13.834	14.669
Estoque inicial (agricultor) (i)	130	130	130
Estoque final (agricultor) (j)	130	130	130
Consumo efetivo (h+i-j)	12.248	13.834	14.669

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

³Na produção e na importação está incluído o fosfato natural para aplicação direta e o fosfato natural reativo.

⁴Refere-se às matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

A cultura que mais consumiu fertilizantes no Brasil, em 1998, foi a de soja, com volume estimado em 3,8 milhões de toneladas de produto (26,0% do total), seguida pelo milho (18,5%), cana-de-açúcar (16,3%) e pelo café (7,8%), perfazendo, somente essas quatro culturas, 68,6% da quantidade consumida nesse ano. Em relação a 1997, o consumo de fertilizantes aumentou para as culturas de algodão herbáceo (5,6%), arroz (18,6%), banana (8,7%), café (19,9%), cana-de-açúcar (4,2%), feijão (57,1%), mandioca (10,3%), milho (17,6%) e trigo (1,4%). Em contrapartida observou-se decréscimo para várias culturas, como: amendoim (7,1%), fumo (9,4%), soja (3,5%) e tomate (25,0%) (Tabela 13).

No caso da soja, houve retração no consumo total de fertilizantes em função da redução em torno de 1,3% da área plantada na safra de verão 1998/99, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), tendo em vista a queda dos preços recebidos pelos agricultores. No cenário mundial, a crise financeira asiática, a safra recorde nos Estados Unidos e a recuperação dos estoques mundiais foram fatores que contribuíram para a queda das cotações da soja em 1998.

No Brasil, em 1998, comparativamente ao ano anterior, de acordo com o critério de regionalização do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIA-CESP), observou-se incremento das entregas de fertilizantes ao consumidor final em todas as Regiões: Centro de 6,2%, Sul de 4,8%, Nordeste de 5,1% e Norte de 45,6%. O Estado de São Paulo foi o que respondeu pela maior quantidade das entregas de fertilizantes em 1998, ou seja, 3,2 milhões de toneladas de produto, praticamente no mesmo nível do ano anterior (acrécimo de 1,8%),

TABELA 13 - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1996-98

Cultura	Consumo por cultura (1.000 t de produto)			Consumo (kg de produto/hectare)		
	1996 ¹	1997 ²	1998 ²	1996 ¹	1997 ²	1998 ²
Abacaxi	19	22	21	352	423	412
Algodão herbáceo	187	248	262	292	284	380
Alho	10	12	11	769	1.091	1.000
Arroz	12	14	13	136	140	138
Arroz	621	473	561	172	150	154
Aveia	13	6	17	65	31	89
Banana	126	149	162	229	279	305
Batata	369	417	465	2.027	2.369	2.719
Cacau	57	68	67	78	96	94
Café	827	949	1.138	402	455	520
Cana-de-açúcar ³	2.139	2.301	2.398	432	459	481
Cebola	35	38	37	515	559	578
Cevada	19	10	39	150	64	248
Feijão	585	406	638	118	103	144
Frutas	74	19	54	231	59	169
Fumo	282	360	326	815	1.000	926
Laranja	382	491	489	389	480	480
Mamona	7	7	8	46	53	87
Mandioca	84	78	86	42	48	54
Milho	2.528	2.307	2.712	183	206	225
Olerícolas	121	29	85	330	79	232
Pastagens ⁴	353	645	489	4	7	5
Reflorestamento	79	103	154	61	79	118
Soja	2.796	3.956	3.819	243	298	299
Sorgo	27	48	66	102	136	168
Tomate	97	148	111	1.565	2.349	1.947
Trigo	311	356	361	168	232	253
Outras ⁵	88	174	79
Total	12.248	13.834	14.668

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

³Inclui cana planta (20% da área da cana para corte).

⁴Considerando-se pastagens naturais e artificiais.

⁵Culturas consideradas: algodão arbóreo, castanha de caju, centeio, coco-da-Bahia, dendê, florícolas, guaraná, juta, malva, pimenta-do-reino, rami, sisal e uva.

Fonte: Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA).

representando 21,6% das entregas, seguido do Paraná (15,5%), Minas Gerais (15,1%), Rio Grande do Sul (11,0%), Mato Grosso (9,4%) e Goiás (8,3%) (Tabela 14).

Em 1998, a produção da indústria nacional foi da ordem de 7,4 milhões de toneladas de produto, quantidade semelhante ao ano precedente, registrando-se incrementos nas quantidades produzidas, em termos de nutrientes, dos fertilizantes fosfatados e potássicos, e retração na de nitrogênio. No caso das matérias-primas para fertilizantes, constatou-se maior produção, com exceção da amônia.

As importações brasileiras de fertilizantes, em 1998, apresentaram acréscimo de 2%, somando cerca de 7,4 milhões de toneladas de produto. Segundo o SIACESP, estima-se que o dispêndio de divisas foi de US\$1,069 bilhão/CIF e no caso das matérias-primas para fertilizantes, em torno de US\$222 milhões/CIF, totalizando US\$1,291 bilhão/CIF. Os preços dos fertilizantes importados em 1998, na média, situaram-se em US\$149,7/tCIF, enquanto que em valores FOB foi de US\$136,1/t, inferior ao observado em 1997 (US\$141,06/t).

TABELA 14 - Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1996-99
(em mil toneladas de produto)

Região e Estado	1996 ¹	1997 ¹	1998 ²	Jan.-jun./97 ¹	Jan.-jun./98 ²	Jan.-jun./99 ²
Região Sul						
Rio Grande do Sul	1.333	1.486	1.608	489	473	342
Santa Catarina	333	353	320	160	141	108
Subtotal	1.666	1.839	1.928	649	614	450
Região Centro						
Espírito Santo	157	216	242	66	79	61
Goiás/DF/Tocantins	1.127	1.229	1.294	310	321	252
Mato Grosso	1.125	1.468	1.374	445	385	327
Mato Grosso do Sul	475	762	756	177	154	125
Minas Gerais	1.643	2.034	2.210	561	603	550
Paraná	1.696	1.764	2.269	647	782	629
Rio de Janeiro	57	42	40	19	19	11
São Paulo	3.122	3.179	3.171	1.116	1.105	866
Subtotal	9.402	10.694	11.356	3.341	3.448	2.820
Região Nordeste						
Alagoas	242	211	209	125	134	81
Bahia	525	611	669	189	188	184
Ceará	14	23	22	12	11	10
Maranhão	80	92	127	26	24	9
Paraíba	36	47	42	32	30	17
Pernambuco	180	190	158	117	108	73
Piauí	21	23	24	6	5	2
Rio Grande do Norte	29	39	45	24	30	22
Sergipe	17	18	22	8	10	9
Subtotal	1.144	1.254	1.318	539	539	407
Região Norte	36	46	67	23	32	28
Brasil	12.248	13.834	14.668	4.552	4.633	3.705

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes (SINPRIFERT), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

As exportações brasileiras de fertilizantes, em 1998, totalizaram 280 mil toneladas de produto, praticamente igual ao ano anterior, cujo valor totalizou US\$52 milhões/FOB. Os principais fertilizantes exportados foram uréia, formulações NPK, superfosfato triplo e fosfato di-amônio (DAP).

Até meados de 1999, no mercado internacional, os preços de cloreto de potássio, principal fertilizante importado, permaneceram estáveis, tendo sido cotado no Canadá, em junho de 1999, em US\$129-139/t FOB-Vancouver (granulado).

A mudança na política cambial brasileira, em janeiro de 1999 (desvalorização do real), provocou elevação nos preços pagos dos fertilizantes pelos agricultores, tendo em vista que parcela significativa (em torno de 50%) desse insumo consumido no Brasil é importada. A produção nacional de cloreto de potássio, importante na fabricação das fórmulas de adubação, respondeu, em 1998, por apenas 15% da demanda interna, sendo o principal produto importado, participando com cerca de 44% das importações de produtos intermediários para fertilizantes.

Analisando-se estimativas de preços médios de fertilizantes pagos pelos agricultores na Região Centro-Sul, no período de junho de 1998 a junho de 1999, verifica-se que a média de preço sofreu acréscimo de R\$68,29/t (de R\$223,68/t para R\$291,97/t), ou seja, aumentaram, em média, em 30,0%, porém se se considerar em termos reais, o acréscimo foi de 20,1%.

A "relação de troca" produto/fertilizante, para a maioria dos produtos agrícolas, no primeiro semestre de 1999, estava mais desfavorável aos agricultores em comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente no caso da cana-de-açúcar, responsável por 16,3% do consumo nacional de fertilizantes, em decorrência dos baixos preços pagos pelo açúcar e álcool (Tabela 15).

TABELA 15 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Uma Tonelada de Adubo, Região Centro-Sul, Brasil, 1996-99

Ano/mês	Algodão		Arroz em casca		Cana-de-açúcar	
	15kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	t	Índice ¹
1996	31,0	100,0	22,1	100,0	17,4	100,0
1997	26,9	86,8	19,2	86,9	15,3	87,9
1998	28,6	92,3	14,4	65,2	14,4	82,8
Jan.	25,5	82,3	15,7	71,0	14,4	82,8
Fev.	24,8	80,0	15,9	71,9	14,2	81,6
Mar.	25,5	82,3	15,5	70,1	13,6	78,2
Abr.	27,8	89,7	16,0	72,4	13,7	78,7
Mai	29,0	93,5	15,0	67,9	13,8	79,3
Jun.	30,0	96,8	14,5	65,6	13,8	79,3
Jul.	29,7	95,8	14,3	64,7	14,4	82,8
Ago.	29,4	94,8	14,1	63,8	14,6	83,9
Set.	30,1	97,1	13,3	60,2	14,7	84,5
Out.	30,9	99,7	13,4	60,6	15,2	87,4
Nov.	31,2	100,6	12,9	58,4	15,0	86,2
Dez.	31,8	102,6	13,0	58,8	15,5	89,1
1999						
Jan.	31,5	101,6	14,3	64,7	16,3	93,7
Fev.	38,8	125,2	16,7	75,6	20,1	115,5
Mar.	37,9	122,3	18,3	82,8	22,9	131,6
Abr.	36,9	119,0	19,8	89,6	22,9	131,6
Mai	35,1	113,2	19,8	89,6	22,9	131,6
Jun.	34,2	110,3	20,9	94,6	23,0	132,2
Ano/mês	Feijão		Milho		Soja	
	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹
1996	4,9	100,0	30,2	100,0	16,4	100,0
1997	5,2	106,1	33,6	111,3	14,3	87,2
1998	2,8	57,1	26,8	88,7	16,9	103,0
Jan.	4,9	100,0	28,1	93,0	13,6	82,9
Fev.	4,3	87,8	27,2	90,1	15,0	91,5
Mar.	3,9	79,6	26,4	87,4	15,2	92,7
Abr.	3,5	71,4	26,7	88,4	16,9	103,0
Mai	2,1	42,9	24,9	82,5	17,1	104,3
Jun.	1,9	38,8	27,5	91,1	17,7	107,9
Jul.	2,1	42,9	25,7	85,1	18,0	109,8
Ago.	2,3	46,9	27,7	91,7	19,2	117,1
Set.	2,6	53,1	27,4	90,7	18,1	110,4
Out.	2,7	55,1	28,1	93,0	18,7	114,0
Nov.	2,8	57,1	26,3	87,1	17,8	108,5
Dez.	2,7	55,1	26,5	87,7	18,0	109,8
1999						
Jan.	2,9	59,2	25,4	84,1	19,2	117,1
Fev.	3,5	71,4	30,5	101,0	22,1	134,8
Mar.	4,7	95,9	34,9	115,6	22,5	137,2
Abr.	5,0	102,0	35,1	116,2	23,5	143,3
Mai	5,9	120,4	34,7	114,9	21,8	132,9
Jun.	6,4	130,6	34,1	112,9	21,8	132,9

¹Índice simples. Base: 1996 = 100.

Fonte : Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

Em 1999, em face da desvalorização do real, muitas empresas de fertilizantes estariam se descapitalizando, aumentando suas dívidas com o pagamento das importações realizadas em 1998. Os fertilizantes que haviam sido comercializados à taxa de câmbio (R\$/US\$) em torno de 1,2 em 1998 estão sendo liquidados à taxa mensal em torno de 1,8. Segundo o SIACESP, o setor de fertilizantes financiou diretamente os agricultores, em 1998, em torno de US\$200 milhões. Esses fatores,

somados à restrição de crédito para importação desse insumo pelas empresas, contribuíram para o decréscimo de 29,8% das importações brasileiras de fertilizantes no período de janeiro a julho de 1999, em relação ao ano anterior, fixando-se em 2,5 milhões de toneladas de produto. Também decresceu a quantidade total de matérias-primas para fertilizantes importadas no citado período.

Diante dessa situação, existe o risco de saída de grandes fornecedores de fertilizantes e de que muitas empresas reduzam sua participação no mercado, diminuindo a concorrência, o que poderá contribuir para aumento dos preços pagos pelos agricultores.

Concomitantemente, no primeiro semestre de 1999, a produção da indústria nacional de produtos intermediários para fertilizantes, principalmente de uréia, fosfato di-amônio (DAP), superfosfato simples e triplo, decresceu 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 3,0 milhões de toneladas.

No acumulado de janeiro a junho de 1999, as entregas de fertilizantes no País totalizaram 3,7 milhões de toneladas de produto, com diminuição de 20,0% em relação à igual período de 1998. O decréscimo das entregas foi observado em todos os estados brasileiros, com exceção de Amazonas e Pará (Estados com consumo pouco expressivo). No caso específico de São Paulo, as entregas foram 21,6% inferiores nesse período, somando apenas 866 mil toneladas de produto.

Tendo em vista que no primeiro semestre de 1999 praticamente não ocorreu a antecipação de compras pelos produtores, principalmente os de soja, que deixaram para adquirir os fertilizantes bem próximo ao plantio; e que as principais culturas no Brasil são plantadas no segundo semestre, a tradicional sazonalidade do setor deverá aumentar ainda mais, com grandes quantidades de fertilizantes para serem entregues, de agosto a novembro, acarretando problemas de transporte, com elevação do preço dos fretes. Por outro lado, o atraso nas importações de fertilizantes, com acúmulo de desembarque nos portos, e possíveis manifestações dos caminhoneiros nas estradas poderão dificultar o recebimento dos fertilizantes pelos agricultores na safra 1999/2000. Nesse cenário, portanto, é de extrema relevância que os recursos de crédito rural anunciados pelo Governo possam chegar o mais rápido até os agricultores a fim de que realizem as aquisições dos fertilizantes.

Devido à queda dos preços dos principais produtos agrícolas e seus derivados (como soja e açúcar) e ao aumento dos preços dos insumos importados, resultando em elevação dos custos de produção, agravados ao crédito agrícola mais restrito e ao endividamento do setor agrícola, a previsão do setor de fertilizantes para 1999 é de retração de 10% nas entregas ao consumidor final em relação ao ano anterior, situando-se em torno de 13,2 milhões de toneladas de produto.

A expectativa no mercado é de que em 1999, em relação ao ano precedente, ocorra diminuição no consumo de fertilizantes nas culturas de soja, cana-de-açúcar e laranja, e aumento nos casos de café e feijão. Na cultura do algodão também deverá haver maior consumo, em função do aumento de área previsto e da maior utilização por hectare. Porém, segundo fontes do setor, estima-se que, de modo geral, ocorra redução na quantidade média de fertilizante consumida por unidade de área, fator que poderá contribuir para a queda da produtividade agrícola na safra 1999/2000.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOMOTRIZES

Celso Luis Rodrigues Vegro⁹

No período de janeiro a julho de 1999 foram produzidas 17.893 máquinas agrícolas, interrompendo-se a seqüência de resultados positivos que vinha exibindo o segmento desde 1996. Comparando-se à produção de igual período do ano anterior verifica-se queda de 18,3%, apesar de as vendas no mercado interno terem sido incrementadas em 5,7% (ou mais 837 máquinas). Esse pior desempenho decorre do significativo recuo das exportações que declinaram 63,2% frente a igual período de 1998, com exportação de apenas 2.156 máquinas. No agregado (mercado interno mais

⁹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

exportações) foram comercializadas apenas 17.608 máquinas frente às 20.481 negociadas no mesmo período do ano anterior (Tabela 16).

TABELA 16 - Evolução da Produção e Vendas de Máquinas Agrícolas Automotrizes, Brasil, 1996-99
(em unidade)

Item	1996	1997 ¹	1998 ²	Janeiro a julho		(b/a-1) x 100
				1998 ² (a)	1999 ² (b)	
Cultivador motozado						
Produção	926	844	692	430	424	-1,40
Vendas no mercado interno	714	707	589	385	401	4,16
Exportação	35	138	101	17	13	-23,53
Total das vendas	749	845	690	402	414	2,99
Trator de esteira						
Produção	1.543	2.035	2.072	1.315	794	-39,62
Vendas no mercado interno	500	777	766	462	380	-17,75
Exportação	985	1.199	1.208	809	607	-24,97
Total das vendas	1.485	1.976	1.974	1.271	987	-22,34
Trator de roda						
Produção	15.545	22.464	24.080	15.968	13.427	-15,91
Vendas no mercado interno	10.291	15.731	18.158	10.658	11.909	11,74
Exportação	5.273	6.384	5.469	3.884	1.085	-72,06
Total das vendas	15.561	22.115	23.627	14.542	12.994	-10,65
Colheitadeiras						
Produção	2.531	3.715	4.017	2.504	2.225	-11,14
Vendas no mercado interno	1.529	1.662	2.409	1.594	1.914	20,08
Exportação	1.059	1.906	1.756	959	360	-62,46
Total das vendas	2.588	3.568	4.165	2.553	2.274	-10,93
Retroescavadeiras						
Produção	1.644	2.599	2.489	1.687	1.023	-39,36
Vendas no mercado interno	1.489	2.141	2.242	1.516	848	-44,06
Exportação	177	437	312	197	91	-53,81
Total das vendas	1.666	2.578	2.554	1.713	939	-45,18
Máquinas agrícolas						
Produção	22.189	31.657	33.350	21.904	17.893	-18,31
Vendas no mercado interno	14.523	21.029	24.164	14.615	15.452	5,73
Exportação	7.529	10.064	8.846	5.866	2.156	-63,25
Total das vendas	22.049	31.093	33.010	20.481	17.608	-14,03

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

O crescimento das vendas no mercado interno foi propiciado pela elevação da renda dos produtores nos primeiros meses após a desvalorização do real. Entretanto, a partir de abril de 1999, o ritmo de expansão das vendas começa a perder fôlego, pois os produtores retraem-se com o encarecimento dos custos dos insumos aliado à queda dos preços recebidos pelas *commodities*. Na análise por tipo de máquina, constata-se que o maior crescimento relativo ocorreu entre colheitadeiras, com incremento de vendas em 20% (ou mais 320 máquinas), seguida pelos tratores de rodas com elevação de 11,7% (ou mais 1.251 máquinas)¹⁰. O aumento de vendas no mercado interno de máquinas típicas de utilização na produção agrícola sinaliza que existe esforço de renovação da frota

¹⁰Os cultivadores mecânicos (tratores de rabiças) tiveram crescimento mais modesto de vendas no mercado interno, com crescimento de apenas 4,2% no período de janeiro a julho de 1999 em relação à igual período do ano anterior.

de tratores de rodas e colheitadeiras. Por outro lado, a queda nas vendas de tratores de esteira e de retroescavadeiras foi bastante expressiva, com reduções de 17,7% e 44% respectivamente¹¹.

Dentre as Regiões brasileiras, a Sul e a Sudeste responderam por 72% das vendas no mercado interno de tratores, concentração decorrente da reconhecida especialização no cultivo de grãos na primeira e de cana-de-açúcar na segunda. Isoladamente, o Estado de São Paulo, em 1998, adquiriu 4.610 tratores, liderando as compras desse produto¹². No caso das colheitadeiras, 89% das vendas foram efetuadas nas Regiões Sul e Centro-Oeste, pois a concentração do cultivo de grãos em grande escala torna obrigatória a utilização desse tipo de máquina. Os Estados que mais demandaram colheitadeiras novas em 1998 foram o Rio Grande do Sul, com 519 máquinas, e o Paraná com 506 (Figura 1).

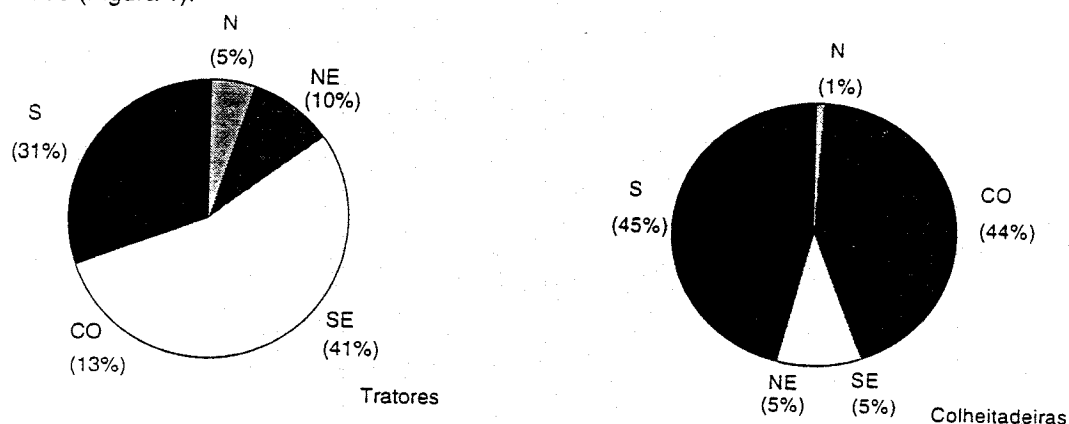


Figura 1 - Participação Percentual das Vendas de Tratores e Colheitadeiras no Mercado Interno, por Região, 1998.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da ANFAVEA (1999).

A indústria de máquinas agrícolas brasileiras, que vinha conquistando mercados para seus produtos, deparou-se com a recessão em seus principais países de destino apesar da desvalorização cambial que numa primeira análise daria novo ímpeto às exportações. Na Argentina, por exemplo, a queda das vendas de tratores foi de 60% e de 30% nas colheitadeiras, causando impacto direto sobre as exportações brasileiras. O declínio da renda dos produtores argentinos é apontado como o principal componente dessa crise que o segmento enfrenta. Nesse mesmo cenário inserem-se os demais clientes internacionais de máquinas agrícolas ou, num contexto mais geral, de produtos manufaturados brasileiros, refletindo-se na considerável queda das exportações observada no período (Tabela 17).

A diminuição do valor das exportações foi menor que a de quantidades exportadas (-63%), contabilizando declínio de 45% (US\$262,5 milhões em 1999 contra US\$477,2 milhões em 1998). Esse fato, aparentemente, evidencia que transações de produtos de maior valor foram menos afetadas que as exportações de outros itens mais baratos (tratores leves, por exemplo).

As vendas de tratores de rodas podem ainda ser incrementadas com a retomada dos negócios, tendo em vista que a maior parte dos produtores adiaram a compra de máquinas em função da instabilidade cambial que aumentou os custos de produção agrícola e afetou os preços recebidos. Também causou impacto sobre a demanda, as restrições de créditos internacionais e as dificuldades em fazer Adiantamento de Contrato de Câmbio por parte dos fabricantes de máquinas. Espera-se que no segundo semestre as vendas totais de tratores continue mantendo taxa positiva de crescimento, enquanto no agregado das máquinas agrícolas, prevê-se comercialização de cerca de 31 mil máquinas com faturamento próximo dos US\$2 bilhões.

¹¹As vendas de retroescavadeiras para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina destinam-se essencialmente à utilização nos cultivos em tabuleiro de arroz irrigado.

¹²Em São Paulo, Decreto Estadual reduziu a alíquota de ICMS nas transações de máquinas agrícolas tendo impacto positivo para os equipamentos fabricados no Estado.

TABELA 17 - Quantidade e Valor das Exportações Brasileiras de Máquinas Agrícolas, Janeiro a Julho de 1998 e de 1999

Mês	1998		1999	
	Unidades	Valor (US\$1.000)	Unidades	Valor (US\$1.000)
Janeiro	724	61.161	239	28.139
Fevereiro	1.107	71.397	278	4.718
Março	1.158	77.861	333	49.242
Abril	754	64.596	319	35.248
Maio	830	64.643	306	36.854
Junho	687	75.852	403	49.607
Julho	600	61.709	283	28.680
Subtotal	5.860	477.219	2.161	262.488

Fonte: Carta ANFAVEA, números 152 a 159 (1999).

Na análise do comportamento das vendas mensais de tratores de rodas, entre agosto de 1997 e julho de 1998, vis-à-vis agosto de 1998 e julho de 1999, constata-se que as transações foram sistematicamente superiores no último período, excetuando-se novembro de 1997 e junho de 1998. Em junho e julho de 1999, as vendas de tratores atingem o pico sazonal desse mercado, com vendas mensais próximas de 2 mil unidades (Figura 2).

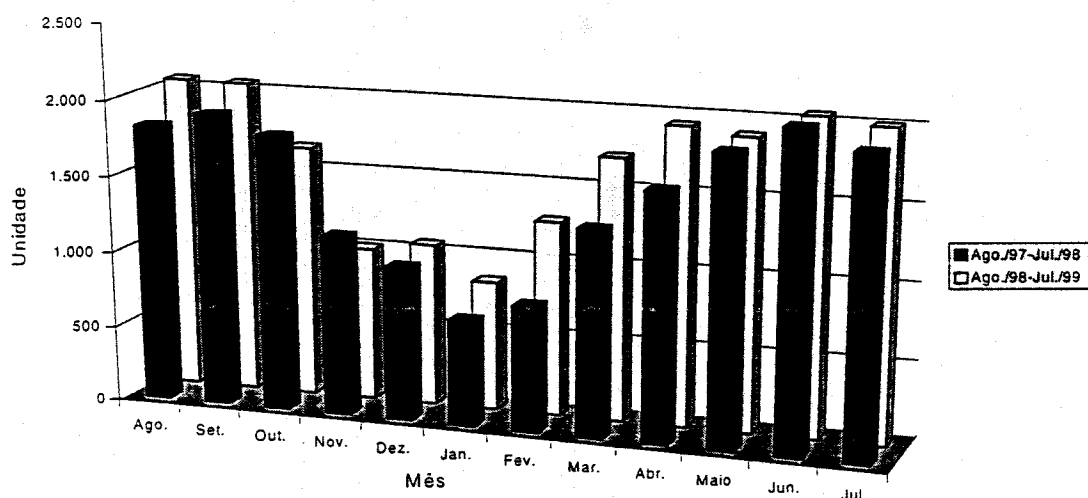


Figura 2 - Vendas de Tratores de Rodas no Mercado Interno, Brasil, Agosto de 1997 a Julho de 1999.

Fonte: Carta da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 1997-99.

Os fabricantes de tratores estimam que, em 1999, deverão comercializar cerca de 19,5 mil tratores de rodas, número 7,5% superior às vendas observadas em 1998. A liderança nas vendas pertence à montadora AGCO do Brasil (antiga MF), seguida pela Valtra do Brasil (Valmet), distribuindo 3.867 e 3.369 tratores de rodas entre janeiro e julho de 1999 respectivamente, concentrando, ambas as montadoras, 62% do total desse mercado. Enquanto classes de potência, existe preferência (mais da metade do mercado total de tratores) pelo produto entre 50cv e 99cv.

As vendas mensais de colheitadeiras também foram maiores de agosto de 1998 a julho de 1999, excetuando-se novembro de 1998 que ficou abaixo do mesmo mês do ano anterior. Em fevereiro de 1999, as vendas ultrapassaram as 500 unidades, algo que não era observado nesse mercado desde março de 1994. Esse incremento das transações pode ser creditado ao bom resultado da safra de verão 1998/99, em que foram colhidos 84 milhões de toneladas de grãos (Figura 3).

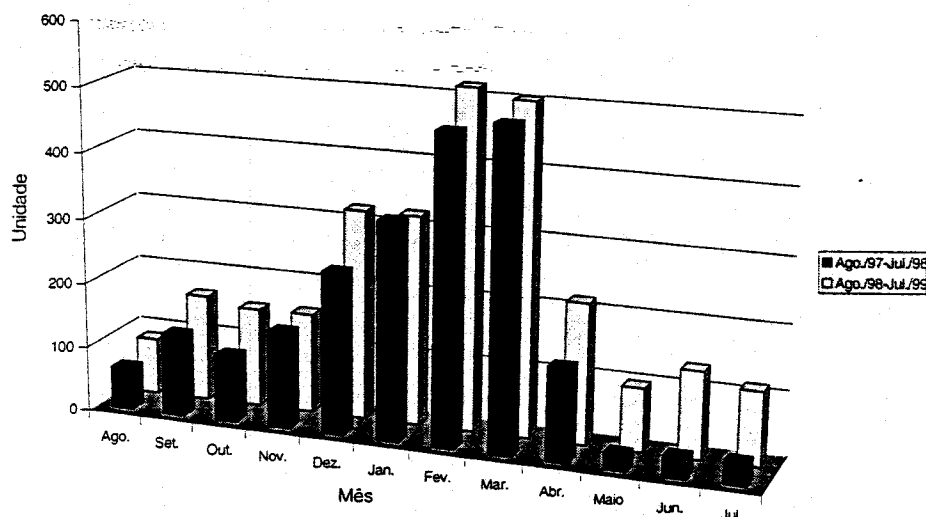


Figura 3 - Vendas de Colheitadeiras de Cereais no Mercado Interno, Brasil, Agosto de 1997 a Julho de 1999.

Fonte: Carta da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), 1997-99.

O segmento de colheitadeiras de cereais têm presenciado importante mudança em sua estrutura empresarial com a entrada de três novas montadoras: CASE do Brasil, Brastoft (que fundiu-se com a New Holland) e Cameco do Brasil e SLC (compradas pela John Deere S.A.). Outra montadoras esboçavam interesse no mercado regional, como o caso da alemã Claas, mas que ainda não se decidiu por qualquer investimento em território nacional.

Observa-se no segmento de colheitadeiras a estratégia de diversificação de produtos com a entrada nos mercados de equipamentos voltados para a colheita de cana-de-açúcar, de algodão e de café. Os novos concorrentes desse mercado têm impulsionado uma mudança nos padrões tecnológicos vigentes no setor, com crescente introdução da automação e de controles eletrônicos das operações realizadas pelas máquinas (tratores e colheitadeiras). A chamada agricultura de precisão, apoiada por satélites, otimiza a relação custo/benefício, controlando, por exemplo, a dosagem de adubo, segundo a fertilidade do talhão, ou monitorando a produtividade da área.

O Brasil apresenta um dos mais baixos índices de mecanização de sua agricultura, mesmo comparando-se com países de tamanho semelhante (EUA e Canadá). No Brasil, a proporção é de um trator para 103,3 hectares, enquanto nos EUA esse indicador é de 38,7 hectares e de 61,4 hectares no Canadá. O mesmo pode ser constatado para o segmento de colheitadeiras em que cada equipamento brasileiro opera em 833,7ha muito abaixo dos 280,6ha estadunidense e 293,0ha canadense (Tabela 18).

TABELA 18 - Índice de Mecanização, Países Selecionados, 1995
(em hectare)

País	Aráveis/trator	Colhidos/colheitadeira
Reino Unido	11,9	126,1
França	14,0	118,9
EUA	38,7	280,6
Canadá	61,4	293,0
Argentina	89,3	500,0
Brasil	103,9	833,7

Fonte: COSTA, Edson A. Aumenta a mecanização na agricultura. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 10 maio 1999. Caderno B, p.22.

Mesmo restringindo a comparação à Argentina, nesse país se observa melhor relação que o caso brasileiro, com 89,3ha/trator e 500ha/colheitadeira. Se por um lado, essas comparações evi-

denciam que o País precisa incrementar as vendas de máquinas para se aproximar dos padrões prevaletentes noutros países, por outro, fazem do mercado brasileiro um dos mais promissores para o segmento em âmbito mundial, e não por acaso o destino preferencial dos novos investimentos em plantas montadoras. Empresários do setor estimam que o potencial de consumo do mercado brasileiro seria de 30 mil tratores de rodas e 4 mil colheitadeiras ao ano.

As importações, antes concentradas em máquinas diferenciadas (colheitadeiras de sementes e alguns tipos de tratores de esteira), começam a se destacar no contexto dessa indústria. Algumas novas firmas, que têm agendado seus investimentos no Brasil, iniciam a produção importando kits das matrizes, como são os casos da Metasa S.A - Passo Fundo/RG (associada à polonesa Ursus), da Cameco -Catalão/GO (comprando kits estadunidenses) e a Brastoft (com kits do tipo CKD¹³). Todavia, o impacto da desvalorização cambial sobre essa estratégia de negócios forçou maior grau de nacionalização dos componentes mas, ainda assim, entre janeiro e julho de 1999, foram importados 269 tratores de rodas e 79 colheitadeiras (CARTA ANFAVEA, ago./1999).

A nacionalização de componentes também foi a palavra de ordem entre os fabricantes de máquinas agrícolas já instalados. A AGCO, após a mudança cambial, procura alternativas, sobretudo, de motores diesel para equipar seus tratores (que hoje dependem de fornecedor inglês), enquanto na New Holland, a nacionalização alcança cerca de 95% dos componentes de suas colheitadeiras, dependendo apenas de componentes de precisão e de acionamento hidráulico, os quais não possuem escala de demanda que justifique a implantação de linha de montagem desses produtos.

O nível de emprego no segmento, após apresentar ligeira tendência de alta entre janeiro e julho de 1998, iniciou trajetória descendente, acompanhando o mesmo comportamento observado na indústria de veículos. Entre janeiro e junho de 1998, a queda no nível de emprego foi de 14% com número de demissões estimado em 463 no período (Figura 4).

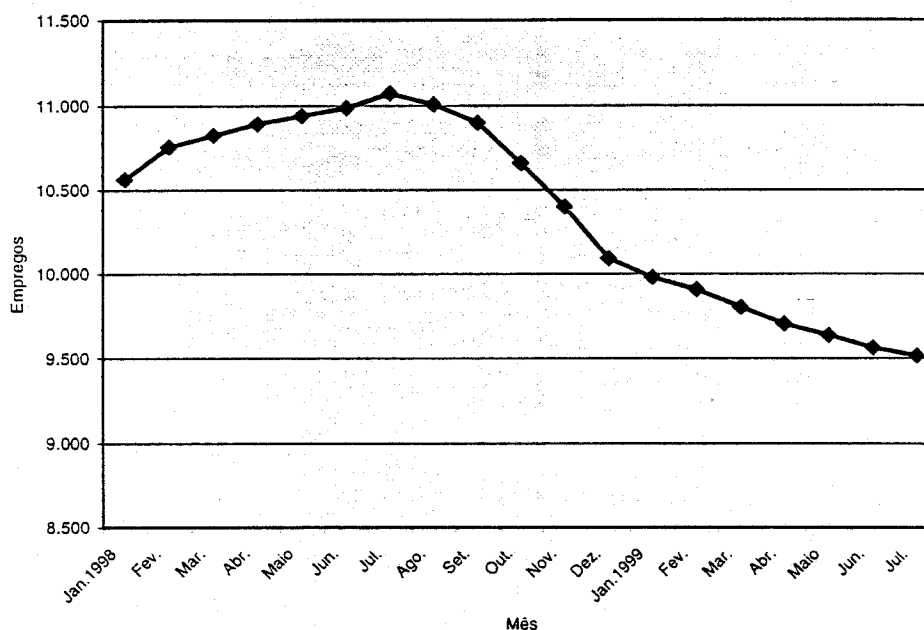


Figura 4 - Número de Empregos Diretos, Indústria de Máquinas Agrícolas Automotrizes, Brasil, 1998 e Janeiro a Julho de 1999.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de CARTA ANFAVEA, números 148 a 159.

¹³Existem três modalidades de importações dos chamados kits, sendo que os mais usuais são: a) Complete-not-Down (CKD); e b) Semi-not-Down (SKD). O outro tipo de kit, mais usual na indústria automobilística, é o Complete Building Unit (CBU).

Estudo anterior¹⁴ concluiu que a produtividade do trabalho nessa indústria mostrava crescimento substancial atingindo na média 2,5 máquinas fabricadas por empregado em 1995. A queda do número de trabalhadores entre janeiro de 1998 e junho de 1999 aliada ao aumento das vendas permite que se formule a hipótese de crescimento no índice de produtividade do trabalho, o que efetivamente ocorreu, pois em 1998 o índice de produtividade do trabalho alcançou 3,3 máquinas por empregado.

Apesar desse crescimento do índice de produtividade do trabalho, ainda é bastante elevada a capacidade ociosa instalada nas linhas de montagem (50%), de acordo com estimativas dos empresários de máquinas agrícolas automotrizes.

A manutenção do crescimento das vendas no mercado interno foi em parte propiciado pelo incremento das principais linhas de crédito para a aquisição de máquinas agrícolas. Os empréstimos da Agência Especial de Financiamento Industrial FINAME-agrícola, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁵, cresceram 53,54% no comparativo entre os primeiros semestres de 1998 e 1999, enquanto o FINAME convencional (sem os benefícios do FINAME-agrícola) apresentou queda de -61,21% (Tabela 19).

TABELA 19 - Desembolsos e Número de Operações por Tipo de Financiamento, BNDES, Brasil, Janeiro a Junho de 1998 e de 1999

Programa	Janeiro a Junho				Variação (b-a) x 100/a (%)
	1998		1999		
	Desembolso (RS milhão) (a)	Operações (n°)	Desembolso (RS milhão) (b)	Operações (n°)	
FINAME	1.759,5	8.795	682,5	3.173	-61,21
FINAME-agrícola	211,8	3.779	325,2	7.019	53,54

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de ABIMAQ/SINDIMAQ.

O maior entrave à elevação da contratação de FINAME para a aquisição de máquinas agrícolas é a falta de garantias pelos produtores que carregam dívidas e renegociações de créditos passados ainda não quitados. Ademais, as taxas cobradas pelo agente intermediador da operação e a ser recolhida ao próprio fundo nos casos dos créditos com prazo superior a cinco anos acabam encarecendo muito os empréstimos, criando relativa aversão por parte dos produtores.

Outras linhas de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Nacional (PRONAF) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), praticamente não tiveram volume de liberações substanciais, pouco repercutindo sobre a demanda de máquinas agrícolas.

A ANFAVEA junto com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) empenham-se junto ao Governo Federal em prorrogar a alíquota zero de IPI para bens de capital¹⁶ até que seja concluída a reforma tributária, alegando-se que a cobrança do imposto causaria danos ao setor exatamente no momento em que os produtores estão iniciando o preparo de solo e o plantio da nova safra. Segundo as medidas anunciadas no plano de safra 1999/2000, está prevista a aplicação de alíquotas de IPI cumulativas de 1% ao mês a partir de agosto até atingir o patamar de 5% em dezembro¹⁷. Até o fechamento deste artigo tinha-se de concreto apenas o encaminhamento do pleito pelo Ministério da Agricultura para o da Fazenda.

¹⁴VEGRO, Celso L. R; FERREIRA, Célia R. R. P. T.; CARVALHO, Flavio C. Indústria brasileira de máquinas agrícolas: evolução e mercado, 1985-95. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.27, n.1, p.11-25, jan. 1997.

¹⁵Taxa de juros pré-fixada em 11,95% ao ano com prazo de pagamento de até cinco anos, financiando-se até 100% do valor do equipamento.

¹⁶O segmento é desonerado do IPI desde final da década de 80.

¹⁷Para maiores informações consultar o Decreto nº 3.102 do Diário Oficial da União de 30 de junho de 1999.

O mesmo grupo de entidades encaminhou ao BNDES estudo para renovação da frota brasileira de tratores e colheitadeiras. "A proposta prevê linha de financiamento para empresas, cooperativas e pessoas físicas envolvidas na produção agrícola", além de possíveis reduções de tributos federais, estaduais e bonificações dos fabricantes pela entrega da sucata. Estima-se que existam 460 mil tratores de rodas e 50 mil colheitadeiras, das quais de 35% a 25% têm, respectivamente, entre 16 e 25 anos¹⁸.

A relação de troca entre agricultores e indústria de máquinas agrícolas mostra tendência de melhora para os produtos considerados (com exceção do feijão das secas), favorecendo as aquisições de novas máquinas agrícolas (embora menos expressiva para o caso da soja), o que de fato se expressou nas vendas do período (Tabela 20).

TABELA 20 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir um Trator de Rodas entre 60 e 70cv e uma Colheitadeira MF 3640, Estado de São Paulo, 1996-99¹

Produto	Unidade	1996		1997	
		60-70cv	Colheitadeira	60-70cv	Colheitadeira
Algodão	15kg	4.187	...	4.979	...
Arroz	60kg	2.489	5.193	2.212	4.634
Feijão da seca	60kg	691	1.441	841	1.762
Milho	60kg	3.802	7.935	4.398	9.215
Soja	60kg	2.228	4.650	1.859	3.894

Produto	Unidade	1998		1999	
		60-70cv	Colheitadeira	60-70cv	Colheitadeira
Algodão	15kg	4.887	...	3.517	...
Arroz	60kg	1.810	3.745	1.654	3.411
Feijão da seca	60kg	353	731	927	1.912
Soja	60kg	3.655	7.560	3.588	7.400
Milho	60kg	2.424	5.014	1.423	2.934

¹Tomaram-se como base os preços médios recebidos e pagos pelos produtores no trimestre maio-julho de cada ano.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola.

A piora na relação de troca para o caso do feijão da seca decorre de reajuste no mercado ocorrido em 1999, pois no ano anterior foram observados problemas de abastecimento com repercussões imediatas sobre os preços praticados no mercado interno. Comparando-se as necessidades de produto observada em 1997 com as de 1999, constata-se que voltam a girar em torno das 850 sacas.

Finalmente, deve-se mencionar o esforço do Estado do Rio Grande do Sul em renovar o parque de colheitadeiras através de campanhas de divulgação das vantagens da utilização das novas máquinas. Esse esforço deveria ser reproduzido nos demais estados, uma vez que é decisiva a modernização do parque de máquinas, sobretudo das colheitadeiras, pois enquanto um trator em vias de sucateamento ainda se presta para serviços gerais na propriedade (puxar carreta, tanque, transporte de insumos), nas colheitadeiras não se pode pensar em reservar os talhões de menor produtividade para os serviços do pior equipamento.

¹⁸MATIAS, Camila. Ministério quer isenção do IPI para máquinas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 jul. 1999. Caderno B, p.16 e PASTRE, Pêrsio L. *Plano de Safra 99/2000: mercado de máquinas agrícolas automotrizes*. Palestra realizada no Auditório do CROWNE PLAZA HOTEL. São Paulo, 12 de ago. 1999.

SEMENTES

Ikuyo Kiyuna¹⁹
Humberto Sebastião Alves²⁰

A produção brasileira de sementes melhoradas dos principais grãos (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) da safra agrícola 1998/99 está estimada em 1,4 milhão de toneladas, representando redução de 13,2% em relação ao volume do ano anterior, que foi de 1,7 milhão de toneladas, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM). Para a produção paulista de sementes melhoradas desses grãos, a estimativa da ABRASEM situa-se nos mesmos níveis do ano anterior, ou seja, 54 mil toneladas, assim distribuídas: 3.200 toneladas de sementes de algodão; 600 toneladas de arroz; 1.200 toneladas de feijão; 30.000 toneladas de milho; 16.564 toneladas de soja e 2.500 toneladas de trigo (Tabela 21).

TABELA 21 - Evolução da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas, Brasil, 1994/95 a 1998/99 e Participação Relativa do Estado de São Paulo na Safra 1998/99 (em t)

Cultura	Brasil					São Paulo	São Paulo/Brasil
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99 ¹ (a)	1998/99 ¹ (b)	(b)/(a) (%)
Algodão	24.341	24.803	13.325	11.013	10.267	3.200	31,2
Arroz ²	180.951	162.264	96.164	117.878	131.700	600	0,5
Feijão	29.185	24.936	13.898	23.120	18.408	1.200	6,5
Milho	138.089	129.413	169.106	165.978	143.351	30.000	20,9
Soja	1.128.443	866.818	742.668	998.881	848.158	16.564	2,0
Trigo	267.015	231.547	219.475	252.285	209.600	2.500	1,2
Total	1.768.024	1.439.781	1.254.636	1.569.155	1.361.484	54.064	4,0

¹Estimativa, sujeita à quebra na colheita.

²Arroz irrigado e de sequeiro.

Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (ABRASEM).

A produção de sementes melhoradas conduzida pelo Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em 1998/99, foi de: 813 toneladas de algodão; 110 toneladas de amendoim; 171 toneladas de arroz irrigado (ou terras baixas); 790 toneladas de arroz de sequeiro (ou terras altas); 1.414 toneladas de feijão; 2.216 toneladas de milho variedade e 1.512 toneladas de soja. O total de sementes de arroz ofertadas pela Secretaria da Agricultura para a safra 1999/2000 é de 961 toneladas (irrigado e sequeiro), portanto bem acima da estimativa da ABRASEM (Tabela 22).

TABELA 22 - Produção de Sementes Melhoradas da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1998/99

Espécie	Produção (t)
Algodão	813
Amendoim	110
Arroz irrigado	171
Arroz de sequeiro	790
Feijão	1.414
Milho variedade	2.216
Soja	1.513

Fonte: Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

¹⁹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²⁰Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do Instituto de Economia Agrícola.

O balanço entre oferta e demanda de sementes no Estado de São Paulo, para a safra 1999/2000, apresenta o mesmo padrão dos anos anteriores, com excedente da ordem de 18 mil toneladas no caso do milho, e déficit aproximado de 22 mil no caso de sementes de soja, que deverá ser complementado pelos principais estados produtores de soja. Nos casos de arroz e feijão, a oferta e a demanda interna apresentam ajuste estreito (Tabela 23).

TABELA 23 - Estimativa da Demanda e Oferta de Sementes Melhoradas Produzidas no Estado de São Paulo, para o Plantio da Safra das Águas, 1999/2000

Espécie	Área ¹ (1.000ha)	Taxa de utilização de sementes melhoradas ²	Densidade (kg/ha)	Demanda efetiva	Oferta interna ³	Saldo
				(t) (a)	(t) (b)	(t) (b) - (a)
Algodão	71,39	92	37	2.430	3.200	770
Arroz irrigado ⁴	13,16	30	100	395	171	-224
Arroz de sequeiro ⁴	40,47	30	41	498	790	292
Feijão	77,56	30	50	1.163	1.414	250
Milho	706,05	75	23	12.179	30.000	17.821
Soja	500,02	85	90	38.252	16.546	-21.706

¹Utilizou-se como referência a área cultivada na safra 1998/99, levantada pelo IEA/CATI em abril de 1999.

²A taxa de utilização de sementes melhoradas foi baseada em ANUÁRIO ABRASEM 98.

³Oferta de sementes sujeita à queda na colheita.

⁴Considerando-se apenas a oferta da Secretaria da Agricultura.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

A relação de troca de insumo/produto, para o plantio na safra 1999/2000, varia de 1,4:1, para o preço de algodão da Secretaria da Agricultura, até 27,1:1, para a semente de milho híbrido de empresas privadas (Tabela 24). Todavia, a coleta de preços de sementes melhoradas produzidas pelas empresas privadas, na primeira semana de agosto, não expressa totalmente uma formação de preços ditada pela oferta e demanda, o que ocorre geralmente a partir de setembro, ao início do plantio da safra das águas, com exceção de feijão (cujo plantio se inicia em agosto).

TABELA 24 - Preço de Venda de Sementes para o Plantio e Relação de Troca, Estado de São Paulo, Julho de 1999

Espécie	Preços de semente (R\$/kg)		Preço do Produto (R\$/kg) (c)	Relação de troca	
	Secretaria da Agric. (a)	Empresas privadas (b)		(a) / (c) (%)	(b) / (c) (%)
Algodão ¹	0,43	-	0,31 ³	1,40	-
Algodão ²	2,62	2,93	0,31 ³	8,45	9,45
Arroz irrigado	0,80	0,77	0,32	2,50	2,41
Arroz de sequeiro	0,80	nd	0,31	2,58	-
Feijão	1,40	1,25	0,55	2,55	2,27
Milho híbrido	-	3,80	0,14	-	27,14
Milho variedade	0,90	0,90	0,14	6,43	6,43
Soja	0,50	0,53	0,24	2,08	2,21

¹Não tratada com linter.

²Deslintada e tratada.

³Foi considerado 54% do preço de algodão em caroço.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os anos de 1998 e 1999, no setor de sementes, ficaram marcados pela polêmica em relação às sementes de plantas geneticamente modificadas²¹, com discussões acirradas e apaixonadas

²¹Plantas transgênicas ou organismos geneticamente modificados (OGM) são plantas que contêm um ou mais genes introduzidos por meio de técnica de transformação, ou tecnologia de DNA recombinante. Através dessa técnica, um ou mais genes são isolados bioquimicamente e inseridos numa célula regenerada posteriormente numa planta adulta, por

sobre o tema, envolvendo comunidades científicas, ^{empresas} entidades governamentais, organizações não governamentais, mídia e sociedade. Em 15/06/98, a Monsanto apresentou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia responsável pela biossegurança no País, o primeiro pedido de autorização para "o livre registro, uso, ensaios, testes, plantio, transporte, armazenamento, comercialização, consumo, importação, liberação e descarte da soja Roundup Ready".

Em 29/09/98, a CTNBio emitiu parecer favorável conclusivo ao pedido, seguida de autorização para o plantio em escala comercial pelo Serviço Nacional de Registro de Cultivares (SNRC), em 14/05/99. Entretanto, órgãos de defesa do consumidor, encabeçados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), têm obtido junto à Justiça Federal liminares que suspendem as autorizações concedidas para o plantio comercial. Os principais argumentos utilizados para a não liberação dos organismos geneticamente modificados (OGM) no momento são a ausência de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) dessas variedades conduzidas no País e a falta de rotulagem na comercialização de OGM.

A engenharia genética promete revolucionar o método de melhoramento no próximo milênio, por ser uma técnica mais objetiva e rápida, ao contrário do método de melhoramento mendeliano, baseado na reprodução sexuada de espécies semelhantes. Método tão promissor que um tipo de aliança poderosíssima está ocorrendo, segundo os observadores: o da ciência e do comércio.

Os críticos dessa técnica temem principalmente a transferência horizontal de genes, poluição genética, surgimento de superpragas e superervas-daninhas, problemas de consumo por parte de animais e seres humanos, como alergia e toxicidade. Do ponto de vista mercadológico, os produtores devem estar atentos à preferência dos consumidores, muitos ainda desconfiados do novo produto, como a União Européia e Japão, ávidos por produto "verde", e traçar estratégias para conquistar esse mercado, desde que haja vantagem competitiva.

A polêmica poderá aumentar ainda mais no caso de entrada de milho transgênico no mercado. Planta de polinização cruzada, ou alógama, com centro de origem da espécie na América Central e América do Sul, tem mais problemas relativos à transferência involuntária de genes e poluição genética do que as plantas autógamas (por definição, plantas que se reproduzem predominantemente por autofecundação, com menor porcentagem de cruzamento natural). A existência dessa taxa de cruzamento, por menor que seja, traz conseqüências importantes no cultivo em larga escala de plantas transgênicas, mesmo no caso de espécies de origem exótica (e sem similares nativas), como por exemplo de soja, devido à transferência involuntária de genes, dada a existência de polinização cruzada. O cruzamento de variedades em campos próximos será incontrolável e inevitável, mesmo em plantas consideradas autógamas e se o País quiser explorar o nicho de mercado de "GE-free", deverá traçar estratégia logística para isso.

O mercado Europeu é muito cauteloso em relação ao OGM, com algumas redes varejistas importantes preocupadas em oferecer produtos "GE-free" para seus clientes. Consultor do Scientific and Technological Options Assessment (STOA), do Parlamento Europeu, concluiu no seu relatório: "Nosso conhecimento atual não nos fornece os meios para prever os efeitos ecológicos de longo prazo decorrentes da liberação dos organismos no meio ambiente. Assim, está além da competência do sistema científico responder a tal questão..."²². Posicionamento como este, após estudo criterioso por parte de consultores especializados, coaduna-se com as vozes de partidários que afirmam que lidar com OGM é como abrir a caixa de Pandora, mesmo levando em conta que o alfabeto básico do melhoramento genético, em ambos os métodos, tanto da mendeliana como da transgenia, é o mesmo: adenina-timina e citosina-guanina.

Dirigido aos fazendeiros -

meio de cultura de tecidos. O gene introduzido na célula não é necessariamente da mesma planta, podendo ser de qualquer organismo vivo, como um animal, uma planta diferente, ou mesmo uma bactéria (Definida com consulta aos sites sobre o tema, principalmente do Centro Nacional de Pesquisa de Soja/EMBRAPA).

²² "Our current knowledge does not provide us with the means to predict the ecological long-term effects of releasing organisms into the environment. So it is beyond the competence of the scientific system to answer such a question..."

MERCADO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

ALGODÃO

Marisa Zeferino Barbosa²³

A produção mundial de algodão na temporada 1998/99 correspondeu a 18,3 milhões de toneladas, com decréscimo de 8,0% em comparação à da safra anterior. A redução de 4,1% no consumo (que totalizou 18,5 milhões de toneladas) exerceu maior influência sobre o comércio, uma vez que as importações foram reduzidas em 5,3% e as exportações em 12,1%, caracterizando essa temporada como a de menor volume transacionado no mercado internacional desde 1995/96. Desse modo, a despeito da menor oferta (estoque inicial e produção) em relação ao volume da safra anterior, o comportamento do mercado mundial de algodão na temporada 1998/99 esteve balizado no pleno abastecimento, tendo como suporte a ampliação do estoque do produto, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (Tabela 25).

TABELA 25 - Suprimento Mundial de Algodão em Pluma, 1995/96 a 1999/2000
(em milhão de toneladas)

Item	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000
Estoque inicial	6,5	7,8	8,3	8,9	9,0
Produção	20,3	19,5	19,9	18,3	19,1
Importação	6,0	6,3	5,7	5,4	5,6
Consumo	18,9	19,4	19,3	18,5	18,9
Exportação	6,0	5,8	5,8	5,1	5,5
Estoque final	7,8	8,3	8,9	9,0	9,2

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Nessa conjuntura, o nível médio das cotações internacionais, de janeiro a julho de 1999, decresceu 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando-se o ano comercial (agosto/98 a julho/99) a queda atingiu 18,4% em comparação a 1997/98 (Tabela 26).

TABELA 26 - Cotações Internacionais de Algodão em Pluma, 1995-99¹
(em centavos de dólar por libra-peso)

Mês	1995	1996	1997	1998	1999
Jan.	95,62	86,26	79,88	71,34	55,78
Fev.	100,94	85,07	80,40	68,86	56,16
Mar.	110,71	83,21	80,63	68,43	56,73
Abr.	113,76	82,78	78,92	65,48	57,88
Mai	106,56	82,96	79,28	64,37	59,88
Jun.	90,69	82,95	80,51	67,97	58,50
Jul.	87,35	78,80	81,34	69,51	54,45
Ago.	85,06	76,33	81,28	68,16	...
Set.	91,18	75,30	79,61	65,81	...
Out.	91,14	75,42	77,55	60,29	...
Nov.	89,19	75,94	77,22	56,39	...
Dez.	88,03	79,06	74,48	56,03	...
Média	95,85	80,34	79,26	65,22	...
Safra	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Média ²	91,35	85,55	78,58	72,18	58,84

¹Índice de Outlook "A" do Liverpool Cotton Service (média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão).

²Refere-se à média da safra, de agosto a julho.

Fonte: Cotton: World Markets and Trade (USDA) e Cotton Outlook.

²³Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

Para a temporada 1999/2000, é previsto que a produção mundial de algodão seja de 19,1 milhões de toneladas, 4,4% superior à da safra anterior; as importações de 5,6 milhões de toneladas (3,7%); o consumo de 18,9 milhões de toneladas (2,2%); e as exportações de 5,5 milhões de toneladas (7,8%). De modo geral, o balanço de oferta e demanda de algodão revela uma recuperação dos volumes a serem produzidos e transacionados. Quanto ao consumo, o volume previsto, embora crescente, ainda deve ficar aquém do registrado em 1996/97 e 1997/98. Em termos de produção, ressalte-se que nos Estados Unidos deve ser 31,6% superior e atingir 4,0 milhões de toneladas, contribuindo expressivamente para a expansão da produção mundial. Há que ser destacado que o estoque final constitui o único item do suprimento mundial de algodão em constante ascensão durante os últimos anos, devendo alcançar 9,2 milhões de toneladas, 2,2% maior que o do anterior e bastante acima da média de 7,4 milhões de toneladas verificada na década de 90. Por outro lado, pode haver maior procura pelo produto por parte dos países asiáticos (Hong Kong, Indonésia, Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Tailândia) que compõem o maior bloco geográfico importador, os quais devem adquirir 1,9 milhão de toneladas, ou 6,2% a mais que em 1998/99.

Com relação ao comércio mundial e à influência exercida pelos grandes produtores, a maior produção nos Estados Unidos deverá contribuir para que suas exportações aumentem em 35,7%, o que representa 1,2 milhão de toneladas. Na China, o elevado nível dos estoques de algodão deve implicar redução de 9,0% nas importações simultaneamente ao crescimento de 42,8% nas suas exportações (correspondendo a 218,0 mil toneladas) a serem colocadas no mercado por esse país, tradicional importador do produto.

No que se refere à Argentina, principal fornecedor de algodão para o Brasil, estima-se que a produção seja de 218,0 mil toneladas, em 1999/2000, ou seja, o mesmo volume do ano anterior, quando adversidades climáticas ocasionaram perdas de 28,5%. Conseqüentemente, as exportações de algodão também devem ser reduzidas na mesma proporção, perfazendo 131,0 mil toneladas.

Diante das perspectivas de pleno abastecimento e da tímida expansão no consumo mundial, o mercado internacional de algodão não demonstra sinais de elevação no nível de preços na temporada 1999/2000.

Na safra 1998/99, a produção brasileira de algodão em pluma alcançou 525,8 mil toneladas, 27,9% superior à da safra precedente, graças ao expressivo crescimento de 61,5% na produtividade média da cultura, uma vez que a área cultivada foi reduzida em 20,8% (Tabela 27).

As dificuldades na comercialização e suas implicações sobre o cultivo vêm ocorrendo desde o final da década de 80. Entretanto, a abertura do mercado, justificada pela insuficiência da produção em face da demanda interna, contribuiu para o crescimento dessa defasagem. O produto nacional passou a enfrentar a concorrência com o importado sem contar com as mesmas condições de financiamento (prazos superiores a 360 dias e juros de 6-7% ao ano), mantidas até agora. Os estímulos concedidos à produção, através de medidas de política agrícola, como correção de preços mínimos e maiores limites de financiamento de crédito rural, foram em parte inócuos, demonstrando a necessidade de garantia à comercialização, posto que incentivos apenas à produção tendem a ser neutralizadas pela continuidade de importações.

Com a finalidade de amenizar as dificuldades na comercialização interna, na safra 1997/98, o Governo Federal adotou os seguintes programas: linha especial de crédito, através do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada às indústrias para financiar as compras de algodão nacional; Prêmio de Escoamento da Produção (PEP), no qual o Governo, em leilões públicos, oferece um prêmio para compradores do produto, visando a garantia do preço mínimo para o produtor; e o já existente Empréstimo do Governo Federal (EGF), linha de crédito para financiamento da comercialização. Mesmo assim, as condições de mercado vigentes exerceram maior influência na decisão da maioria dos cotonicultores no plantio da safra 1998/99.

Como os cotonicultores da Região Sul e Sudeste são mais susceptíveis aos impactos desse cenário, em comparação ao sistema de produção em expansão no Centro-Oeste, pautado em extensas áreas com elevado nível tecnológico da atividade e conseqüentemente maior produtividade, no Estado do Mato Grosso houve expansão de 85,0% na área plantada que, aliada à elevada produtividade, proporcionaram o maior volume em termos de produção por estado, correspondendo

TABELA 27 - Área, Produção e Produtividade Média da Cultura de Algodão, Principais Estados Produtores, Brasil, 1994/95 a 1998/99

Estado/Região	Área (1.000ha)				
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Paraná	282,0	197,4	59,2	116,6	50,1
São Paulo	172,6	120,8	78,5	121,7	73,0
Minas Gerais	77,0	50,1	53,6	78,8	53,6
Mato Grosso	72,6	58,1	55,2	109,9	203,3
Mato Grosso do Sul	65,7	63,7	25,5	49,0	47,7
Goiás	65,9	76,4	84,0	180,6	110,2
Centro-Sul	735,8	566,5	356,0	656,6	537,9
Norte/Nordeste	492,7	406,8	301,5	223,3	158,8
Brasil	1.228,5	973,3	657,5	879,9	696,7

Estado/Região	Produção (1.000t) ¹				
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Paraná	175,7	119,5	40,4	64,5	38,8
São Paulo	111,2	63,4	54,4	66,9	53,2
Minas Gerais	27	23,1	28,1	41,1	28,9
Mato Grosso	38,9	33,1	34,8	94,2	224,1
Mato Grosso do Sul	44,8	35,7	19,6	32,6	42,9
Goiás	51,9	58,8	69,4	86,6	92,6
Centro-Sul	449,5	333,6	246,7	385,9	480,5
Norte/Nordeste	87,6	81,0	59,1	25,1	45,3
Brasil	537,1	414,6	305,8	411,0	525,8

Estado/Região	Produtividade (kg/ha) ²				
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Paraná	1.780	1.730	1.950	1.580	2.210
São Paulo	1.840	1.500	1.980	1.570	2.145
Minas Gerais	1.000	1.320	1.500	1.490	1.540
Mato Grosso	1.530	1.630	1.800	2.450	2.940
Mato Grosso do Sul	1.950	1.600	2.200	1.900	2.500
Goiás	2.250	2.200	2.360	1.370	2.400
Centro-Sul	1.745	1.683	1.980	1.679	2.552
Norte/Nordeste	508	569	560	321	815
Brasil	1.249	1.217	1.329	1.335	2.156

¹Refere-se a algodão em pluma.

²Produtividade expressa em algodão em caroço.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

a 42,6% da produção nacional. Nos demais estados produtores da Região Centro-Sul, sobretudo em São Paulo e no Paraná, a área plantada foi reduzida drasticamente (-57,0% e -40,0%, respectivamente), em função das dificuldades na comercialização do produto. De qualquer modo, os aumentos nas produtividades médias das lavouras paulistas e paranaenses contribuíram para evitar queda mais acentuada nos volumes produzidos, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O crescimento das importações para complementação da oferta interna, em face da redução da produção, caracterizou o quadro do suprimento brasileiro de algodão nesta década. Entretanto, a maior produção em 1998/99 vem reforçar a tendência já observada na temporada anterior de menor dependência de importações. Desse modo, em 1999, o País deve importar 270,0 mil

toneladas de algodão em pluma (-14,7%), que somados ao estoque inicial e à produção perfazem suprimento de 896,6 mil toneladas, volume ligeiramente superior ao do ano passado (Tabela 28).

TABELA 28 - Suprimento Brasileiro de Algodão em Pluma, 1995 a 1999
(em 1.000t)

Item	1995	1996	1997	1998	1999
Estoque inicial	170,4	133,5	181,1	158,6	100,8
Produção	537,0	410,1	305,7	411,7	525,8
Importação	282,3	468,2	470,8	316,5	270,0
Suprimento	989,7	1.011,8	957,6	886,8	896,6
Consumo	803,7	826,1	798,7	782,9	800,0
Exportação	52,5	1,6	0,3	3,1	3,1
Estoque final	133,5	184,1	158,6	100,8	93,5

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Após dois anos consecutivos de redução no consumo brasileiro de algodão, por conta da elevada disponibilidade de manufaturados em 1997 e da retração no consumo desses produtos, a demanda interna deve apresentar recuperação em 1999 e alcançar 800,0 mil toneladas. Como o algodão representa cerca de 60,0% do consumo industrial de fibras têxteis no Brasil, o desempenho do setor têxtil exerce influência sobre o mercado dessa matéria-prima. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de produção industrial do setor têxtil, com base em 1991=100, decresceu de 85,6 em 1997 para 75,4 em 1998. De janeiro a abril de 1999, esse índice alcançou, em média, 74,4 contra 70,9 no mesmo período de 1998, indicando a recuperação desse segmento no primeiro quadrimestre deste ano²⁴.

O balanço de oferta e demanda de algodão em pluma para este ano aponta um suprimento relativamente mais estreito, em comparação ao de anos anteriores, devendo resultar ao final da temporada em estoques de 93,5 mil toneladas, 7,2% menor que o do ano passado, destacando-se, inclusive, a tendência de queda dos níveis desse volume ao longo dos últimos quatro anos. No tocante às exportações brasileiras, cabe lembrar que, durante as três últimas décadas, o Brasil deixou a posição de exportador para a de importador, de modo que a colocação do produto no mercado internacional é freqüentemente pouco significativa e composta, na maior parte, por tipos não utilizados pela indústria nacional.

Quanto ao cenário econômico, a desvalorização do real, ao mesmo tempo em que onera as importações, melhorando o poder de competição do produto nacional, deve trazer elevação dos custos operacionais de produção por conta dos preços dos insumos. De qualquer modo, a política cambial tem contribuído para a redução das importações de matéria-prima utilizada pela indústria têxtil, proporcionando, ainda, a oportunidade de melhorar a competitividade das exportações brasileiras de manufaturados. Com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) observou-se redirecionamento das exportações brasileiras de manufaturados para esse bloco econômico, tendo a Argentina como principal demandante. Entretanto, as restrições impostas naquele país aos produtos brasileiros, como resposta à desvalorização da moeda brasileira, se mantidas a médio e longo prazos, deverão exigir esforços por parte dos exportadores para a retomada do mercados estadunidense e europeu, principal destino das exportações anteriormente à criação do MERCOSUL.

Em face da menor quantidade em estoque no início da safra, da quebra na safra argentina, com comprometimento da qualidade do produto, da desvalorização cambial e da perspectiva de aumento das exportações de manufaturados, o mercado interno reagiu significativamente ao longo do primeiro semestre deste ano, com as cotações de algodão em pluma, tipo 6, no disponível, na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), alcançando R\$31,83/arroba, patamar 24,6% superior ao mesmo período do ano passado.

Os preços médios recebidos pelos cotonicultores paulistas e paranaenses na época de

²⁴Dados publicados pela Fundação Getúlio Vargas em Conjuntura Econômica – Produção Industrial, julho de 1999.

concentração das vendas da safra 1998/99 (março a maio) evoluíram 24,6% e 1,4%, respectivamente, em termos reais, em comparação à safra anterior. No Mato Grosso, onde a comercialização se concentra de abril a junho, os preços apresentaram elevação de 20,2% em relação aos da temporada anterior. Entretanto, há que ser destacado que nos Estados de São Paulo e no Mato Grosso, a comercialização da safra 1997/98 foi a pior dos últimos anos. Desse modo, o patamar observado na safra que se encerra representa uma recuperação, porém ainda abaixo dos níveis de 1996/97 (Tabela 29).

TABELA 29 - Preços Médios de Algodão em Caroço Recebidos pelos Produtores, Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás, 1996-99
(em RS/arroba)¹

Mês	São Paulo				Paraná			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
Jan.	8,69	8,84	9,27	7,90	8,79	9,28	9,84	7,40
Fev.	8,53	8,75	9,14	8,00	8,53	9,07	9,51	7,24
Mar.	8,29	9,43	8,14	9,32	8,14	9,14	8,67	7,85
Abr.	8,33	9,92	7,34	9,46	8,27	9,42	7,54	8,00
Mai	8,62	10,09	6,56	8,71	8,31	9,74	7,19	7,88
Jun.	8,69	10,08	6,76	8,49	8,58	9,67	7,34	8,10
Jul.	8,78	10,01	6,85	9,83	7,36	...
Ago.	8,86	10,20	7,03	...	8,67	9,84	7,38	...
Set.	8,93	10,00	7,37	...	8,84	9,95	7,38	...
Out.	9,02	9,79	7,30	...	9,00	10,08	7,38	...
Nov.	8,99	9,71	7,39	...	8,97	9,66	7,56	...
Dez.	9,03	9,16	7,59	...	9,07	9,76	7,48	...

Mês	Mato Grosso				Goiás			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
Jan.	7,07	8,76	7,55	8,85	7,64	7,88	9,51	7,56
Fev.	5,69	8,20	7,71	6,16	...	7,85	9,35	7,24
Mar.	5,68	8,10	7,69	6,95	...	7,76	9,33	...
Abr.	7,33	8,57	6,88	7,85	8,08	8,40	9,83	6,04
Mai	7,76	9,23	6,38	8,18	8,13	8,54	8,66	...
Jun.	8,03	8,82	6,19	7,35	8,58	8,48	7,50	...
Jul.	8,67	9,49	6,71	...	8,49	9,15	7,20	...
Ago.	8,67	9,16	7,38	...	8,67	10,17	7,54	...
Set.	9,02	8,77	7,54	...	9,02	9,78	7,38	...
Out.	9,18	8,74	7,87	...	8,82	...	7,22	...
Nov.	8,97	8,66	8,54	...	8,07	9,33	7,07	...
Dez.	9,60	8,61	8,95	...	8,00	9,10	7,00	...

¹Em RS de junho de 1999. Deflator IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Fundação Getúlio Vargas.

Na safra 1999/2000, o algodão continua a contar com medidas de política agrícola visando o estímulo à cultura, pelo aumento de 14,2% no preço mínimo, estabelecido em R\$8,00/arroba em caroço e limite de financiamento para custeio de R\$300.000,00 por beneficiário.

As estimativas de custos de produção na cultura do algodão para a safra 1999/2000, elaboradas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), indicam que na Região de Presidente Prudente, para produtividade de 127 arrobas/ha, o custo operacional efetivo (COE) deve ser de R\$7,30/arroba e na Região de Leme, para produtividade de 159 arrobas/ha, de R\$6,76/arroba com aumentos, respectivamente, de 19,7% e de 23,6% em relação aos custos da safra anterior, por conta, sobretudo, da elevação nos preços dos adubos, corretivos e defensivos. Adicionando-se depreciação de máquinas, encargos financeiros e sociais e seguro, os custos operacionais totais (COT) correspondem a

R\$9,30/arroba e de R\$8,09/arroba nas respectivas regiões. Desse modo, a manutenção do limite de financiamento da cultura em R\$300.000,00 deverá exigir do cotonicultor um maior montante de recursos próprios para a condução da lavoura o que pode se constituir em obstáculo à expansão da área, inclusive pelas dificuldades para liquidação de dívidas anteriores (Tabela 30).

A área de algodão na safra 1999/2000 deve variar em função da diversidade dos sistemas de produção predominantes em cada região produtora, esperando-se expansão naquelas com uso mais intensivo de tecnologia. Em contrapartida, pode haver manutenção ou mesmo redução em outras regiões. No Estado de São Paulo, a expectativa é de que a área cultivada seja mantida, enquanto que deverá haver expansão na Região Centro-Oeste do País.

TABELA 30 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Regiões de Presidente Prudente e de Leme, Estado de São Paulo, Safra 1999/2000¹

Item	Presidente Prudente (produção 127@/ha)			Leme (produção 159@/ha)		
	Por hectare	Por arroba	Participação percentual	Por hectare	Por arroba	Participação percentual
Mão-de-obra	103,18	0,81	8,74	103,93	0,65	8,08
Sementes	16,10	0,13	1,36	57,64	0,36	4,48
Azubos e corretivo	201,98	1,59	17,11	211,22	1,33	16,42
Defensivos	150,54	1,19	12,75	188,60	1,19	14,66
Operação de máquinas	201,20	1,58	17,04	195,46	1,23	15,20
Colheita empreitada	254,00	2,00	21,52	318,00	2,00	24,72
Custo Operacional Efetivo (COE)	926,99	7,30	78,52	1.074,85	6,76	83,56
Depreciação de máquinas	73,59	0,58	6,23	69,97	0,44	5,44
Encargos financeiros ²	26,66	0,21	2,26	30,91	0,19	2,40
Encargos sociais ³	34,05	0,27	2,88	34,30	0,22	2,67
Seguro ⁴	92,70	0,73	7,85	42,99	0,27	3,34
CESSR ⁵	26,54	0,21	2,25	33,23	0,21	2,58
Custo Operacional Total (COT)	1.180,54	9,30	100,00	1.286,26	8,09	100,00

¹Em RS de agosto de 1999.

²Taxa de juros de 8,75%a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

⁴Refere-se ao seguro da COSESP de 10,0% do COE em Presidente Prudente e de 4,0% em Leme.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

ARROZ

Denyse Chobaribery²⁵

A produção mundial de arroz para a safra 1999/2000 está sendo estimada, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 391,16 milhões de toneladas, significando aumento de 7 milhões de toneladas em relação à safra 1998/99. Mesmo com essa projeção recorde, está previsto o consumo mundial ultrapassará a produção em 2,3 milhões de toneladas, o que acontece pelo segundo ano consecutivo. Como consequência, o estoque mundial ao final da safra deverá declinar de 50,4 milhões de toneladas, em 1998/99, para 48 milhões de toneladas, estimadas para a safra 1999/2000. A importação mundial de arroz também deverá cair 6%, de 24,34 para 23,86 milhões de toneladas no mesmo período (Tabela 31).

²⁵Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 31 - Estimativa de Oferta e Demanda Mundiais de Arroz, 1997/98 a 1999/2000
(em milhão de t)

Discriminação	1997/98	1998/99 (a)	1999/2000 ¹ (b)	Var. (%) (b)/(a)
Estoque inicial	51,09	53,60	50,41	-5,95
Produção	385,84	384,04	391,16	1,85
Importação	24,52	23,14	21,75	-6,01
Oferta total	436,92	437,64	441,57	0,90
Exportação	26,97	24,34	23,86	-1,97
Demanda total	383,32	387,23	393,45	1,61
Estoque final	53,60	50,41	48,12	-4,54

¹Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O fator que colaborou para o aumento da produção mundial é, principalmente, a expansão de área plantada em importantes países produtores em 1999/2000. O primeiro produtor mundial, a China, deverá aumentar sua produção em 3,7%, alcançando 138 milhões de toneladas. Na Índia, segundo maior produtor mundial, a produção de arroz deverá aumentar 2%, chegando a 86 milhões de toneladas em 1999/2000, alta atribuída ao clima propício para as safras das águas no norte do país. Os EUA projetam um aumento de 10% em relação à safra 1998/99, devendo alcançar 7 milhões de toneladas em 1999/2000. Para a Indonésia, um dos principais importadores mundiais, por exemplo, espera-se pequeno aumento de área plantada e ainda a expectativa de uma safra beneficiada pelo clima.

Com a perspectiva de 500 mil toneladas a menos no comércio internacional, os principais países exportadores, como a Tailândia e o Vietnã, cuja projeção da produção chega a 34,1 milhões de toneladas em 1999/2000, ou seja, 470 mil toneladas de arroz a mais que o volume produzido em 1998/99, estimam que negociarão apenas 200 mil toneladas, contrabalançando a tendência de redução do estoque final de 1999/2000. Aliás, maiores projeções de estoques também se verificam nos EUA, e em outros países asiáticos, bem como, em menor escala, na Argentina.

Dada a conjuntura de oferta e demanda, em 1999/2000, que se apresenta mais ajustada que nas duas safras anteriores, a expectativa seria de o mercado manter-se estabilizado. Porém, a expectativa de redução das importações e a maior oferta dos países exportadores deverão conter maiores aumentos nas cotações, a não ser que problemas climáticos possam prejudicar a colheita nos principais países consumidores. Considerando-se o período de agosto/98 a julho/99, o comportamento dos preços médios no mercado internacional apresentou queda de 4,9% para o arroz beneficiado da Tailândia, tipo Thai com 100% de grãos inteiros, FOB Bangkok (em US\$/t). Em 1996/97, a média dos preços foi de US\$337,75/t, caindo para US\$314,86/t, em 1997/98, e para US\$299,55/t, em 1998/99, acumulando queda de 11,3% nos dois últimos anos comerciais (Figura 5).

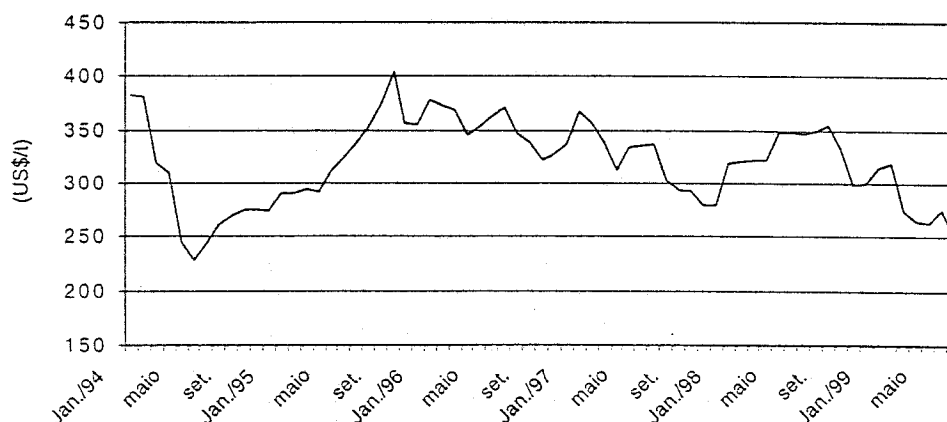


Figura 5 - Evolução das Cotações para o Arroz Beneficiado, Thai 100B, FOB Bangkok, Janeiro de 1994 a Julho de 1999.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

No mercado nacional, apesar da divergência entre os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre a produção brasileira de arroz 1998/99, é certo que o aumento foi significativo. Considerando-se os dados da CONAB, a produção deste ano, de 11.454,1 mil toneladas, superou em 35,3% a da safra 1997/98. Já os dados do IBGE estimam uma produção de 10.947,3 mil toneladas em 1998/99, contra 7.743,7 mil toneladas em 1997/98, o que indicaria aumento de 41,4% no período (Tabela 32).

TABELA 32 - Oferta e Demanda de Arroz, Brasil, 1995/96 a 1998/99
(1.000 t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção (a)	Consumo	Importação (b)	(b)/(a) (%)	Estoque final
1995/96	2.766,0	11.237,3	11.617,8	978,6	8,7	2.301,0
1996/97	2.301,0	10.042,3	11.675,0	1.223,0	12,2	1.378,0
1997/98	1.378,0	8.462,9	11.664,0	2.073,0	24,5	248,0
1998/99	248,0	11.454,1	11.699,0	1.050,0 ¹	9,2	1.023,0

¹Previsão.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

As importações brasileiras de arroz fecharam em 2.073 mil toneladas na safra 1998/99, representando acréscimo de 70% em relação à safra 1997/98. Desse total, 1.334,5 mil toneladas foram provenientes do MERCOSUL e 738,8 mil toneladas de terceiros países, surpreendendo o volume de 553,9 mil toneladas dos Estados Unidos. Para a safra 1999/2000, a estimativa é de importação de 1 milhão de toneladas de arroz base-casca, mas setores da indústria beneficiadora estão mais propensos a acreditar em 1,5 milhão de toneladas quase totalmente provenientes do MERCOSUL.

Os principais estados produtores apresentaram variações positivas na área plantada e no volume produzido, de 1997/98 para 1998/99, com exceção de Minas Gerais e São Paulo, que vêm perdendo área de arroz, provavelmente para culturas mais rentáveis. O bom resultado da colheita 1998/99 pode ser creditado à produtividade média alcançada pelos Estados do Rio Grande do Sul (5.450kg/ha), do Mato Grosso (2.500kg/ha) e de Santa Catarina (6.000kg/ha). Mato Grosso vem se diferenciando na produção de arroz de sequeiro de boa qualidade e surpreende com a evolução da produtividade de 5% da safra 1997/98 para 1998/99, que já havia aumentado de 16% da safra 1996/97 para a de 1997/98. O rendimento físico médio para o Brasil ficou em 3.060,7kg/ha, ou seja, 17,5% mais alto que na safra 1997/98 (Tabela 33).

TABELA 33 - Área e Produção da Cultura do Arroz nos Principais Estados Produtores, Brasil, 1997/98 a 1998/99

Estado	Área (1.000ha)		Var. (%)	Produção (1.000t)		Var. (%)	Rendimento (kg/ha)		Var. (%)
	1997/98	1998/99		1997/98	1998/99		1997/98	1998/99	
Rio Grande do Sul	849,2	968,1	14,0	3.609,1	5.276,1	46,2	4.250,0	5.450,0	28,2
Mato Grosso	428,0	601,3	40,5	1.018,6	1.503,3	47,6	2.379,9	2.500,1	5,0
Santa Catarina	142,6	146,9	3,0	805,7	881,4	9,4	5.650,1	6.000,0	6,2
Maranhão	434,9	478,4	10,0	587,1	669,8	14,1	1.350,0	1.400,1	3,7
Minas Gerais	181,0	180,3	-0,4	342,1	342,6	0,1	1.890,1	1.900,2	0,5
São Paulo	54,7	53,6	-2,0	123,4	127,1	3,0	2.255,9	2.371,3	5,1
Goias	129,0	189,6	47,0	247,7	354,6	43,2	1.920,2	1.870,3	-2,6
Brasil	3.249,0	3.715,8	14,4	8.462,9	11.372,9	34,4	2.604,8	3.060,7	17,5

Fonte: Elaborada a partir de dados originais do IEA e CATI para São Paulo e da CONAB para os demais estados.

Um fator de apreensão com relação à tomada de decisão para o plantio da próxima safra refere-se aos custos de produção que, devido à desvalorização do real, elevou sobremaneira os preços dos defensivos agrícolas como componentes importados e também o aumento nos preços do die-

sel. Para a safra 1999/2000 a estimativa de custo operacional de produção da cultura do arroz de sequeiro na região de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com rendimento de 1.680kg/ha, foi de R\$473,04 por hectare, 14,6% acima da estimativa realizada para a safra 1998/99. Para a cultura de arroz irrigado na região do Vale do Paraíba, com rendimento de 4.200kg/ha, o custo foi estimado em R\$1.228,72 por hectare, representando também aumento de 15,9% em relação à safra anterior.

Como indicador de rentabilidade a receita bruta, em 1998/99, percebida pelo produtor do arroz apresentou variação positiva em cinco estados, porém mais como reflexo da melhor produtividade que dos preços. Em São Paulo e Goiás, os preços tiveram maior influência, mas são Estados menos importantes para o abastecimento que o Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina. Já a evolução da relação de troca arroz-adubo mostra-se menos favorável para o arroz no Estado de São Paulo, com indicadores de 18,2 e 19,1, respectivamente, para 1998 e 1999, considerando-se a quantidade de sacos de 60kg de arroz necessários para adquirir uma tonelada de fertilizante no bimestre março-abril (Tabela 34).

TABELA 34 - Preço Médio, Rendimento Médio e Receita Bruta da Cultura do Arroz, Estados Produtores Seleccionados, Brasil, 1996/97 a 1998/99

Estado	Preço médio (R\$/kg) ¹		Var. (%)	Rendimento (kg/ha)		Var. (%)	Receita bruta (R\$/ha)		Var. (%)
	1997/98	1998/99		1997/98	1998/99		1997/98	1998/99	
Rio Grande do Sul	0,327	0,290	-11,3	4.250,00	5.450,00	28,2	1.389,70	1.580,50	13,7
Mato Grosso	0,220	0,220	0	2.379,90	2.500,10	5,1	523,60	550,00	5,0
Santa Catarina	0,275	0,293	6,5	5.650,10	6.000,00	6,2	1.553,80	1.758,00	13,1
São Paulo	0,293	0,325	10,9	2.255,90	2.371,30	5,1	660,98	770,67	16,6
Goiás	0,257	0,287	11,7	1.920,20	1.870,30	-2,6	493,50	536,80	8,8

¹Média dos preços do quadrimestre março-junho de cada ano, em R\$ de junho de 1999. Deflator: IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Elaborada a partir de dados originais do IEA e CATI para São Paulo e da CONAB para os demais estados.

O aumento da produção de aproximadamente 3 milhões de toneladas de arroz base-casca, considerando-se que ocorreu aumento de apenas 0,3% no consumo (o que significa cerca de 35 mil toneladas), pode alterar o cenário para o mercado de arroz, já que a conjuntura mostra-se ofertante em relação à safra 1997/98. Os preços despencaram ainda em meados de março obrigando o governo a tomar medidas para a manutenção da renda dos produtores a partir de maio, através da realização de leilões de contratos de opção. Por outro lado, a maior produção na safra 1998/99 na Argentina e Uruguai (MERCOSUL), que juntos produziram 1 milhão de toneladas de arroz a mais que no ano passado, induziu a queda nos preços domésticos, inclusive com a internalização do produto argentino com preços abaixo do recebido pelo produtor brasileiro, provocando reações nos rizicultores do Sul do País, que bloquearam estradas e vêm fazendo ingerências junto ao governo para o contingenciamento das importações argentinas de arroz (Tabela 35).

TABELA 35 - Estimativa da Produção de Arroz na Argentina e Uruguai, 1997/98 e 1998/99 (1.000 t)

Ano-safra	Argentina	Uruguai	Total
1997/98	1.036,1	949,8	1.985,9
1998/99	1.624,0	1.300,0	2.924,0
Var. (%)	56,7	36,9	47,2

Fonte: SAGPyA e OPyPA.

Estima-se que do excedente exportável pela Argentina e Uruguai juntos (de 2.400 mil toneladas) subtraindo-se o consumo de 500 mil toneladas, cerca de 1.600 mil toneladas sejam destinadas ao Brasil e o restante para terceiros mercados. Apesar de os países do MERCOSUL estarem procurando colocar seu produto em outros mercados, é provável que não consigam realizar contratos com tal volume e continuem pressionando os preços para baixo no mercado interno brasileiro.

Quase próximos da auto-suficiência no abastecimento, os produtores brasileiros de arroz vêm na possibilidade de aumento da oferta dos países do MERCOSUL, os quais apresentam menores custos de produção e melhor qualidade do produto, uma ameaça à manutenção de um mercado firme para o arroz na safra 1999/2000. Paradoxalmente, cerca de 70% da produção argentina e 40% da uruguaia são empreendidas por brasileiros que, fugindo das condições adversas de financiamento e de estrutura da terra no Sul do País, deslocaram-se àqueles países por oferecerem melhores condições para a produção agrícola, principalmente baixos valores no arrendamento da terra, nos custos da irrigação e da aplicação de defensivos e fertilizantes.

Os preços recebidos pelos produtores, durante a safra 1998/99, acabaram decepcionando os rizicultores nos vários estados brasileiros, interrompendo a tendência de alta que vinham apresentando desde a safra 1996/97. No Rio Grande do Sul, a média de preços recebidos em 1996/97, durante os quatro meses do pico da safra (março a junho), foi de R\$0,263/kg, saltando para R\$0,327/kg, em 1997/98, e caindo para R\$0,29/kg, em 1998/99. Ou seja, após uma recuperação dos preços durante o período de safra da ordem de 24%, os produtores daquele estado perderam 11,3% na cotação média em 1998/99. Em graus variados, nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso também se observou a mesma tendência. No entanto, em Mato Grosso ocorreu maior estabilidade nos preços, em média praticamente o mesmo nível das cotações nas duas últimas safras (Tabela 36).

TABELA 36 - Preços Recebidos pelos Produtores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso, 1995 a 1999¹
(R\$/kg)

Mês	Rio Grande do Sul ²					Santa Catarina				
	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999
Jan.	0,32	0,30	0,30	0,32	0,39	0,28	0,25	0,28	0,30	0,35
Fev.	0,28	0,29	0,29	0,31	0,38	0,26	0,25	0,26	0,27	0,35
Mar.	0,25	0,25	0,27	0,30	0,32	0,23	0,23	0,23	0,26	0,32
Abr.	0,22	0,24	0,26	0,29	0,30	0,22	0,24	0,24	0,26	0,30
Mai	0,21	0,25	0,26	0,35	0,28	0,21	0,25	0,24	0,25	0,29
Jun.	0,24	0,25	0,26	0,37	0,26	0,22	0,24	0,24	0,33	0,26
Jul.	0,25	0,25	0,26	0,36	...	0,22	0,24	0,24	0,34	...
Ago.	0,27	0,25	0,27	0,37	...	0,25	0,24	0,25	0,35	...
Set.	0,27	0,26	0,29	0,41	...	0,24	0,25	0,26	0,37	...
Out.	0,27	0,28	0,32	0,41	...	0,24	0,26	0,29	0,31	...
Nov.	0,28	0,29	0,33	0,40	...	0,25	0,26	0,30	0,36	...
Dez.	0,30	0,30	0,33	0,39	...	0,26	0,27	0,30	0,35	...

Mês	Goiás					Mato Grosso				
	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999
Jan.	0,28	0,22	0,23	0,25	0,32	0,25	0,20	0,22	0,22	0,29
Fev.	0,26	0,21	0,23	0,27	0,32	0,23	0,20	0,21	0,22	0,27
Mar.	0,24	0,23	0,23	0,26	0,29	0,21	0,19	0,20	0,22	0,24
Abr.	0,21	0,21	0,25	0,25	0,31	0,18	0,19	0,19	0,22	0,22
Mai	0,19	0,22	0,23	0,25	0,28	0,18	0,20	0,19	0,22	0,22
Jun.	0,19	0,22	0,24	0,27	0,27	0,16	0,19	0,19	0,22	0,21
Jul.	0,19	0,22	0,24	0,26	...	0,16	0,19	0,19	0,22	...
Ago.	0,18	0,22	0,25	0,27	...	0,17	0,19	0,19	0,24	...
Set.	0,20	0,22	0,25	0,28	...	0,17	0,19	0,20	0,25	...
Out.	0,20	0,23	0,24	0,30	...	0,18	0,19	0,21	0,26	...
Nov.	0,20	0,23	0,23	0,34	...	0,18	0,22	0,22	0,27	...
Dez.	0,22	0,23	0,25	0,35	...	0,19	0,21	0,22	0,28	...

¹Em RS de junho de 1999, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²Dados básicos do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

Fonte: Elaborada a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

Diferentemente, considerando-se a média anual, a tendência dos preços evoluiu positivamente desde 1996/97 - do Rio Grande do Sul: R\$0,273/kg em 1996/97, para R\$0,312/kg em 1997/98, e para R\$0,356/kg em 1998/99 - graças aos bons preços recebidos nos meses de entressafra. A continuar esse comportamento, seria de se esperar que os baixos preços recebidos pelos produtores no primeiro semestre de 1999 fossem compensados por melhores cotações no decorrer do segundo semestre. Porém, dada a estimativa de que perto de 70% da safra, ainda no início de agosto, não havia sido comercializada (quando este percentual já deveria estar abaixo de 50%) e dada a estabilização dos preços no atacado e varejo nos principais mercados consumidores, torna-se difícil fazer um prognóstico muito otimista.

Observando-se os preços no varejo, em São Paulo, durante o primeiro semestre dos últimos cinco anos, é possível afirmar que chegaram, em 1999, nos mesmos patamares de 1995. O mesmo comportamento pode ser observado para as cotações no atacado, à exceção de 1998. Com o agravamento da crise econômica e um mercado nitidamente ofertante, é provável que deverá ocorrer pressão por parte dos supermercados para a manutenção dos patamares de preços que com certeza se refletirão nas indústrias e beneficiadoras, que deverão segurar as cotações para o produtor (Tabela 37).

TABELA 37 - Preços Recebidos pelos Produtores¹, no Atacado e no Varejo, de Arroz Agulhinha Tipo 2, São Paulo, 1995 a 1999

Mês	(R\$/kg) ²									
	Produtor					Atacado				
	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999
Jan.	0,31	0,26	0,26	0,29	0,38	0,77	0,72	0,71	0,76	0,82
Fev.	0,28	0,26	0,26	0,28	0,37	0,75	0,69	0,73	0,76	0,86
Mar.	0,24	0,25	0,25	0,28	0,33	0,71	0,69	0,68	0,74	0,79
Abr.	0,21	0,24	0,25	0,28	0,32	0,67	0,68	0,69	0,76	0,73
Mai	0,21	0,24	0,25	0,28	0,34	0,67	0,71	0,68	0,83	0,64
Jun.	0,20	0,24	0,25	0,33	0,31	0,64	0,69	0,68	0,90	0,62
Jul.	0,21	0,25	0,26	0,31	...	0,62	0,68	0,68	0,87	...
Ago.	0,21	0,25	0,26	0,34	...	0,63	0,68	0,68	0,88	...
Set.	0,23	0,25	0,26	0,34	...	0,59	0,68	0,71	0,90	...
Out.	0,25	0,25	0,25	0,36	...	0,74	0,68	0,77	0,93	...
Nov.	0,25	0,26	0,28	0,39	...	0,73	0,69	0,77	0,94	...
Dez.	0,25	0,26	0,29	0,36	...	0,74	0,71	0,77	0,88	...

Mês	Varejo				
	1995	1996	1997	1998	1999
Jan.	1,16	1,02	0,86	0,95	-
Fev.	1,13	0,99	0,87	0,91	1,14
Mar.	1,05	0,97	0,85	0,91	1,10
Abr.	1,02	0,93	0,83	0,91	1,04
Mai	1,01	0,90	0,82	1,06	1,00
Jun.	0,93	0,89	0,81	1,14	0,95
Jul.	0,91	0,88	0,81	1,19	...
Ago.	0,95	0,85	0,81	1,11	...
Set.	1,00	0,90	0,84	1,14	...
Out.	1,01	0,88	0,91	1,14	...
Nov.	1,00	0,89	0,93	1,15	...
Dez.	1,02	0,88	0,95	1,16	...

¹Arroz em casca.

²Preços nominais.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada em 1996, na região Metropolitana de São Paulo, o consumo médio anual de arroz foi de 24,6kg *per capita*, significando queda de 28,7% em relação à POF de 1987, cujo consumo foi de 34,5kg *per capita*/ano. Essa queda no consumo é geral em todo o País e está bastante relacionada à mudança nos hábitos de alimentação da população, devendo se refletir nas estratégias de compra dos grandes supermercados que utilizam o arroz, um produto considerado básico, como chamariz para a venda de outros produtos.

A comercialização da colheita de arroz em 1998/99 segue mais lentamente que o ano precedente, com muitos produtores segurando o produto na esperança de obterem melhor receita a partir da segunda quinzena de setembro, quando normalmente os rizicultores esperam melhores cotações. Para a sustentação da renda dos produtores o governo utilizou, como instrumento de política, a partir de maio de 1999, os leilões de contratos de opção de venda, obtendo relativo sucesso. No Mato Grosso, os prazos de vencimento dos contratos estabelecidos para setembro e outubro foram considerados muito longos, pois havia a necessidade premente de realizar caixa para saldar compromissos, e a grande distância dos armazéns foram os fatores principais que impediram um melhor desempenho dos leilões. No Rio Grande do Sul, apesar de ter entrado mais tarde com a promoção, no final de julho a CONAB estava conseguindo negociar 98% dos contratos ofertados, com ágios que alcançaram 115% nos prêmios. O governo estima que conseguiu negociar os 10% da safra gaúcha, como estava previsto inicialmente.

Para a safra 1999/2000 alguns fatores devem ser levados em conta. Na Argentina, a perspectiva de redução da área plantada (prevista em 20%) deverá diminuir a oferta de arroz para o Brasil. Outro importante fator é o aumento nos custos de produção de arroz na Argentina, devido à majoração de 46% nos preços dos combustíveis, refletindo-se nos itens de despesas diretas com operação de máquinas e aviação agrícola, que pesavam quase tanto quanto na estimativa de custo para o arroz irrigado no Rio Grande do Sul.

No Brasil o mercado encontra-se ofertante, com expectativa de aumento no custo de produção (além do aumento nos fretes) e diante de preços pouco compensadores, a previsão é de queda da área plantada de arroz na safra 1999/2000. No Rio Grande do Sul, a pouca chuva no inverno tornou as reservas hídricas abaixo do normal e com a previsão de frio rigoroso, além dos fatores econômicos restritivos, deverá ocorrer redução de área plantada de até 20%. No Mato Grosso, apesar da alta no preço do diesel, já que o cultivo de arroz é realizado em regiões com pouca infraestrutura, e os custos de transporte e armazenagem pesam no cômputo dos custos, deverá haver manutenção da área plantada no nível da safra 1998/99, ou mesmo aumento em pequena escala, dado que alguns produtores de soja vêm no plantio de arroz saída para a crise que estão enfrentando. Porém, as condições de financiamento (já com atraso nas liberações) e a indefinição das firmas, que estão protelando a decisão de realizar as misturas de fertilizantes, para definir preços e sistemas de financiamento para os produtores adquirirem insumos, poderão atrasar o plantio em áreas com restrição de chuvas, como já vem ocorrendo no Mato Grosso.

Em São Paulo, na região do Vale do Paraíba de cultivo de arroz irrigado, devido ao alto custo de produção com baixo retorno monetário, os agricultores têm buscado alternativas com o plantio de milho, feijão (preto, para abastecer o Rio de Janeiro) ou de hortaliças nas áreas de várzea, e não deverão aumentar a área plantada com arroz. As áreas de arroz de sequeiro podem manter-se, principalmente se houver áreas de reforma de pasto disponíveis para arrendamento aos produtores.

Quanto à importação, a expectativa é que deve aumentar a proveniente de terceiros mercados, se os países do MERCOSUL mantiverem o propósito de diminuir a área plantada de arroz. Nessa questão vai pesar mais o câmbio e qual país poderá internalizar o produto a preços competitivos, apontando para os asiáticos.

FEIJÃO

Ikuyo Kiyuna²⁶
Humberto Sebastião Alves²⁷

A produção brasileira de feijão teve crescimento significativo em 1998/99, após um ano atípico em 1997/98, devido principalmente à ampliação na área plantada e maior produtividade em relação ao ano anterior. Os aumentos significativos de produção nas safras das águas (36,1%), com 1,2 milhão de toneladas, e safra da seca (53,5%), com 1,5 milhão de toneladas, derrubaram os preços do produto no período de abril até a primeira quinzena de agosto de 1999, afetando negativamente a renda do produtor (Figuras 6, 7 e 8 e Tabela 38).

Em 1998/99, o Estado do Paraná continua como o maior produtor de **feijão das águas**, tendo sido produzidas 408 mil toneladas. Minas Gerais e Bahia empatam no segundo lugar, com 172 mil toneladas, seguidos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Goiás desponta como importante produtor de feijão das águas, com 68 mil toneladas, com crescimento de 144% em relação à safra anterior (Tabela 39).

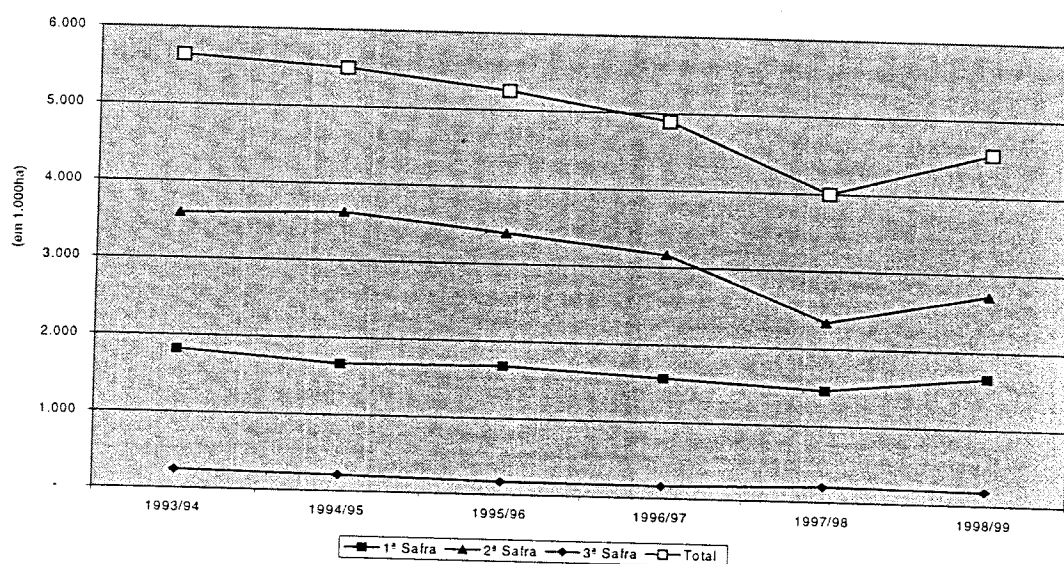


Figura 6 - Evolução da Área Plantada de Feijão, por Safra, Brasil, 1993/94-1998/99.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

²⁶Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²⁷Assistente Técnico de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola.

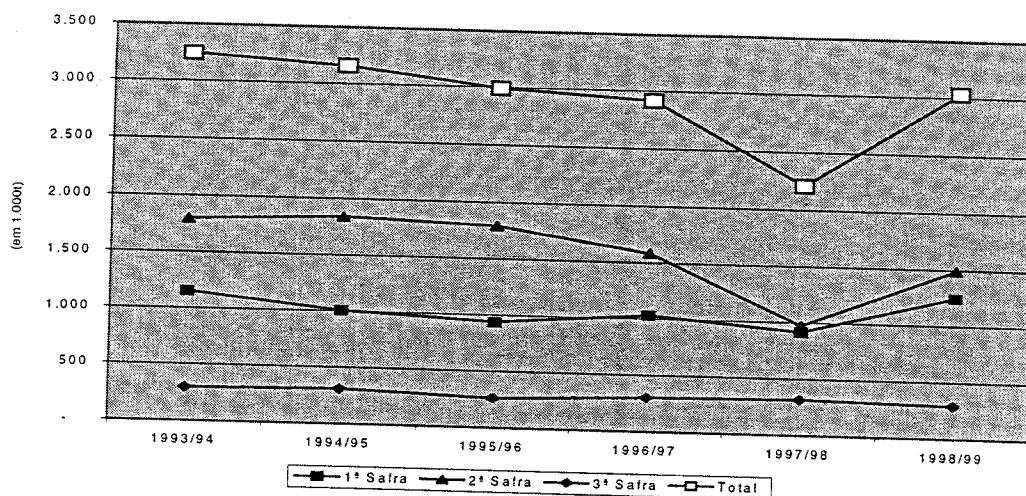


Figura 7 - Evolução da Produção de Feijão, por Safra, Brasil, 1993/94-1998/99.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

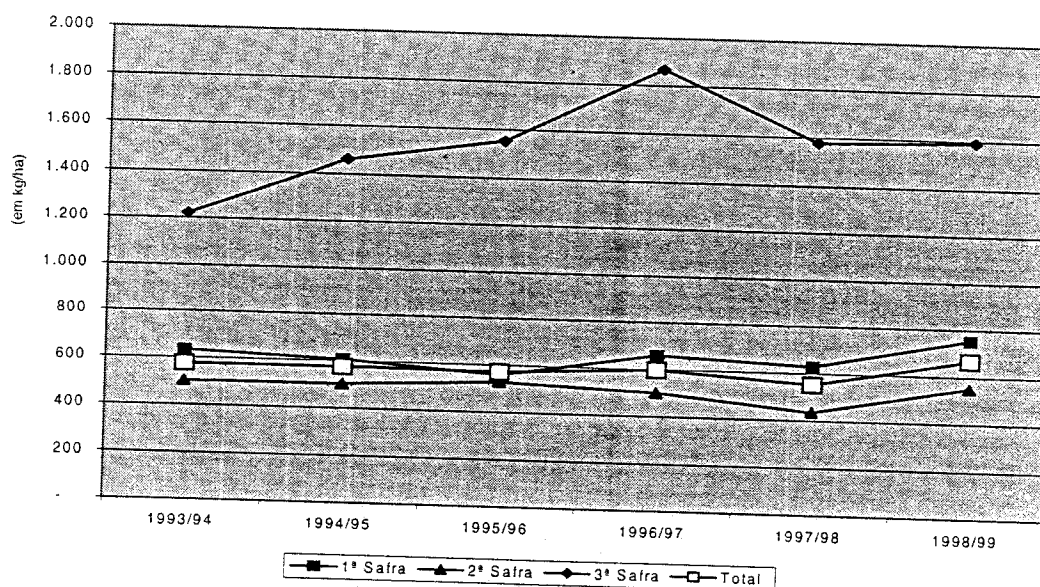


Figura 8 - Evolução da Produtividade de Feijão, por Safra, Brasil, 1993/94-1998/99

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 38 - Estimativa da Área Plantada e da Produção de Feijão, nas 1ª, 2ª e 3ª Safras, Brasil, 1997/98 e 1998/99

Safra	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)
1ª Safra	1.462,5	1.657,8	13,4	916,4	1.246,9	36,1	627	752	20,0
2ª Safra	2.333,4	2.716,0	16,4	971,7	1.491,8	53,5	435	549	26,3
3ª Safra	201,6	183,5	-9,0	318,1	292,1	-8,2	1.578	1.592	0,9
Total	3.997,5	4.557,3	14,0	2.206,2	3.030,8	37,4	2.639	2.893	9,6

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 39 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (1ª Safra), por Região, Brasil, 1997/98 e 1998/99

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)
Tocantins	1,5	1,5	-	0,5	0,5	-	333	333	-
Norte	1,5	1,5	-	0,5	0,5	-	333	333	-
Sul da Bahia	330,0	424,4	28,6	60,1	171,9	-	182	405	122,4
Nordeste	330,0	424,4	28,6	60,1	171,9	186,0	182	405	122,4
Paraná	468,7	508,1	8,4	379,6	408,0	7,5	810	803	-0,9
Santa Catarina	170,0	170,0	-	102,9	168,3	63,6	605	990	63,6
Rio Grande do Sul	145,9	150,3	3,0	94,8	123,2	30,0	650	820	26,2
Sul	784,6	828,4	5,6	577,3	699,5	21,2	736	844	14,8
Minas Gerais	221,2	238,9	8,0	134,9	172,0	27,5	610	720	18,1
Espírito Santo	12,5	12,5	-	9,8	9,8	-	784	784	-
Rio de Janeiro	3,0	3,0	-	2,3	2,2	-4,3	767	733	-4,3
São Paulo	79,5	93,8	18,0	87,5	99,1	13,3	1.101	1.057	-4,0
Sudeste	316,2	348,2	10,1	234,5	283,1	20,7	742	813	9,6
Mato Grosso	6,6	5,6	-15,2	3,3	2,8	-15,2	500	500	-
Mato Grosso do Sul	0,5	1,2	140,0	0,3	0,9	200,0	600	750	25,0
Goiás	16,3	39,0	139,3	28,0	68,3	143,9	1.718	1.751	1,9
Distrito Federal	6,8	9,5	39,7	12,4	19,9	60,5	1.824	2.095	14,9
Centro-Oeste	30,2	55,3	83,1	44,0	91,9	108,9	1.457	1.662	14,1
Norte/Nordeste	331,5	425,9	28,5	60,6	172,4	184,5	183	405	121,4
Centro-Sul	1.131,0	1.231,9	8,9	855,8	1.074,5	25,6	757	872	15,3
Brasil	1.462,5	1.657,8	13,4	916,4	1.246,9	36,1	627	752	20,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Embora mais vulneráveis ao fator chuvas (estiagem), no conjunto, os estados do Nordeste constituem a principal região produtora de feijão da seca, com 783 mil toneladas, representando mais da metade da produção nacional, tendo sido produzidas em 1998/99 na Bahia 232 mil toneladas, seguida pelo Ceará, com 202 mil toneladas (Tabela 40).

A produção nacional de feijão de inverno está estimada em 292 mil toneladas, volume que provavelmente será reajustado para baixo, em função dos problemas climáticos. A estimativa atual é 8% inferior à produção do ano precedente (318 mil toneladas) e representa cerca de 10% da estimativa de produção total de feijão do ano agrícola 1998/99. Essa produção, mesmo sem quebras, está aquém do desejável no abastecimento do mercado de julho a outubro. Os principais Estados produtores de feijão de inverno são: Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia. Destes, apenas no Estado de São Paulo ocorreu aumento de produção (cerca de 25%). No Paraná, grande produtor nas demais safras, foram produzidas apenas 15 mil toneladas do feijão de inverno, em 1998/99 (Tabela 41).

A grande oscilação sazonal na oferta de feijão no País, em 1998/99, teve reflexos nos preços médios mensais de feijão recebidos pelos produtores em São Paulo onde, apesar de não ser o maior Estado produtor, são formados os preços para servirem de sinalizador aos demais estados. A partir de janeiro de 1999, com a normalização de abastecimento, após a ocorrência do *El Niño* de 1997/98, os preços médios recebidos pelos produtores paulistas decresceram continuamente até julho, chegando a ficar abaixo do patamar crítico de R\$30,00 por saca de 60kg (Figura 9).

A conjuntura mudou completamente na segunda quinzena de agosto com os preços médios semanais recebidos pelos produtores paulistas aumentando de R\$26,00/sc., na primeira semana, para R\$60,67 na quinta semana, com 133% de aumento no período, devido a: a) término da colheita de feijão da seca no País; b) estimativa de menor produção nacional da safra de inverno; c) ocorrência de geadas e excesso de chuvas em alguns pontos do País; d) atraso no plantio da safra das águas 1999/2000, devido a chuvas insuficientes no período de preparo do solo e plantio nas principais regiões produtoras.

TABELA 40 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (2ª Safra), por Região, Brasil, 1997/98 e 1998/99

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)
Roraima	0,8	0,7	-12,5	0,2	0,2	-	250	286	-
Rondônia	94,2	98,9	5,0	55,1	54,4	-1,3	585	550	-6,0
Acre	11,8	9,6	-18,6	6,6	5,1	-22,7	559	531	-
Amazonas	5,2	5,2	-	3,5	4,3	22,9	673	827	22,9
Amapá	0,1	0,2	100,0	-	0,1	-	-	500	-
Pará	83,6	60,2	-28,0	47,1	34,3	-27,2	563	570	1,1
Tocantins	3,3	2,7	-18,2	1,2	0,9	-25,0	364	333	-8,3
Norte	199,0	177,5	-10,8	113,7	99,3	-12,7	571	559	-2,1
Maranhão	67,4	71,4	5,9	18,0	31,1	72,8	267	436	63,1
Piauí	193,7	186,0	-4,0	18,2	72,5	298,4	94	390	314,8
Ceará	465,4	573,8	23,3	57,6	202,0	250,7	124	352	184,4
Rio Grande do Norte	68,0	64,6	-5,0	7,2	21,6	200,0	106	334	215,8
Paraíba	135,0	136,4	1,0	5,4	65,2	1107,4	40	478	1095,0
Pernambuco	154,9	257,1	66,0	19,1	64,3	236,6	123	250	102,8
Alagoas	116,1	116,1	-	8,3	62,7	655,4	71	540	655,4
Sergipe	53,0	60,2	13,6	29,4	31,7	7,8	555	527	-5,1
Bahia	269,9	332,0	23,0	171,0	232,4	35,9	634	700	10,5
Nordeste	1.523,4	1.797,6	18,0	334,2	783,5	134,4	219	436	98,7
Paraná	93,4	158,8	70,0	108,3	133,4	23,2	1.160	840	-27,6
Santa Catarina	75,4	85,2	13,0	45,2	55,4	22,6	599	650	8,5
Rio Grande do Sul	44,4	50,0	12,6	25,8	29,5	14,3	581	590	1,5
Sul	213,2	294,0	37,9	179,3	218,3	21,8	841	743	-11,7
Minas Gerais	165,5	173,8	5,0	115,9	137,3	18,5	700	790	12,8
Espírito Santo	23,0	23,0	-	18,5	18,9	2,2	804	822	2,2
Rio Grande do Sul	5,0	4,6	-8,0	3,5	3,6	2,9	700	783	11,8
São Paulo	93,4	108,3	16,0	98,1	119,1	21,4	1.050	1.100	4,7
Sudeste	286,9	309,7	7,9	236,0	278,9	18,2	823	901	9,5
Mato Grosso	18,4	19,9	8,2	11,7	13,9	18,8	636	698	9,8
Mato Grosso do Sul	25,0	33,0	32,0	20,0	27,7	38,5	800	839	4,9
Goiás	64,6	80,8	25,1	71,1	66,3	-6,8	1.101	821	-25,4
Distrito Federal	2,9	3,5	20,7	5,7	3,9	-31,6	1.966	1.114	-43,3
Centro-Oeste	110,9	137,2	23,7	108,5	111,8	3,0	978	815	-16,7
Norte/Nordeste	1.722,4	1.975,1	14,7	447,9	882,8	97,1	260	447	71,9
Centro-Sul	611,0	740,9	21,3	523,8	609,0	16,3	857	822	-4,1
Brasil	2.333,4	2.716,0	16,4	971,7	1.491,8	53,5	416	549	31,9

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 41 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (3ª Safra), por Região, Brasil, 1997/98 e 1998/99

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)	1997/98	1998/99	Variação (%)
Bahia	18,0	15,5	-13,9	37,8	34,1	-9,8	2.100	2.200	4,8
Nordeste	18,0	15,5	-13,9	37,8	34,1	-9,8	2.100	2.200	4,8
Paraná	25,1	27,8	10,8	16,8	15,3	-8,9	669	550	-17,8
Sul	25,1	27,8	10,8	16,8	15,3	-8,9	669	550	-17,8
Minas Gerais	53,0	44,2	-16,6	96,7	84,0	-13,1	1.825	1.900	4,2
São Paulo	56,6	59,4	4,9	60,0	75,4	25,7	1.060	1.269	19,7
Sudeste	109,6	103,6	-5,5	156,7	159,4	1,7	1.430	1.539	7,6
Mato Grosso	1,6	1,6	0,0	3,2	3,4	6,3	2.000	2.125	6,3
Mato Grosso do Sul	1,3	1,3	0,0	1,0	2,1	110,0	769	1.615	110,0
Goiás	42,9	32,2	-24,9	95,2	74,1	-22,2	2.219	2.301	3,7
Distrito Federal	3,1	1,5	-51,6	7,4	3,7	-50,0	2.387	2.467	3,3
Centro-Oeste	48,9	36,6	-25,2	106,8	83,3	-22,0	2.184	2.276	4,2
Norte-Nordeste	18,0	15,5	-13,9	37,8	34,1	-9,8	2.100	2.200	4,8
Centro-Sul	183,6	168,0	-8,5	280,3	258,0	-8,0	1.527	1.536	0,6
Brasil	201,6	183,5	-9,0	318,1	292,1	-8,2	1.578	1.592	0,9

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

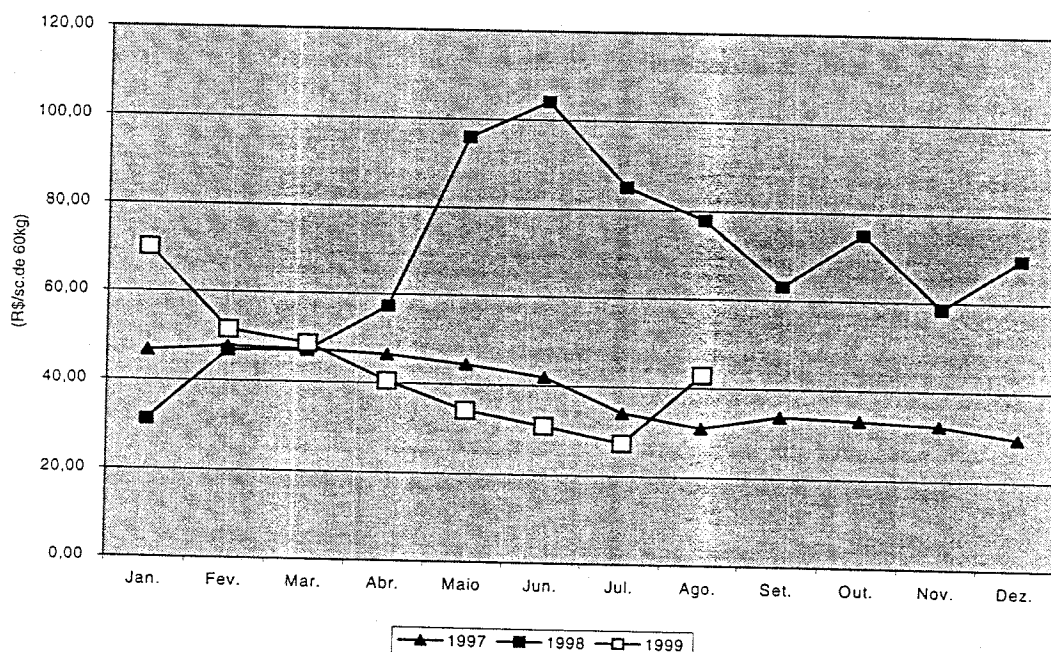


Figura 9 - Preços¹ Médios Mensais Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1997-99.

¹Em R\$ de jul./99 por sc.60kg.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

No caso do Paraná (maior produtor brasileiro de feijão das águas), a estiagem dos últimos meses está afetando o plantio e também o replantio das áreas afetadas pela geada, cuja perda está estimada em 17 mil hectares, trazendo custos adicionais de replantio para a próxima safra. No Estado de São Paulo, a seca prolongada está afetando seriamente o preparo do solo e o plantio de feijão das águas, com provável reflexos no abastecimento até novembro, normalmente suprido pela colheita da safra das águas.

O consumo de feijão em 1998/99, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), é de 2,95 milhões de toneladas. O estoque do produto está estimado em 314 mil toneladas, portanto bem superior ao volume inicial de 113 mil toneladas, em fevereiro. O montante previsto de importação de feijão (120 mil toneladas) poderá vir a sofrer acréscimo, mesmo que não haja diminuição na estimativa da produção de inverno, atualmente de 292 mil toneladas (Tabela 42).

TABELA 42 - Balanço de Oferta e Demanda de Feijão no Brasil, Safras 1994/95 a 1998/99
(em 1.000t)

Safra	Estoque inicial ¹	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1994/95	400	3.458	190	3.300	-	447
1995/96	447	2.992	82	3.250	-	350
1996/97	350	2.915	157	3.200	-	218
1997/98	218	2.206	190	2.500	-	113
1998/99	113	3.031	120	2.950	-	314

¹O estoque inicial é computado em 1º de fevereiro de cada ano.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A estimativa de custo operacional total (COT) da próxima safra de feijão das águas, em Itapeva, principal região produtora do Estado de São Paulo, considerando a produtividade média de 27 sacos de 60kg por hectare (ou seja, 1.620kg/ha), é de R\$782,31/ha, ou R\$28,91 por saca, acima, portanto, do preço mínimo de R\$28,00 fixado para o próximo ano agrícola.

A perspectiva para a safra de feijão das águas 1999/2000 para o Estado de São Paulo mudou dramaticamente em agosto. Na primeira semana do mês, os preços médios recebidos pelos produtores tangenciavam o custo de produção de muitos produtores e/ou o preço mínimo atual de R\$26,00 a saca. Já na última semana do mês, os preços atingiam níveis de R\$60,00, com persistente tendência de forte aumento até outubro, mês de entressafra típica de feijão, com o agravante da escassez do produto poder se estender até novembro. A perspectiva de normalização do abastecimento em novembro, como nos demais anos, é mínima, uma vez que não houve plantio significativo de feijão em agosto no Estado de São Paulo, enquanto no Paraná, principal produtor de feijão das águas, noticia-se a perda de 17 mil hectares de feijão das águas já plantadas com a geada ocorrida em meados do mês.

A área plantada de feijão das águas 1999/2000, no Estado de São Paulo, permanecerá provavelmente nos níveis do ano anterior, ou seja, 93,8 mil hectares²⁸, com possibilidade de pequena expansão, devido a: a) mudança da conjuntura a partir da segunda quinzena de agosto, apesar dos preços desanimadores recebidos pelos produtores nos últimos meses; b) as culturas concorrentes com a área de feijão (milho, soja e algodão) têm início de plantio em setembro, com tempo portanto para reconsiderar a decisão de plantá-las; c) o prazo oficial de plantio de feijão termina em 30 de outubro.

MILHO

Alfredo Tsunehiro²⁹

A produção mundial de milho na safra 1999/2000 foi estimada em 599,4 milhões de toneladas, 0,9% a mais que a safra anterior, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em seu levantamento de previsão de safras em agosto de 1999. A produção dos Estados Unidos está estimada em 242,9 milhões de toneladas, 2% a menos em relação à do ano precedente. Essa queda é devida somente à redução de área, não tendo sido ainda computados os efeitos da

²⁸Estimativa da CONAB. Segundo o levantamento CATI/IEA, a área plantada com feijão das águas 1998/99 no Estado de São Paulo foi de 71,5 mil hectares.

²⁹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

seca que está ocorrendo nas principais regiões produtoras do País. Os produtores norte-americanos reduziram a área plantada em razão da conjuntura mundial de elevados estoques, do pequeno crescimento do consumo e da política agrícola norte-americana de incentivo à soja em detrimento do milho.

O diferencial entre os preços mínimos estipulados pelo programa de subsídios do governo dos Estados Unidos para a soja, de US\$5,26 por bushel (US\$193,27 por tonelada ou US\$11,60 por saco de 60kg) e para o milho, de US\$1,89 por bushel (US\$74,40 por tonelada ou US\$4,46 por saco de 60kg), com uma relação soja-milho muito superior a 2:1, significa uma estratégia de maior garantia de renda mínima à cultura da soja em relação à do milho.

A produção do resto do mundo deverá atingir 356,6 milhões de toneladas (59,5% do total mundial), com crescimento de 3%, de acordo com o USDA. A Argentina deverá produzir 15,5 milhões de toneladas, o que corresponde a aumento de 12,3% em relação a 1998/99, mas não compensando a queda de 28,7% sofrida na colheita anterior (Tabela 43).

TABELA 43 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Estados Unidos, Argentina e Total Mundial, 1996/97 a 1999/2000¹
(em milhão de toneladas)

Discriminação	Estados Unidos				Variação (%) 2000/1999
	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	
Estoque inicial	10,82	22,44	33,22	43,66	31,43
Produção	234,52	233,86	247,94	242,86	-2,05
Importação	0,34	0,22	0,51	0,25	-50,98
Oferta total	245,68	256,51	281,67	286,77	1,81
Consumo	177,64	185,09	188,48	190,13	0,88
Exportação	45,6	38,21	49,53	48,90	-1,27
Demanda total	223,24	223,3	238,01	239,03	0,43
Estoque final	22,44	33,22	43,66	47,74	9,34
Discriminação	Argentina				Variação (%) 2000/1999
	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	
Estoque inicial	0,4	0,75	1,61	0,91	-43,48
Produção	15,5	19,36	13,80	15,5	12,32
Importação	0	0	0	0	-
Oferta total	15,9	20,11	15,41	16,41	6,49
Consumo	4,32	6,35	6,00	6,00	0,00
Exportação	10,83	12,15	8,50	9,50	11,76
Demanda total	15,15	18,50	14,50	15,50	6,90
Estoque final	0,75	1,61	0,91	0,91	0,00
Discriminação	Total mundial				Variação (%) 2000/1999
	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	
Estoque inicial	68,78	92,64	85,64	96,46	12,63
Produção	591,16	573,45	594,01	599,41	0,91
Importação	71,39	71,13	73,95	72,15	-2,43
Oferta total	731,33	737,22	753,6	768,02	1,91
Consumo	567,38	580,1	582,99	591,79	1,51
Exportação	73,31	71,48	74,15	76,06	2,58
Demanda total	640,69	651,58	657,14	667,85	1,63
Estoque final	92,64	85,64	96,46	100,17	3,85

¹Ano comercial: outubro-setembro.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O consumo mundial de milho na temporada 1999/2000, estimado em 591,8 milhões de toneladas, corresponde a crescimento de 1,5%, ligeiramente inferior ao provável aumento da oferta

total (1,9%). É previsto crescimento de 0,9% do consumo nos Estados Unidos, contra 1,8% do resto do mundo. As disponibilidades de milho para exportação na Argentina deverão crescer de 8,5 milhões de toneladas em 1998/99 para 9,5 milhões de toneladas em 1999/2000. Os estoques mundiais finais (em setembro de 2000) estão projetados em 100,2 milhões de toneladas, com crescimento de 3,8%. Os estoques nos Estados Unidos, de 47,7 milhões de toneladas crescem 9,3%. Todos esses números configuram uma conjuntura baixista de preços no mercado internacional de milho na próxima safra. As projeções do USDA em nível de produtor americano estão no intervalo de US\$1,70 a US\$2,10 por bushel, com a média (US\$1,90/bushel ou US\$ 74,80/t) correspondendo a uma queda em relação ao ano passado (US\$1,95) e a terceira baixa anual consecutiva.

A produção brasileira de milho da safra 1998/99 foi de 32,234 milhões de toneladas (sendo 26,766 milhões de toneladas na primeira safra ou safra de verão e 5,468 milhões de toneladas na segunda safra ou safrinha), 6,8% maior que a do ano anterior, conforme o levantamento de previsão de safras da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), realizado em julho de 1999. A área total da cultura de milho (primeira safra + segunda safra), de 12,457 milhões de hectares (9,787 milhões de hectares na safra de verão e 2,670 milhões de hectares na safrinha), aumentou 9,4%, e mesmo com a queda da área da cultura da soja (de 1,3%, situando-se em 12,990 milhões de hectares), não recuperou a posição de liderança entre as culturas brasileiras em termos de área cultivada.

O desempenho da cultura na safra de verão de 1998/99 foi seriamente afetado pela quebra no Rio Grande do Sul, devido à forte estiagem nos períodos críticos da cultura. No Centro-Oeste a área foi expandida, recuperando parcela perdida para a cultura da soja no ano passado e o clima favoreceu o rendimento, tendo como resultado aumento de 43,9% da produção. Houve também um bom desenvolvimento da cultura no Norte-Nordeste, com crescimento da área e normalização das condições climáticas afetando positivamente a produtividade da cultura (Tabela 44).

TABELA 44 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Primeira Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1996/97 a 1998/99

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1996/97	1997/98	1998/99	1996/97	1997/98	1998/99
Paraná	1.851,8	1.460,0	1.540,3	7.222,0	5.402,0	5.806,9
Rio Grande do Sul	1.649,6	1.501,1	1.471,1	4.124,0	4.503,3	3.243,8
Minas Gerais	1.401,6	1.261,4	1.286,6	4.485,1	3.784,2	3.988,5
Santa Catarina	1.027,1	768,0	783,4	3.646,2	2.688,0	2.835,9
São Paulo	815,6	774,8	792,6	3.017,7	2.773,8	2.922,3
Goiás	756,9	454,1	604,0	3.254,7	1.907,2	2.808,6
Mato Grosso do Sul	294,1	144,1	201,7	1.294,0	590,8	917,7
Mato Grosso	279,5	162,1	191,3	1.034,2	560,9	707,8
Espírito Santo	59,0	56,0	51,5	147,5	134,4	108,2
Distrito Federal	27,4	21,1	22,8	126,2	107,2	115,3
Rio de Janeiro	20,5	17,8	18,0	40,0	43,8	36,0
Centro-Sul	8.183,1	6.620,5	6.963,3	28.391,6	22.491,1	23.491,0
Norte-Nordeste	3.417,3	2.449,6	2.823,2	3.312,8	2.114,0	3.274,8
Brasil	11.600,4	9.070,1	9.786,5	31.704,4	25.501,5	26.765,8
Estado e Região	Rendimento (kg/ha)			Variação (%) 1999/98		
	1996/97	1997/98	1998/99	Área	Produção	Rendimento
Paraná	3.900	3.700	3.770	5,5	7,5	1,9
Rio Grande do Sul	2.500	3.000	2.205	-2,0	-28,0	-26,5
Minas Gerais	3.200	3.000	3.100	2,0	5,4	3,3
Santa Catarina	3.550	3.500	3.620	2,0	5,5	3,4
São Paulo	3.700	3.580	3.687	2,3	5,4	3,0
Goiás	4.300	4.200	4.650	33,0	47,3	10,7
Mato Grosso do Sul	4.400	4.100	4.550	40,0	55,3	11,0
Mato Grosso	3.700	3.460	3.700	18,0	26,2	6,9
Espírito Santo	2.500	2.400	2.100	-8,0	-19,5	-12,5
Distrito Federal	4.606	4.200	4.650	8,1	7,6	10,7
Rio de Janeiro	1.951	2.460	2.000	1,1	-17,8	-18,7
Centro-Sul	3.470	3.397	3.374	5,2	4,4	-0,7
Norte-Nordeste	969	863	1.160	15,3	54,9	34,4
Brasil	2.733	2.713	2.735	7,9	5,0	0,8

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Na safrinha de 1998/99 ocorreu expansão da área (15%), graças ao estímulo de preços atrativos, mas houve atraso no início do plantio, devido ao retardamento na semeadura da soja, a principal cultura que a precede. Esse atraso foi mais acentuado na Região Centro-Oeste, onde a época de plantio recomendada é mais curta que nos Estados de maiores latitudes, como Paraná e São Paulo. Os maiores aumentos relativos de área ocorreram no Paraná (onde também foi maior o aumento absoluto, de 214,5 mil hectares, de acordo com a CONAB), Minas Gerais, Distrito Federal e Bahia. Exceção feita a este último Estado, nas demais Unidades da Federação as produtividades sofreram quedas, em função de estiagem forte e prolongada. As maiores perdas ocorreram em Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Com a ocorrência das geadas precoces em meados de abril temia-se pela repetição desse tipo de evento em maio-julho, período crítico do milho safrinha. Tal fato, porém, não ocorreu, aliviando a apreensão do mercado interno (Tabela 45).

TABELA 45 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Segunda Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1996/97 a 1998/99

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1996/97	1997/98	1998/99	1996/97	1997/98	1998/99
Paraná	673,2	794,4	1.008,9	942,5	2.001,9	2.522,3
São Paulo	391,3	403,0	432,2	763,0	1.168,7	888,7
Mato Grosso	352,2	366,3	362,6	739,6	787,5	543,9
Mato Grosso do Sul	256,2	307,4	292,0	673,8	753,1	684,7
Goiás	207,7	205,6	215,9	643,9	657,9	453,4
Minas Gerais	7,9	33,9	42,0	12,8	77,1	73,1
Distrito Federal	-	2,7	5,6	-	9,2	14,6
Centro-Sul	1.888,5	2.113,3	2.350,2	3.775,6	5.455,4	5.180,7
Bahia	310,0	207,7	319,9	235,6	127,3	287,9
Brasil	2.198,5	2.321,0	2.670,1	4.011,2	5.582,7	5.468,6

Estado e Região	Rendimento (kg/ha)			Variação (%) 1999/98		
	1996/97	1997/98	1998/99	Área	Produção	Rendimento
Paraná	1.400	2.520	2.500	27,0	26,0	-0,8
São Paulo	1.950	2.900	2.100	7,2	-24,0	-27,6
Mato Grosso	2.100	2.150	1.500	-1,0	-30,9	-30,2
Mato Grosso do Sul	2.630	2.450	2.345	-5,0	-9,1	-4,3
Goiás	3.100	3.200	2.100	5,0	-31,1	-34,4
Minas Gerais	1.620	2.274	1.740	23,9	-5,2	-23,5
Distrito Federal	-	3.393	2.602	107,4	58,7	-23,3
Centro-Sul	1.999	2.581	2.204	11,2	-5,0	-14,6
Bahia	760	613	900	54,0	126,2	46,8
Brasil	1.825	2.405	2.048	15,0	-2,0	-14,8

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A estimativa de oferta e demanda de milho no Brasil para o ano-safra 1998/99 (março de 1999 a fevereiro de 2000) da CONAB aponta um quadro de suprimento muito apertado, com estoque final previsto de 945 mil toneladas, suficiente para o consumo de apenas dez dias, contra 24 dias do ano precedente e 63 dias do ano-safra 1996/97. Trata-se do menor estoque final dos últimos oito anos. A relação estoque/consumo é de apenas 2,7%, ou seja, estoque praticamente zerado. No ano-safra 1990/91, quando o estoque final foi de 877,4 mil toneladas, a relação era de 3,5% (Tabela 46).

Até o momento a importação prevista é de 1,337 milhão de toneladas, cuja magnitude poderá ser revista para baixo, se os preços no mercado externo prosseguirem em alta nesta entressafra com a redução da produção americana provocada pela forte estiagem naquele país. A situação do abastecimento nacional é crítica, cuja gravidade poderá se estender por mais um ano-safra, dada a dificuldade de obtenção de um aumento expressivo da produção interna e do elevado custo de importação de milho argentino ou norte-americano. Com base na taxa cambial de US\$1,00 = R\$1,85 e cotações de US\$99,00/t e de US\$87,89/t, respectivamente, na Argentina e Estados Unidos, o preço

TABELA 46 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1995/96 a 1989/99
(em mil toneladas)

Discriminação	1995/96	1996/97	1997/98 (a)	1998/99 (b)	Varição (%) (b)/(a)
Estoque inicial ¹	8.995	5.961	6.169	2.374	-61,5
Produção	32.405	35.716	30.188	32.234	6,8
Importação	377	500	1.617	1.337	-17,3
Suprimento	41.777	42.177	37.974	35.945	-5,3
Consumo	35.208	35.926	35.600	35.000	-1,7
Exportação	608	82	-	-	-
Estoque final	5.961	6.169	2.374	945	-60,2

¹Data base: 01 de março de cada ano-safra.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

do milho argentino foi estimado em R\$15,28 por saco de 60kg e o do norte-americano em R\$15,44, internalizado em regime de *draw back*. Comparando-se com o preço interno CIF, sem ICMS, de R\$10,30 por saco, constata-se a falta de paridade na importação do cereal até o momento.

Os preços de milho em 1998/99 foram maiores, em termos reais, aos da safra precedente, nas regiões onde houve forte desequilíbrio entre oferta e demanda, como no Rio Grande do Sul, onde a quebra de safra provocou as maiores altas do mercado interno. Considerando-se as médias do período março-junho de cada ano, o preço médio neste ano foi 9,4% maior que o de 1997/98 no Rio Grande do Sul. No Paraná, mesmo com aumento de produção, os preços subiram em termos reais, em função de incremento da demanda de consumidores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estados importadores líquidos de milho. Em São Paulo e em Goiás, respectivamente, estado maior importador e maior exportador de milho do País, os preços apresentaram quedas reais em relação aos da temporada anterior em razão de retração da demanda e da pressão da oferta de Minas Gerais no mercado paulista (Tabela 47).

O mercado interno de milho em 1999 vem apresentando evolução mais lenta, com negócios mais parcelados e distribuídos ao longo dos meses, com perspectivas de maiores elevações de preços a partir de setembro, quando se encerra a colheita do milho safrinha nos Estados de São Paulo e Paraná. Os aumentos reais de preços no segundo semestre de 1999 estarão atrelados ao crescimento do consumo da avicultura de corte, estimado em 15% para 1999, graças principalmente ao aumento da receita cambial das exportações com a desvalorização do real em janeiro deste ano. A avicultura de postura também projeta aumento de produção de 8%, o que contribui para o aumento da demanda de milho. A suinocultura, também, deverá aumentar a demanda de milho, com o crescimento da produção de carne suína de cerca de 5%.

Os custos de produção de milho subiram significativamente nos últimos doze meses, basicamente em função dos aumentos de preços dos insumos químicos (defensivos e fertilizantes) e combustíveis. O custo operacional da cultura do milho da safra de verão 1999/2000 para a região da Alta Mogiana paulista foi estimado em R\$621,91 por hectare, ou R\$ 6,91 por saco de 60kg, correspondendo a aumento de 26,4% em relação ao custo do ano passado. Para o Vale do Paranapanema (lado paulista), o custo foi estimado em R\$521,70 por hectare, ou R\$6,96 por saco de 60kg (alta de 28,8%). As maiores elevações de preços foram dos adubos (50% e 47%, respectivamente, na Alta Mogiana e no Vale do Paranapanema) e defensivos (46,8% e 53,5%). Ao se adicionar os custos dos serviços de transporte e secagem/limpeza, necessários para a venda do milho, o custo operacional de produção por unidade sobe para R\$7,70 a R\$8,00, o que é bem superior ao preço mínimo de garantia (R\$7,10), estipulado pelo governo (Tabela 48).

Com base nos dados de custo e no preço esperado do milho (de R\$9,00 por saco), pode-se estimar a rentabilidade (ou margem bruta, dada pela relação receita líquida/custo operacional total) na região da Alta Mogiana em 30,2% e no Vale do Paranapanema em 29,4%. Na safra passada essas margens foram de, respectivamente, 31,7% e 33,3%. Os pontos de equilíbrio, ou produções

TABELA 47 - Preços Médios Mensais de Milho Recebidos pelos Produtores, Estados de São Paulo, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, 1996-99
(em R\$/sc.60kg)¹

Mês	São Paulo				Goiás			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
Jan.	10,92	8,35	9,65	9,33	9,17	8,40	8,53	9,01
Fev.	10,07	7,84	9,34	9,18	9,10	7,67	8,53	9,24
Mar.	8,99	7,56	8,73	8,66	9,84	7,58	8,51	9,06
Abr.	9,08	7,48	8,86	8,12	9,77	7,54	8,52	8,46
Mai	9,82	7,60	9,14	8,24	11,09	7,52	8,50	7,88
Jun.	9,39	7,54	8,99	8,40	8,03	7,46	8,48	7,20
Jul.	9,51	7,81	8,84	...	7,94	7,46	8,51	...
Ago.	10,08	7,90	8,71	...	8,67	6,78	8,52	...
Set.	9,87	8,34	8,62	...	8,66	7,42	7,87	...
Out.	10,29	8,94	8,87	...	8,64	7,39	8,53	...
Nov.	9,94	9,02	9,10	...	8,61	8,00	8,54	...
Dez.	9,09	9,20	9,20	...	8,54	7,94	8,46	...

Mês	Paraná				Rio Grande do Sul			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
Jan.	8,60	6,82	7,85	8,58	8,41	8,40	8,53	8,37
Fev.	7,87	6,56	7,80	8,45	9,86	7,67	8,53	9,86
Mar.	8,20	6,65	7,65	8,29	9,84	7,58	8,51	9,67
Abr.	9,26	6,98	7,80	8,22	9,77	7,54	8,52	9,66
Mai	10,16	7,19	7,97	8,26	11,09	8,20	9,15	9,70
Jun.	9,72	6,97	7,78	8,18	10,95	8,14	9,13	9,60
Jul.	9,52	6,92	7,75	...	10,83	8,14	9,16	...
Ago.	9,69	7,05	7,70	...	10,83	8,14	9,18	...
Set.	9,76	7,24	7,62	...	10,82	8,09	9,18	...
Out.	9,56	7,47	7,65	...	10,80	8,74	9,18	...
Nov.	8,85	7,48	7,93	...	10,05	8,66	7,89	...
Dez.	7,86	7,48	8,37	...	9,25	8,61	10,41	...

¹Em real de junho de 1999. Deflator: IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Departamento de Economia Rural/PR (DERAL) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA 48 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Milho, por Hectare, Produtividade de 5.400kg/ha (Região da Alta Mogiana) e 4.500kg/ha (Vale do Paranapanema), Estado de São Paulo, Safra de Verão 1999/2000¹
(em R\$ de agosto de 1999)

Item	Alta Mogiana		Vale do Paranapanema	
	RS	%	RS	%
Mão-de-obra	32,15	5,17	27,36	5,24
Sementes	77,80	12,51	78,08	14,97
Aduobos e corretivo	188,75	30,35	163,93	31,42
Defensivos	77,14	12,40	91,80	17,60
Operação de máquinas	131,80	21,19	73,68	14,12
Custo Operacional Efetivo (COE)	507,64	81,63	434,85	83,35
Depreciação de máquinas	50,94	8,19	28,72	5,51
Encargos financeiros ²	14,60	2,35	12,51	2,40
Encargos sociais diretos ³	10,61	1,71	9,03	1,73
Seguro COESP ⁴	20,31	3,27	21,74	4,17
Seguridade social ⁵	17,82	2,87	14,85	2,85
Custo Operacional Total (COT)	621,91	100,00	521,70	100,00
Custo Operacional por sacco	6,91	-	6,96	-

¹Tração motomecanizada e plantio convencional.

²Taxa de juros de 8,75% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

⁴Refere-se a 4% (Alta Mogiana) e 5% (Vale do Paranapanema) do COE.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (R\$810,00 para a Alta Mogiana e R\$675,00 para o Vale do Paranapanema).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

mínimas que cobrem os respectivos custos operacionais totais, são de 69 sacos por hectare para a Alta Mogiana (68 sacos na safra passada) e de 58 sacos por hectare para o Vale do Paranapanema (56 sacos no ano passado).

O Plano Agrícola 1999/2000, divulgado em junho pelo Governo Federal, no tocante à cultura do milho, contempla as seguintes medidas de apoio: a) aumento do limite de financiamento de custeio e dos Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV), com recursos controlados do crédito rural, de R\$150 mil para R\$200 mil por beneficiário/safra; b) manutenção da taxa de juros incidente sobre os recursos do crédito rural em 8,75% ao ano; e c) reajuste do preço mínimo de garantia, de R\$6,70 por saco de 60kg para R\$7,10 por saco de 60kg, correspondendo a aumento de 5,97%. Entre outras medidas de caráter geral, pode-se assinalar as seguintes que poderão causar impacto positivo para aumento da área plantada de milho: a) aporte de mais R\$300 milhões de recursos novos ao Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo (PROSOLO), para o financiamento dos agricultores para aquisições de corretivos de solo. A taxa de juros é de 8,75% ao ano, o prazo de pagamento é de cinco anos, com limite de financiamento de R\$40 mil por beneficiário; b) internacionalização de mercados futuros, com providências para permitir a operação de investidores estrangeiros no mercado futuro de *commodities* agrícolas do Brasil; e c) implantação do sistema de seguro agrícola, de modo a minimizar os riscos da produção agrícola.

A medida de maior impacto para estimular o plantio de milho é o aumento do limite disponível para cada tomador de crédito, em 33%. O limite para a safra 1999/2000 permite ao agricultor financiar uma área maior que a do ano passado. Considerando-se o financiamento do custo operacional efetivo (COE, da tabela 6), o produtor da região da Alta Mogiana poderá receber crédito para o custeio de 394 hectares de milho, 2,9% a mais do que em 1998/99. Para o produtor do Vale do Paranapanema, a área total financiável é estimada em 460 hectares, 0,9% maior que a da safra passada. Outra medida que poderá beneficiar o produtor de milho, com impacto favorável na produtividade da cultura, é o aumento dos recursos do PROSOLO, permitindo a aquisição de calcário para a correção dos solos. Os preços mínimos já não servem mais como referência para decisão de plantio, tendo em vista a sua defasagem em relação aos custos de produção. As demais medidas citadas (internacionalização do mercado futuro e implantação do seguro agrícola) só poderão beneficiar os agricultores a médio prazo.

As perspectivas do mercado de milho na safra 1999/2000 são favoráveis, podendo-se apontar os seguintes aspectos positivos ou negativos a serem considerados numa análise prospectiva: a) relação estoque/consumo muito baixo ainda na próxima safra, o que pode indicar mercado firme; b) preços esperados ligeiramente superiores aos da safra recém-finda, no mercado interno, a despeito de preços menores, em dólar, no mercado externo; c) crescimento da demanda derivada dos mercados de carnes de aves e suínos, que devem se firmar no próximo ano, favorecidos pela desvalorização do real; d) piora nas relações de troca do milho com insumos deverá causar redução do consumo dos mesmos, rebaixando o nível de tecnologia da cultura e comprometendo o rendimento esperado; e) o agravamento da capacidade de auto-financiamento dos produtores deverá recrudescer a seletividade dos agricultores que cultivam o milho, constituindo-se em fator de inibição do crescimento da área plantada; f) a possibilidade de importação de milho estará fortemente condicionada à evolução dos preços internacionais (que, por sua vez, estão atrelados ao comportamento do "mercado de clima" norte-americano) e das taxas de câmbio no Brasil.

A evolução combinada dos eventos citados, até o momento da efetiva tomada de decisão do produtor quanto ao plantio da próxima safra de verão, irá definir a magnitude da área de milho a ser semeada. O cenário criado no momento é de aumento de área na safra de verão 1999/2000, em todas as regiões produtoras do País, com previsão de crescimento de 5% a 7% no total do País. Prevêem-se maiores incrementos de área na Região Centro-Oeste (momento em Goiás), onde a cultura da soja deverá ceder área para milho, algodão e arroz. Prevê-se para o Estado do Paraná uma expansão de 6% a 8%, e em São Paulo, de 2 a 3%. Essas variações estão associadas à previsão para a cultura da soja: enquanto no Paraná se espera retração de 5% a 6%, em São Paulo a queda da área não deverá ser acentuada (de 3% a 5%), tendo em vista a migração de parte dos produtores de algodão para a cultura da oleaginosa no verão e do milho na safrinha. Outrossim, as

expressivas altas de preços do feijão em agosto de 1999 poderão estimular o plantio da leguminosa, em detrimento da cultura do milho. No Rio Grande do Sul, além da área, a produtividade da cultura deverá aumentar, recuperando as perdas da safra passada, devido à estiagem.

A produtividade esperada da cultura de verão, a despeito da previsão geral de redução do consumo de fertilizantes pelas culturas anuais e dependendo das condições de pluviosidade, poderá atingir níveis normais, mas não contribuirá para o incremento da produção. Uma eventual estiagem em períodos críticos da cultura (como do florescimento e pendoamento) poderá acarretar perdas, não só comprometendo a produtividade da cultura, como também favorecendo as condições de infestação de pragas e ervas daninhas, tendo em vista a previsão de redução do emprego de defensivos agrícolas. Se os fatores condicionantes da decisão de plantio prosseguirem favoráveis ao milho e desfavoráveis à soja, a área plantada do cereal (safra de verão + safrinha) poderá superar à da oleaginosa, recuperando a posição de cultura líder no País em termos de área plantada. O suprimento interno, entretanto, não deverá satisfazer a demanda em 1999/2000, o que implica dispêndio em divisas a custos elevados na importação de milho e de tendência de mercado firme.

SOJA

Valéria da Silva Peetz³⁰

A produção brasileira de soja, na safra 1998/99, foi estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 30,75 milhões de toneladas, que, apesar de inferior em 1,9% à produção da safra 1997/98, significa, historicamente, o segundo melhor volume obtido com a oleaginosa no País. Tal resultado deveu-se ao desempenho abaixo do esperado no Mato Grosso, em função do excesso de chuvas por ocasião da colheita, bem como às perdas ocasionadas pela estiagem no Rio Grande do Sul, afetando a produtividade média nacional (Tabela 49).

A análise do desempenho da safra nos principais estados produtores mostra que apesar da redução da área plantada, resultado do menor estímulo ao plantio provocado pela queda nos preços ao longo de 1998, houve ganhos em produtividade no Paraná (9,4%), no Mato Grosso (1,8%), em Goiás (2,4%), no Mato Grosso do Sul (23,8%), em São Paulo (30%), em Minas Gerais (0,7%) e na Bahia (14,3%). A hegemonia, em termos de produtividade, permaneceu por conta do Mato Grosso, com 2.800kg/ha, cabendo ao Paraná o destaque em termos de volume produzido, da ordem de 7.723,3 mil toneladas (25,1% da produção do País).

São Paulo continua a ocupar a sexta posição no *ranking* da produção nacional, mas com volume ainda não suficiente para atender a capacidade de processamento do grão instalada no Estado, permanecendo, pois, altamente dependente de matéria-prima de outros pólos nacionais. A produção paulista foi estimada em 1.421 mil toneladas, de acordo com o levantamento de julho/99 da CONAB. Nas principais regiões produtoras do Estado, o resultado da safra 1998/99 foi considerado satisfatório, uma vez que mais de 70% da safra foi comercializada antecipadamente (no primeiro semestre), permitindo rentabilidade positiva aos produtores, frente a um menor endividamento em dólar.

A disponibilidade interna do grão em 1999 está estimada em 31,5 milhões de toneladas (considerando-se o volume produzido, o estoque inicial e a estimativa de importação), para um consumo estimado em 21,9 milhões de toneladas. A produção brasileira de farelo e óleo deverão totalizar, respectivamente, 16,1 milhões e 3,8 milhões de toneladas (contra 16,5 milhões e 3,9 milhões de toneladas, produzidas respectivamente no ano anterior). O consumo interno de farelo está estimado em 6,1 milhões de toneladas e o de óleo em 2,7 milhões de toneladas, e o volume a ser exportado previsto em 9,7 milhões de toneladas e 1,3 milhão de toneladas, respectivamente, para farelo e óleo, significando estoques finais de 762 mil toneladas de farelo e 279 mil toneladas de óleo. No caso do grão, a previsão é de que o volume a ser exportado atinja 9,5 milhões de toneladas, conduzindo a um estoque final da ordem de 105 mil, contra 108 mil toneladas no ano anterior (Tabela 50).

³⁰Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 49 - Área, Produção e Produtividade da Cultura de Soja nos Principais Estados Produtores e Brasil, 1996/97 a 1998/99

Estado	1996/97			1997/98		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	2.464,4	6.565,5	2.664	2.820,0	7.191,0	2.550
Mato Grosso	2.095,7	5.721,3	2.730	2.600,0	7.134,4	2.744
Rio Grande do Sul	2.944,2	4.769,6	1.620	3.150,0	6.615,6	2.100
Goiás	991,2	2.478,0	2.500	1.338,1	3.372,0	2.520
Mato Grosso do Sul	862,3	2.155,8	2.500	1.086,5	2.281,7	2.100
São Paulo	574,9	1.322,3	2.300	530,0	1.113,0	2.100
Minas Gerais	522,7	1.176,1	2.250	601,1	1.382,5	2.300
Bahia	456,0	1.012,3	2.220	556,3	1.201,6	2.160
Santa Catarina	240,2	559,7	2.330	220,0	517,0	2.350
Subtotal	11.151,6	25.760,6	2.310	12.682,0	30.291,8	2.389
Brasil	11.381,3	26.160,0	2.299	13.155,3	31.364,4	2.384

Estado	1998/99		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	2.769,2	7.723,3	2.789
Mato Grosso	2.548,0	7.134,4	2.800
Rio Grande do Sul	3.134,5	4.764,4	1.520
Goiás	1.324,7	3.417,7	2.580
Mato Grosso do Sul	1.053,9	2.740,1	2.600
São Paulo	520,5	1.421,0	2.730
Minas Gerais	577,1	1.336,0	2.315
Bahia	580,2	1.150,5	1.983
Santa Catarina	215,6	431,2	2.000
Subtotal	12.508,1	29.687,4	2.373
Brasil	12.990,4	30.752,8	2.367

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 50 - Suprimento de Soja em Grão, Brasil, 1995/96 a 1998/99
(em 1.000t)

Item	1996/97	1997/98	1998/99
Estoque inicial	685	96	109
Produção	26.160	31.364	30.753
Importação	1.450	406	700
Suprimento	28.295	31.865	31.561
Consumo	19.860	22.482	21.956
Exportação	8.339	9.275	9.500
Estoque final	96	109	106

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

No que se refere ao crescimento do movimento importador, a menor safra colhida e a expectativa de escassez do grão no mercado interno no decorrer do segundo semestre de 1999, motivada pelas previsões de aquecimento das exportações do complexo soja, são reforçadas pelo desempenho das exportações de carne de frango. Segundo a Associação Paulista da Avicultura (APA), em 1998 foram exportadas 612 mil toneladas de carne de frango (60% em frango inteiro e 40% em

cortes de frango) e, no primeiro semestre de 1999, o embarque superou em 26% o realizado em equivalente período do ano anterior. Mantido o ímpeto exportador do setor avícola, o aumento do consumo de soja associado à exportação de carne de frango deverá crescer 25%, o que contribui para confirmar a projeção de crescimento da ordem de 72% nas importações brasileiras do grão, que poderá totalizar 700 mil toneladas. A origem do produto a ser internalizado deverá ser dos países do MERCOSUL, pelo diferencial de custos entre o produto sul-americano e o de outros países, diferentemente do ocorrido em anos anteriores, quando boa parte das importações era oriunda dos Estados Unidos. Tal fato deve-se ao frete menor, à taxa de renovação da marinha mercante (25% sobre o frete marítimo), que não é cobrada quando a origem é o MERCOSUL, e ao imposto de importação que para o produto extra-bloco é de 8% no grão. De janeiro a junho foram internalizados cerca de 322 mil toneladas de soja em grão, oriundas, na totalidade, do Paraguai.

A comercialização da safra 1998/99 tem apresentado resultados bastante diferenciados entre produtores que, ao final de 1998, optaram pela venda antecipada da colheita a ser realizada no primeiro semestre de 1999, conseguindo preços em dólar bem superiores àqueles obtidos pelos produtores que realizaram vendas em fevereiro e março de 1999, quando a moeda brasileira atingiu seu mais baixo nível frente ao dólar, mas cujos gastos na condução da cultura foram realizados em real.

De modo geral, os efeitos da desvalorização cambial sobre os preços nacionais da soja podem ser considerados positivos, por tomar o produto nacional mais competitivo no mercado externo. Acrescente-se ainda que boa parte dos produtores brasileiros tiveram seus compromissos assumidos em real e, nesse sentido, a evolução dos preços em valores constantes de janeiro a junho de 1999 pode ser considerada satisfatória, comparativamente a igual período do ano anterior, como é o caso dos agricultores do Paraná, de São Paulo, de parte considerável de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso do Sul. Por outro lado, para produtores dos estados da Região Centro-Oeste, destacando-se os de Mato Grosso, com elevado endividamento em dólar, a evolução interna dos preços da soja foi bastante desfavorável, podendo ter implicações negativas na tomada de decisão para a safra 1999/2000. Assim, a menor disponibilidade interna nos próximos meses implicaria tendência altista no mercado doméstico, favorecendo melhoria de rentabilidade para produtores que ainda dispõem do produto (Tabela 51).

As freqüentes oscilações verificadas na Bolsa de Chicago, em função da previsão de perdas na safra estadunidense, decorrência das incertezas climáticas nas principais regiões produtoras do país, têm tumultuado as negociações no mercado brasileiro. Entretanto, a projeção de agosto do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos indica que a produção da safra 1999/2000 naquele país deverá ser de 78,1 milhões de toneladas, nível que significa ainda uma safra cheia e recorde, com o mercado mundial permanecendo superofertado.

As projeções iniciais de oferta e demanda mundiais para o complexo soja, para o ano comercial 1999/2000, se efetivada a produção prevista em 157,2 milhões de toneladas, para um consumo estimado em 155,5 milhões de toneladas, apontam no sentido de estoques mundiais recordes na próxima temporada (superior a 25 milhões de toneladas), o que deverá influenciar negativamente na evolução dos preços (Tabela 52).

A conjugação de fatores, como incertezas de preços, custos mais elevados devido aos preços de insumos (atrelados à evolução cambial da moeda nacional) e perspectivas de um cenário negativo para o próximo ano, tem se traduzido em desestímulo aos agricultores brasileiros na tomada de decisão com relação ao plantio de soja. As projeções iniciais indicam que poderá haver redução da área cultivada com a oleaginosa na safra 1999/2000, que seria substituída por milho nas Regiões Sul e Sudeste (particularmente no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo), e por milho, algodão e arroz na Região Centro-Oeste.

Por outro lado, a boa liquidez apresentada pela soja em relação às demais culturas que têm fluxo comercial praticamente só no mercado interno (arroz, milho e algodão), a rentabilidade considerada positiva na safra 1998/99, novos corredores de exportação favorecendo o plantio em diferentes zonas de fronteira agrícola, a viabilidade dos binômios soja (na safra de verão) e milho, sorgo e trigo (na safra de inverno) e perspectivas de retração na produção na Argentina e Paraguai

TABELA 51 - Preços Médios Mensais de Soja Recebidos pelos Produtores, nos Principais Estados, 1996-99

(em R\$/sc.60kg)¹

Ano/mês	Rio Grande do Sul	Paraná	Mato G. do Sul	Goiás	São Paulo
1996					
Jan.	16,81	17,09	15,28	16,05	17,21
Fev.	15,93	16,43	15,17	14,41	16,50
Mar.	15,89	15,00	14,38	14,38	15,32
Abr.	16,53	15,86	16,53	15,78	15,88
Mai	17,74	16,57	14,78	15,52	17,20
Jun	16,79	15,84	14,60	14,60	15,83
Jul.	17,33	15,69	15,17	14,45	16,02
Ago.	17,33	16,44	15,17	14,44	16,37
Set.	18,75	19,07	15,99	15,87	19,37
Out.	19,43	19,23	17,27	17,27	19,60
Nov.	19,38	19,19	17,23	16,51	19,10
Dez.	19,21	19,13	17,08	16,36	19,38
1997					
Jan.	18,91	18,12	16,81	16,11	18,69
Fev.	18,13	17,26	16,04	15,34	17,13
Mar.	18,62	17,34	15,86	15,63	17,86
Abr.	19,19	18,08	17,14	16,45	18,20
Mai	19,13	18,10	16,40	16,40	18,61
Jun.	18,32	17,73	16,97	16,29	17,88
Jul.	17,63	16,83	16,27	15,59	17,23
Ago.	18,31	18,05	16,28	15,60	18,10
Set.	19,89	19,22	16,86	16,18	18,26
Out.	19,49	19,53	17,47	16,80	19,49
Nov.	20,00	19,26	17,33	16,66	18,87
Dez.	19,86	19,60	17,21	16,55	19,97
1998					
Jan.	19,03	17,98	17,06	16,40	19,12
Fev.	17,71	16,36	16,40	15,74	15,89
Mar.	15,71	14,55	14,40	14,40	14,90
Abr.	14,42	14,06	14,42	13,11	13,93
Mai	15,04	14,03	13,73	13,08	13,74
Jun.	13,69	13,28	13,04	13,69	13,29
Jul.	13,75	13,39	12,44	13,75	13,63
Ago.	13,11	12,81	13,11	12,46	13,03
Set.	13,77	13,16	13,77	13,12	13,42
Out.	13,78	13,53	13,78	13,78	13,95
Nov.	14,46	14,13	13,80	14,46	14,22
Dez.	14,32	14,18	13,67	14,32	14,07
1999					
Jan.	13,51	14,24	13,51	12,87	13,87
Fev.	16,02	16,00	14,79	16,64	16,70
Mar.	15,71	15,82	15,11	15,11	15,59
Abr.	15,1	13,86	13,89	13,89	14,06
Mai	14,55	13,47	13,94	12,73	13,90
Jun.	15,00	13,83	13,80	13,20	14,54

¹Em real de junho de 1999. Deflator IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Departamento de Economia Rural/PR (DERAL) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA 52 - Disponibilidade Mundial de Soja, 1997/98 a 1999/2000
(em milhão t)

Item	1997/98	1998/99	1999/2000 ¹
Estoque inicial	13,47	21,43	24,33
Produção	157,75	157,20	157,24
Importação	39,22	39,89	41,37
Consumo	148,60	154,23	155,56
Exportação	40,42	39,96	41,62
Estoque final	21,43	24,33	25,76

¹Projeção.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

(pela descapitalização dos produtores desses países) devem ser considerados como fatores a amenizar a tendência de redução de área com a oleaginosa.

Acrescente-se ainda que o Plano de Safra 1999/2000, divulgado em junho de 1999, apresenta pontos positivos para o cultivo da soja no País, pelo aumento da disponibilidade de recursos para custeio (de R\$40 mil para R\$100 mil para os estados do Nordeste, igualando-os às condições já existentes na Região Centro-Oeste e Norte, e de R\$ 40mil para R\$ 60 mil nas demais regiões) e manutenção da taxa de juros sobre recursos controlados de crédito rural. O preço mínimo de garantia, ainda que apenas uma referência para a comercialização, estipulado em R\$9,70/60kg, quando comparado ao Custo Operacional Total (COT) para a safra 1999/2000, estimado pelo Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, em R\$9,96/saco para a região do Vale do Paranapanema (produtividade de 38 sacos de 60kg/ha), e de R\$11,28/saco para a região da Alta Mogiana (produtividade de 35 sacos de 60kg/ha), revela, em ambos os casos, que o COT não estaria sendo coberto pelo Preço Mínimo do Governo. Contudo, os preços esperados pelo mercado a partir de março de 2000, ao redor de R\$20,00/60kg, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), poderão influenciar positivamente o produtor, para manutenção na atividade (Tabela 53).

TABELA 53 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Soja, por Hectare, Produtividade de 2.280kg/ha (Vale do Paranapanema) e 2.100kg/ha (Região da Alta Mogiana), Estado de São Paulo, Safra 1999/2000¹
(em R\$ de agosto de 1999)

Item	Vale do Paranapanema		Alta Mogiana	
	RS	%	RS	%
Mão-de-obra	32,81	8,70	24,96	6,33
Sementes	46,00	12,20	42,30	10,73
Azubos e corretivos	96,75	25,66	122,40	31,06
Defensivos	45,20	11,99	29,30	7,43
Operações de máquinas	90,60	24,03	94,93	24,09
Transporte de produção ²	-	-	-	-
Custo Operacional Efetivo (COE)	311,36	82,59	313,89	79,64
Depreciação de máquinas	20,04	5,32	38,08	9,66
Encargos financeiros ³	8,95	2,37	9,03	2,29
Encargos sociais ⁴	10,83	2,87	8,24	2,09
COSESP ⁵	12,45	3,30	12,56	3,19
Contribuição ao INSS ⁶	15,05	3,55	13,09	3,13
Custo Operacional Total (COT)	378,68	100,00	394,89	100,00

¹Tração motomecanizada e plantio tradicional.

²Não foram consideradas as empreitas de serviços de transporte da produção, secagem e assistência técnica.

³Taxa de juros de 8,75% ao ano.

⁴Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista.

⁵Refere-se a 4% (Vale Paranapanema) e 5% (Alta Mogiana) do Custo Operacional Total.

⁶Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (R\$684,00 para o Vale do Paranapanema e R\$595,00 para a Alta Mogiana).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Considerando os pontos positivos e negativos para a tomada de decisão sobre o plantio da próxima safra, a oleaginosa ainda se caracteriza como uma opção viável da agricultura brasileira, bem como no Estado de São Paulo. Para tanto é necessário que o produtor brasileiro esteja atento à necessidade de manutenção de pleno controle sobre os gastos na implantação da lavoura, através de um planejamento adequado que leve em conta as perspectivas de margens de lucratividade mais apertadas, devendo, portanto, priorizar a questão da produtividade. Também é importante registrar a importância do produtor em considerar o instrumental de comercialização futura, para venda antecipada de parte da produção esperada, caso o mercado apresente indícios de repiques de preços, mantendo-se atento às tendências do mercado e às previsões climáticas, tanto no âmbito interno quanto no internacional.



**SECRETARIA DE
AGRICULTURA
E ABASTECIMENTO**



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**